



PUC
RIO

RENATA DE FARIA BRASILEIRO

TRANSIÇÃO PARA A PARENTALIDADE:
PAPÉIS DE GÊNERO EM QUESTÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Rio 1º de março de 2002

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea

CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil

<http://www.puc-rio.br>

N.Cham. 150 BS23 TESE UC
Autor Brasileiro, Renata de Faria
Titulo Transição para a parentalidade



Ex.2 PUC-Rio - PUCB

119476

00245818

RENATA DE FARIA BRASILEIRO

TRANSIÇÃO PARA A PARENTALIDADE:

PAPÉIS DE GÊNERO EM QUESTÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2002

114776

BC1D



150

B823

TESE UC

11.2

RENATA DE FARIA BRASILEIRO

**TRANSIÇÃO PARA A PARENTALIDADE:
PAPÉIS DE GÊNERO EM QUESTÃO**

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientador: BERNARDO JABLONSKI

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2002

À memória de Diva, minha bisavó, pela
força e coragem de ter sido uma mulher
muito à frente de seu tempo.

A todos os homens e mulheres que buscam
liberdade para ser o que desejam.

A todos os pais e mães que plantam pessoas
para um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde perfeita, e uma vontade insaciável de decifrar a vida.

Ao meu pai. "Ele não teve filhos e acreditava que suas filhas poderiam realizar as maiores proezas do mundo. Eu via nele um olhar de admiração, e quando uma criança nota admiração nos olhos do pai tem uma força psicológica considerável. Sempre ouvi que poderia fazer o que quisesse. Ele me incentivou muito."¹

Ao Vinícius, pelo amor generoso, pelo apoio incondicional, pelo trabalho incansável nos bastidores da nossa vida, e por me fazer rir todas as manhãs.

Ao Jablonski, pela motivação e incentivo, pela orientação indispensável, pela confiança cega e amizade terna.

À Terezinha Féres-Carneiro, por todo o apoio e incentivo, pela infinita compreensão e principalmente pelo carinho generoso ao longo de toda a minha trajetória.

À Dora, minha mãe, Fernanda e Adriana, minhas irmãs e Lilita, minha avó, por serem, cada uma a seu jeito, mulheres livres e vencedoras.

Ao Caio, meu melhor amigo e irmão astral, pela alegria e otimismo contagiante.

À Marise, pelo ombro amigo e pelas palavras que me ajudaram a seguir em frente.

Às queridas Verinha e Dudu, pela pronta atenção, e pelo alto astral contagiante.

A todos os oito casais que compartilharam comigo suas preciosas experiências, tornando possível a realização deste trabalho.

À PUC-Rio, por todas as inestimáveis oportunidades ao longo da minha formação pessoal e profissional.

¹ Faço aqui minhas as palavras de Elizabeth Badinter, citada em Rocha-Coutinho, 1994; Agradecimentos.

RESUMO

A chegada do primeiro filho ao casamento constitui uma das mais dramáticas transições do ciclo de vida familiar, exigindo uma grande adaptação das identidades dos cônjuges, com a construção de novos papéis e novas formas de interação entre eles. Na atualidade este processo se torna cada vez mais complexo devido às recentes mudanças e diversificações das relações de gênero, onde as fronteiras entre o masculino e o feminino são flexibilizadas – e em alguns pontos mesmo rompidas. No interior da família, estas transformações vêm, por um lado, abrindo possibilidades para uma diversidade de experiências no nível macro, e, por outro, provocando uma desorientação que produz vivências ambíguas e ambivalentes no nível micro.

O presente trabalho trata do que acontece entre casais que têm filhos juntos, e de como a construção de seus papéis parentais e suas negociações enquanto mães e pais derivam de suas experiências de serem mulheres e homens em nossa sociedade. Em um contexto social repleto de paradoxos e esvaziado de referências claras no que se refere às relações de gênero, buscamos compreender como casais com propostas igualitárias de relacionamento atravessam a transição para a parentalidade, por quais valores, ideologias e expectativas se orientam, e como realizam suas propostas no cotidiano. Para tal, realizamos um estudo exploratório com oito casais da classe média carioca, com idades entre 26 e 43 anos, com o primeiro filho tendo entre 6 e 18 meses. Seus discursos relevaram continuidades e rupturas em relação aos valores tradicionais de gênero, constituindo uma paisagem de diversidade, onde coexistem valores contraditórios que produzem experiências condizentes com a condição pós-moderna.

ABSTRACT

The arrival of a first child to the marriage represents one of the most dramatic transitions of the family life-cycle, demanding a great deal of adaptation from the couple's identities, as well as the construction of new roles and new forms of interactions between them. Presently, this process becomes even more complex due to recent changes and diversifications of the gender relations, where the lines between masculine and feminine are beginning to blur – and in some points are being burst. Within the family, these transformations allow the possibilities for diverse experiences at the macro level, but, on the other hand, they cause disorientation that produces ambiguous and ambivalent experiences at the micro level.

The present work deals with what happens between couples that have children together, and how the construction of their parental roles as well as their negotiations as mothers and fathers derive from their experiences of being women and men in our society. In a social context full of paradoxes and without clear references regarding gender relations, we tried to understand how couples with egalitarian relationships go through the transition into parenthood; which values, ideologies and expectations guide them through it, and how they realize all this in everyday life. To achieve this understanding, we have conducted an exploratory study with eight middle-class couples from the city of Rio de Janeiro, with ages varying from 26 to 43, whose first child's age ranged from 6 to 18 months. Their speeches revealed continuities and ruptures of traditional gender values, composing a panorama of diversity, where contrasting values coexist to produce experiences aligned with the post-modern condition.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. A FAMÍLIA EM TRANSIÇÃO	13
2.1 - Socialização em tempos de mudança	18
2.2 - A família na pós-modernidade	21
2.3 - Um breve panorama atual da família brasileira	24
2.3.1 - Os novos papéis da mulher	26
2.3.2 - Redefinindo o masculino	32
2.3.3 - O amor no casamento contemporâneo	35
3. GÊNERO E PARENTALIDADE	39
3.1 - Tradicionalização	47
3.2 - Considerações sobre possíveis aplicações e enfoques	50
4. DIMENSÕES IMPORTANTES PARA DISCUSSÃO DA TRANSIÇÃO PARA A PARENTALIDADE	63
4.1 - Vivência cotidiana	63
4.2 - A questão do tempo	66
4.3 - Maternidade totalizadora	70
4.4 - Família e trabalho	77
4.4.1 - Trabalho doméstico	80
4.4.2 - Trabalho e brincadeira	83
4.4.3 - Ajudar x dividir	86
4.5 - Biologia e significados sociais	90
5. PESQUISA DE CAMPO	99
5.1 - Apresentação da pesquisa	100
5.1.1 - Sujeitos	100
5.1.2 - Procedimentos	103
5.2 - Análise dos Resultados	106
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
ANEXO I - Roteiro de Entrevista.....	161
ANEXO II - Descrição dos Sujeitos	162
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163

Being a parent is tough. If you just want a wonderful little creature to love, you can get a puppy.

Barbara Walters

Were women meant to do everything – work and have babies?

Candice Bergen

Woman's discontent increases in exact proportion to her development.

Elizabeth Cady Stanton

Men are taught to apologize for their weaknesses, women for their strengths.

Lois Wyse

The phrase "working mother" is redundant.

Jane Sellman

The mother is the most precious possession of the Nation, so precious that society advances its highest well-being when it protects the functions of the mother.

Ellen Key

1. INTRODUÇÃO

Uma das mais dramáticas transições do ciclo de vida familiar, vivida por grande parte da população adulta, é a transição para a parentalidade. Quase todas as outras mudanças de papel social relacionadas à família são mais graduais, permitindo, muitas vezes, períodos de preparação (e.g., namoro-noivado-casamento, adolescência-vida adulta). Embora o período de gravidez seja cada vez mais vivido pelo casal já como maternidade e paternidade (Salem, 1985; Rocha, 1993), trata-se de uma fase onde as fantasias e expectativas do casal ganham expressão, às vezes de forma bastante idealizada ou romântica, não havendo ainda o impacto real da experiência de tornar-se mãe e pai. Após o parto, a transição para a parentalidade não só se dá de forma abrupta como também de forma muito intensa, já que cuidar de um bebê é uma atividade que exige disponibilidade integral, sem direito a férias ou parada para almoço.

Apesar disto, para muitos adultos, tornar-se pai e mãe e estabelecer uma família representa uma realização fundamental em suas vidas: a maternidade e paternidade ainda são, essencialmente, fenômenos importantes para o estabelecimento de uma identidade social adulta, contribuindo intensamente para um sentido de realização pessoal.

Ao se tornarem mães e pais, mulheres e homens precisam assumir novos papéis sociais, os quais podem exigir uma grande adaptação de suas identidades individuais e principalmente de sua identidade enquanto casal. Na atualidade este processo torna-se cada vez mais complexo devido às mudanças nas relações contemporâneas de gênero (Walzer, 1998). Tradicionalmente, os papéis assumidos por mulheres e homens eram claramente diferenciados. O pai se tornava o principal responsável por prover segurança financeira e física para sua nova família. A mãe, por sua vez, assumia “naturalmente” o papel primário de cuidados com a criança, sendo de sua inteira e única responsabilidade a qualidade deste cuidado. Não parecia haver muita dúvida, tanto por parte dos indivíduos envolvidos quanto da comunidade, sobre o que cada um deveria fazer e por quê. Esta “receita de bolo” da vida familiar tradicional, entretanto, não vem mais orientando a experiência cotidiana de casais que se propõem a constituir uma família no momento atual, de forma que os “infalíveis” casamentos duradouros e os sólidos núcleos familiares de outrora passam a representar cada vez menos a experiência familiar contemporânea. Em suma, o crescente número de divórcios, mães e pais solteiros, recasamentos e “juntamentos”, mostram que a “família nuclear” começa a ceder espaço para novas configurações familiares que não seguem os modelos tradicionais (Datafolha, 1998). Como se dá, então, a construção da família e a definição dos papéis de gênero dentro dela?

O presente trabalho trata do que acontece entre casais que têm filhos juntos, e de como suas negociações enquanto mães e pais derivam de suas experiências de serem mulheres e

homens em nossa sociedade. Mais especificamente, em um contexto de aceleradas mudanças culturais, onde coexistem valores tradicionais e contemporâneos (Figueira, 1987) e onde a diversidade e multiplicidade de experiências começa a se tornar a regra (Boss e cols., 1993; Nolasco, 1995; Rolnik, 1996 e Vaitsman, 1997), a constituição de uma família é negociada no cotidiano a partir das referências, dos valores e expectativas (também múltiplas e diversas) que novos mães e pais apresentam sobre o que é ser família e o que é ser mulher e homem (Walzer, 1998).

Ao nosso ver, o momento da transição para a parentalidade é uma ocasião muito rica para se observar a construção dos novos papéis femininos e masculinos, já que neste momento o casal é chamado a se reorganizar em torno do novo membro da família, devendo eles próprios definir e exercer seus papéis em um contexto onde as possibilidades são múltiplas e onde as referências e prescrições sociais são cada vez mais mescladas e indefinidas.

Estes novos papéis implicam em importantes mudanças nos papéis conjugais anteriormente estabelecidos, exigindo uma grande adaptação e redefinição de identidades individuais e conjugal (Rocha, 1993). Trata-se, portanto, de uma transição profunda, que representa uma mudança completa de perspectiva de vida, principalmente para as mulheres, cujas mudanças no papel social se deram de forma mais acelerada a partir do movimento feminista. Assim, pretendemos dirigir nosso olhar para o momento da transição para a parentalidade buscando identificar neste processo reflexos e desdobramentos das recentes mudanças sociais que transformaram e ainda transformam as relações contemporâneas de gênero, dentro da família.

Nas últimas três décadas o interesse pelo tema da transição para a parentalidade cresceu de forma marcante. Inicialmente o assunto era estudado principalmente por sociólogos da família preocupados com as mudanças sofridas pela relação conjugal após uma reestruturação

fundamental do sistema familiar. Mais recentemente esta importante transição da vida adulta tornou-se interesse de estudiosos do desenvolvimento humano, psicólogos sociais e terapeutas de família. Há algumas razões para esta difusão de interessados em um único tema: primeiramente, a transição para a parentalidade representa um evento normativo da vida, podendo assim ser responsável pela reestruturação do curso de vida de indivíduos e famílias, afetando, desta forma, o desenvolvimento adulto. Além disso, a transição para a parentalidade representa, no momento contemporâneo, um encontro de três disciplinas: a psicologia do desenvolvimento – já que, além do desenvolvimento adulto, neste momento de transição se estabelece o ambiente para o desenvolvimento da criança -, a sociologia da família – devido à mudança fundamental de uma organização diádica para uma tríade familiar em um momento de mudanças culturais aceleradas - e os estudos de gênero – pois nesta transição há a criação de papéis parentais orientados pelas representações sociais de feminino e masculino.

A transição para parentalidade enquanto objeto de estudo de muitos pesquisadores tem sido abordada através de diferentes perspectivas ao longo do tempo. Inicialmente estudou-se a questão de forma principalmente descritiva, baseando-se na hipótese da “parentalidade enquanto crise”, de acordo com a qual buscava-se documentar a crise vivida por casais após a chegada do primeiro filho (LeMasters, 1957; Dyer, 1963; Russell, 1974; Hobbs, 1965; Hobbs e Cole, 1976; Hobbs e Wimbish, 1977). Posteriormente, reconhecidas as limitações desta perspectiva, os vários autores que se dedicaram a este tema procuraram evidenciar também o crescimento e as gratificações resultantes desta experiência (Miller e Sollie, 1980; Russell, 1974; Ryder, 1973). Seus estudos revelaram variáveis importantes relacionadas ao processo de tornar-se mãe e pai, e suas investigações dos vários aspectos de mudança familiar e individual envolvidos na transição para a parentalidade, e acabaram por privilegiar a questão da satisfação conjugal e da divisão de trabalho doméstico e cuidado infantil.

A entrada da mulher no mercado de trabalho e sua crescente conquista de autonomia resultante do movimento feminista transformou também as relações no interior da família (Afonso e Filgueiras, 1996). Apesar da mulher ainda se manter como figura principal na criação e no cuidado infantil, sua postura começa a mudar no interior da família na medida em que ela adquire poder através da conquista de mobilidade social e poder aquisitivo (Datafolha, 1998; Vaitsman, 1997; Afonso e Filgueiras, 1996). Assim, atualmente, o estudo das relações de gênero representa uma perspectiva fundamental para a compreensão de como as mudanças sociais se refletem dentro da família, transformando-a. Nossa escolha pelo momento da transição para a parentalidade traduz nosso interesse em conhecer estas mudanças, já que as vivências da maternidade, da paternidade e da conjugalidade passam por novas e diversas possibilidades de representação do papel feminino e masculino na sociedade contemporânea (Walzer, 1998).

Já que chegamos ao gênero, vale uma nota sobre nossa escolha pela palavra "parentalidade". A língua inglesa possui a palavra "parent" que significa pai ou mãe, indistintamente. No plural, "parents", traduz-se "mãe e pai", ou - como prevalece no Português o masculino para o plural dos gêneros - simplesmente "pais". Da mesma forma, a palavra derivada "parenthood" foi anteriormente traduzida e utilizada por autores brasileiros como "paternidade" (Rocha, 1993). Entretanto, entre uma opção pelo anglicismo em um tempo de *globalização* e intercâmbio cultural, ou uma opção pelo falocentrismo em um tempo onde as representações sociais de gênero estão sendo mescladas e redefinidas, optamos pela palavra "parentalidade" em detrimento de "paternidade". Mais do que um esforço em sermos *politicamente corretos*, nossa preocupação consiste em nos mantermos atualizados e coerentes com as mudanças a que nos propomos discutir.

Desta forma, nosso objetivo foi o de realizar um estudo exploratório que investigasse como se dá a construção do gênero no casamento contemporâneo durante a transição para a parentalidade. Mais especificamente, desejávamos conhecer como casais com propostas de relacionamentos cada vez mais igualitários estão negociando e construindo seus papéis dentro da família no momento em que se tornam mães e pais; como atribuem significado a esta experiência, por quais tipos de valores e referências se orientam, que tipo de mães, mulheres, pais e homens desejam ser e como realizam isto no cotidiano. Preferimos não apresentar uma hipótese a ser verificada, mas permitir que categorias de análise surjam nos discursos dos casais entrevistados. Nossa análise, entretanto, será orientada por uma bibliografia interdisciplinar que compreende a sociologia da família, a psicologia social, estudos feministas e de gênero¹.

Pretendemos entender por que, embora mães e pais encontrem muitos dos mesmos prazeres com seus bebês, frequentemente experimentam dificuldades diferentes durante a transição para a parentalidade, e a razão pela qual estas diferenças, muitas vezes, desgastam seu relacionamento (Walzer, 1998).

Homens e mulheres se incluem e experimentam a família de maneiras diferentes (Datafolha, 1998; Thompson e Walker, 1989). Quando se tornam mães e pais, tendem a fazer coisas diferentes com e para seus filhos, se relacionando com eles também de maneira diversa. Assim, as mães tendem mais do que os pais a investir e se envolver na vida diária da criança, enquanto os pais tendem a um maior envolvimento em atividades lúdicas ou recreativas (LaRossa, 1981; Belsky, Lang e Huston, 1986; Benin e Agostinelli, 1988; Datafolha, 1998; Cowan e Cowan, 2000). O cuidado atento, ativo e presente é visto como

¹ É importante ressaltar que grande parte da bibliografia disponível sobre este tema é de origem estrangeira, principalmente americana e inglesa, o que nos leva a manter sempre um olhar cauteloso no que tange o contexto sócio-cultural destes países. Entretanto, acreditamos que muitas das questões discutidas também se fazem presentes no contexto brasileiro, principalmente na classe média dos grandes centros urbanos. De qualquer modo, faz-se necessário um estudo da situação no Brasil, e nossa

imperativo para as mães e opcional ou complementar para os pais (Biasoli-Alves, 2000), o que muitas vezes contraria a expectativa de casais com propostas igualitárias de relacionamento².

As representações socioculturais da maternidade e da paternidade revelam nossos ideais, padrões, crenças e expectativas em relação às mulheres e homens enquanto mães e pais. Estas representações são marcadamente influenciadas pelos valores de gênero vigentes na sociedade. Isto significa que o casal adentrará a experiência da parentalidade tendo como referência as categorias sociais “mãe” e “pai” preexistentes em seu contexto. Tais representações são, ainda hoje, embutidas de valores de gênero tradicionais, o feminino sendo associado à expressividade e à afiliação e o masculino à instrumentalidade e autonomia (Grossman, 1987). A sociedade, dividida em mundo público e privado, o primeiro de domínio exclusivo dos homens, produziu e reforçou estes valores, baseando-se em uma percepção hierarquizada das diferenças sexuais.

Entretanto, o movimento de emancipação feminina evidenciou uma série de transformações nas práticas sociais relativas às relações de gênero, e também na própria percepção da diferença entre os sexos. Na medida em que a mulher passou a transitar também pela esfera pública da sociedade, se profissionalizando e participando do processo produtivo industrial, ela expandiu as possibilidades de significação do feminino, outrora limitadas à afiliação e expressividade. Por conseguinte, cada vez mais liberta do tradicional enclausuramento doméstico, ela lança novos questionamentos e exigências sobre o lugar e o papel do homem, abrindo também espaços para novas formas de expressão do masculino. Configura-se assim uma revolução nas relações de gênero, com a desconstrução das imagens

opção por um estudo exploratório qualitativo nos permitirá identificar com mais clareza pontos de convergência e divergência com a referida bibliografia.

² Entendemos por ‘relacionamento igualitário’ aquele onde os cônjuges buscam uma participação equilibrada tanto no trabalho doméstico e familiar – incluindo o trabalho emocional – quanto na contribuição econômica para a subsistência da

tradicionais de feminino e masculino e com a retirada de fronteiras de seus respectivos territórios. Mas será que o masculino ganhou lugar no espaço doméstico na mesma proporção em que o feminino ganhou o mundo público? No tocante à transição para a parentalidade, as modernas relações de gênero parecem enfrentar confusão e ambigüidade. Isto porque as referências para a maternidade e paternidade parecem permanecer associadas aos significados tradicionais de masculino e feminino, talvez por se tratar de um evento tão fortemente ligado às diferenças biológicas entre os sexos e por elas limitado.

Esta ambigüidade também se faz presente nas interpretações acadêmicas da parentalidade no momento atual. Se por um lado há indícios de que a linha entre a maternidade e a paternidade está começando a se diluir (Coltrane, 1996), há também estudos longitudinais que evidenciam um aumento da diferenciação por gênero – ou da polarização entre masculino e feminino – durante e após a transição para a parentalidade (Belsky e Kelly, 1994; Sanchez e Thomson, 1997; Cowan e Cowan, 2000). Se na literatura há uma confusão sobre o que realmente está acontecendo dentro das famílias, esta confusão também se faz presente no discurso dos novos pais e mães que falam de novas propostas e definições de maternidade e paternidade, mas não conseguem por em prática estas mudanças em suas próprias histórias.

No público em geral, na mídia e em algumas produções acadêmicas há uma sensação de que as experiências da maternidade e da paternidade estão sendo redefinidas, e, no entanto, muitas questões tradicionais ainda acompanham as novidades. Este trabalho se propõe a tratar tanto destas novidades quanto dos aspectos tradicionais que permanecem, e em linhas gerais estará mostrando o poder do gênero como fator organizador do mundo social e psicológico.

família. Isto não significa que este equilíbrio consista em uma divisão de 50% para cada cônjuge, e sim uma divisão onde há uma equivalência na participação de cada um, e onde há consciência e concordância mútua sobre esta divisão.

No próximo capítulo, estaremos contextualizando nossa questão através de uma discussão sobre as transformações da família, compreendendo as particularidades dos processos de socialização em tempos de mudança e seus efeitos para o sujeito; apresentaremos a inserção da família na pós-modernidade e esboçaremos um breve panorama atual da família brasileira. No terceiro capítulo, promoveremos uma discussão sobre o gênero como perspectiva de estudo e levantaremos algumas considerações importantes sobre os enfoques e as aplicações do estudo da transição para a parentalidade. O quarto capítulo apresentará uma discussão sobre as principais categorias relevantes ao estudo deste tema presentes na bibliografia. Aqui, nos concentraremos principalmente naquelas categorias passíveis de discussão a partir de nossa perspectiva, que é a das relações psicossociais de gênero. Finalmente, o quinto capítulo constituirá a apresentação de nosso estudo exploratório com oito casais da classe média carioca, constituindo um total de dezesseis sujeitos, onde promoveremos a análise e discussão do discurso dos entrevistados, na busca de compreendermos as diversas faces da vivência da transição para a parentalidade nos dias atuais.

2. A FAMÍLIA EM TRANSIÇÃO

A família como a conhecemos não é um fenômeno natural, mas uma conquista cultural, inserida em uma dimensão histórica de construção ao longo dos séculos (Bucher, 1999). Por isso consideramos a família uma instituição social, uma unidade semi-aberta, sempre em troca com o contexto na qual se insere, e, portanto, também em constante transformação.

A transformação da família brasileira é um fenômeno que marca a cena social na atualidade. No início do século XX, seguíamos um modelo tradicional de família, constituída por um pai provedor e mãe cuidadora, com crianças ou filhos de sangue ou por adoção, vivendo sob o mesmo teto. Neste modelo, a chamada família patriarcal hierárquica caracterizava-se por um rígido controle dos membros familiares pelo pai, cujo poder era inquestionável, sendo a família regida legalmente pelo pátrio poder. Além disso, até poucas décadas atrás, as relações afetivo-sexuais só poderiam ser legitimadas ou aceitas institucionalmente através do casamento legal e indissolúvel, o que significava que era o casamento e o vínculo formal por ele estabelecido que inaugurava a família. Chegamos ao final do século XX, entretanto, com um panorama bastante diferente: o modelo normativo da família nuclear cede espaço a novas e múltiplas configurações familiares, cresce o número de famílias chefiadas por mulheres, assim como as separações e uniões informais, e diversas mudanças na legislação buscam legitimar o que de fato ocorre nas estruturas conjugais e familiares.

Em muitas sociedades, o século XX se caracterizou por um movimento de constantes alterações em valores, hábitos, práticas e papéis. Segundo Biasoli-Alves (2000), especificamente nos países em desenvolvimento, este período se caracterizou pela oposição entre presente e passado, com a procura acentuada pelo novo e a conseqüente rejeição do

antigo. Esta tendência, temperada por uma sensação generalizada de se ter que 'correr atrás do prejuízo', é sem dúvida um desdobramento de macrovariáveis como a crescente urbanização, o desenvolvimento científico e a revolução tecnológica, o aumento nos níveis e necessidades educacionais, e isto tudo tendo como pano de fundo a liberalização da economia e mais recentemente o fenômeno da globalização. Qualquer um de nós que tenha vivido neste século certamente testemunhou algum tipo de mudança provocada por estas macrovariáveis em nosso cotidiano: da luz elétrica ao computador, do rádio à Internet (passando pela grande influência da televisão), da penicilina às microcirurgias, da República Velha às eleições diretas (passando pelas marcantes ditaduras e pelo direito de voto às mulheres), da mulher submissa às mulheres governantes. Todas as esferas sociais foram de alguma maneira atingidas por estas ondas de transformações, e a família, como parte inerente desta sociedade, não poderia deixar de ser também transformada.

Podemos dizer que a diversidade de formas de apresentação da família na atualidade seja um resultado do processo de modernização da sociedade brasileira. Estudos de Jeni Vaitsman (1994) assinalam que o casamento e a família foram invadidos pela dinâmica veloz das mudanças sociais. Novas formas familiares foram assumidas, tornando-se a família plástica, flexível, definindo-se e redefinindo-se com frequência, cada vez mais a partir da própria experiência dos sujeitos, e não mais obedecendo a instâncias legais ou normativas. O que há duas décadas constituía desvio, ou até mesmo uma patologia, difundiu-se, institucionalizou-se e passou a conviver com padrões já instituídos. Este é o caso por exemplo dos casais divorciados e recasados, dos homossexuais e das mães solteiras. Segundo esta autora, portanto, cada vez mais institui-se a heterogeneidade, que ganha legitimidade social e cultural.

No Brasil, foi na década de 80 que um grande número de pesquisadores se dedicaram ao estudo das mudanças na família, preocupados com o que interpretaram como 'crise', constituída principalmente pelo conflito entre valores tradicionais e modernos. Figueira (1987), por exemplo, colocou em discussão a dimensão invisível da mudança social, analisando os valores e ideais 'modernos' e 'arcaicos' presentes simultaneamente na família brasileira. Segundo este autor, "o sociologicamente invisível é o imaginário, as emoções, a fantasia, o desejo, em uma palavra, o sujeito" (Figueira, 1987; pg.14). Assim, a parte mais importante da dimensão invisível da mudança social seria o sujeito, onde se refletem os diferentes regimes e articulações entre o novo e moderno, e o arcaico e antiquado.

Sempre dirigindo seu olhar às camadas médias urbanas da sociedade brasileira, Figueira analisa e compara o tipo de família que parecia prevalecer durante a década de 50 com a experiência familiar observada por ele em meados da década de 80. Para ele, o aspecto de transformação mais marcante entre estes dois momentos é a passagem de uma organização familiar hierárquica para o ideal de uma família igualitária. Ele propõe, ainda, que esta transformação é um processo mais complexo do que aparenta ser, de forma que, para compreendê-lo, é necessário discutir estes tipos de família como 'ideais' e não como 'realidades': nem sempre as famílias concretas seguem estas regras, mas têm este modelo como ideal que perseguem ou contra o qual se medem. Isto porque, como ressalva Biasoli-Alves (2000), seria ingenuidade considerarmos que em algum momento a família tenha sido essencialmente estável na sua estrutura e nos papéis desempenhados por homens e mulheres, jovens e crianças.

Figueira (1987) descreve a família hierárquica como relativamente organizada, 'mapcada', sendo a relação entre seus membros marcada por 'diferenças intrínsecas'. Homens e mulheres se percebem como diferentes, seguindo códigos distintos de linguagem,

comportamento e expressão emocional. A relação de poder entre eles é evidente, sendo o homem privilegiado por sua vinculação ao trabalho e pela maior possibilidade de circulação no mundo público. Da mesma forma, o adulto é diferente da criança por possuir maior conhecimento e sabedoria, devendo ocasionalmente exercer seu poder impondo a rigidez e a disciplina. Assim, este autor conclui que a identidade na família hierárquica é posicional: "todos tendem a ser definidos a partir de sua posição, sexo e idade" (pg.16).

As décadas de 60 e 70 introduziram a ideologia do igualitarismo que, para este autor, foi o fator mais importante do processo de modernização sobre as relações familiares. Segundo ele, esta ideologia produziu uma situação virtualmente instável de convivência entre pessoas diferentes que se relacionam tendo a igualdade como ideal regulador. Na família igualitária descrita pelo autor, homens e mulheres se percebem como diferentes pessoal e idiossincraticamente, mas iguais por serem indivíduos. Assim, ele define a identidade na família igualitária como idiossincrática, onde as diferenças pessoais se tornam mais importantes do que as diferenças sexuais, etárias e posicionais. As relações de poder tornam-se menos evidentes – às vezes mesmo veladas – assim como o delineamento entre as noções de 'certo' e 'errado', claramente demarcadas na família hierárquica. De acordo com Figucira (1987), na família igualitária "instaura-se, aparentemente, o reino da pluralidade de escolhas, que só são limitadas pelo respeito à individualidade do outro" (pg. 17).

Além da entrada de valores igualitários no território familiar, outros fatores, mais ou menos importantes em cada momento, também exerceram influências sobre o processo de transformação da família. Segundo Jablonski (1998), a urbanização e a modernização são consideradas fortes influências sobre as mudanças nos valores, comportamentos e organizações familiares. Com a maior parte da população mundial vivendo nas grandes cidades e com a industrialização e suas conseqüências socioeconômicas, este autor considera

que, no âmbito das famílias, “o binômio urbanização/modernização teve o impacto de algumas bombas atômicas” (pg. 49). Conforme ele nos mostra, o conceito de modernização está relacionado

“(1) à industrialização, (2) à urbanização, (3) a mudanças socioeconômicas significativas que podem ser traduzidas, por exemplo, no aumento da alfabetização, na maior exposição aos meios de comunicação de massa, maior participação política e, (4) a um conjunto de atitudes que, em nível individual, apontam um caminho para a secularização: ênfase na racionalidade, autonomia, independência e uma crescente valorização do individual a expensas de grupos que, no passado, exerciam uma influência muito mais acentuada e determinante (como a própria família ou as instituições religiosas)” (pg.49)

De acordo com este autor, no percurso entre o modelo hierárquico e o urbano/moderno, a família passa por um processo de nuclearização e privatização, com a progressiva diminuição do número de membros – não só pela redução das taxas de natalidade, como também pela separação das famílias de origem e pela extinção dos agregados e serviçais. Valores igualitários e individualistas prevalecem na pequena família nuclear, de forma que Jablonski formula o conceito de “fam-ilha” para designar o isolamento e a privacidade do núcleo familiar que, levados ao extremo, intensificam as pressões e conflitos na transição para a parentalidade. Isto porque na “fam-ilha” o pai e a mãe sozinhos são os únicos responsáveis pela criação e bem estar das crianças em todos os aspectos, possuindo menor possibilidade de dividir estas tarefas com outros membros da comunidade na qual se inserem. Esta privatização do cuidado infantil, somada à absoluta centralidade conferida à criança na “fam-ilha”, gera nos pais o receio de que qualquer passo em falso possa vir a comprometer de forma definitiva a saúde física e o equilíbrio emocional da criança. Somam-se a isso, ainda, os fatos dos casais na transição para a parentalidade jamais terem tido experiências anteriores

com bebês, e de receberem dos meios de comunicação imagens romantizadas e idealizadas deste momento do ciclo de vida familiar³.

2.1 SOCIALIZAÇÃO EM TEMPOS DE MUDANÇA

É importante percebermos como valores e ideologias macrosociais afetam a realidade microssocial das famílias, e, principalmente, a própria constituição subjetiva dos sujeitos. Além da menor visibilidade, as transformações relativas às estruturas da subjetividade ocorrem em um ritmo diferente das aceleradas mudanças sociais e culturais. Nicolaci-da-Costa (1985) promove uma discussão interessante a este respeito, utilizando os conceitos de socialização primária e socialização secundária de Berger e Luckmann (1966) e o conceito de desmapeamento de Figueira (1981a, 1981b, 1985 e 1987). A autora observa uma descontinuidade entre sistemas simbólicos – definidos como conjuntos de crenças, valores, atitudes, expectativas e hábitos lingüísticos e extralingüísticos – a qual produz um mal-estar na família através do tempo em sociedades heterogêneas e complexas sujeitas a mudanças sociais aceleradas. Segundo ela, devido ao ritmo destas mudanças, o sujeito internaliza diferentes sistemas simbólicos ao longo da vida, o que constitui a descontinuidade, que pode gerar mal-estar e conflito, já que um mesmo sujeito terá internalizado valores diversos, por vezes conflitantes.

Tais sistemas simbólicos são internalizados ao longo do processo de socialização do sujeito, que começa na infância com a socialização primária e continua ao longo da vida com

³ Em geral, novelas e comerciais de televisão, bem como filmes em cinema ou vídeo retratam somente os prazeres da transição para a parentalidade, apresentando casais perfeitamente integrados em seus relacionamentos, geralmente assumindo papéis complementares ou harmonicamente equilibrados, sempre bem-dispostos e felizes, com bebês saudáveis e de temperamento exemplar. Estas imagens deixam de apresentar as dificuldades, os ressentimentos, as inseguranças, a sobrecarga e os conflitos que afligem novos pais e mães no cotidiano desta transição, o que somente contribui para a construção de expectativas irrealizáveis – e portanto violáveis – e o sentimento de perda experimentado pelos casais nesta fase.

a socialização secundária (Berger e Luckmann, 1966). A socialização primária se dá dentro da família, em um contexto de fortes laços afetivos, sendo os agentes socializadores, em geral, os pais ou outros familiares bastante próximos com quem a criança se identifica. É portanto através da identificação que a criança internaliza as versões que seus agentes socializadores lhe oferecem das principais características da sua cultura, fazendo sua leitura da sociedade em que vive e de si próprio nesta sociedade. Os autores mostram, ainda, que o conteúdo que o sujeito internaliza durante sua socialização primária dificilmente pode ser erradicado, por ser mais persistente e resistente à erradicação do que aquele internalizado através do processo de socialização secundária.

Este processo pressupõe o primeiro, e permite ao sujeito, já socializado, circular por outros setores da sociedade. Nestes setores, entretanto, não há tão altos graus de identificação com os agentes socializadores, o que torna o conteúdo internalizado mais frágil e suscetível de ser erradicado (Berger e Luckmann, 1966). O mais interessante é que a realidade objetiva e subjetiva construída na socialização secundária sobrepõe-se àquela internalizada durante a socialização primária, podendo haver conflito e incoerência entre os conteúdos mais primitivos e recentes. Esta incoerência é ao que Nicolaci-da-Costa (1985) se refere como descontinuidade; e o conteúdo internalizado na socialização, a autora define como sistema simbólico.

Nicolaci-da-Costa (1985) mostra que durante a socialização primária o sujeito internaliza

“uma versão de identidades e papéis sociais, do casamento (monogâmico ou não), da possibilidade ou impossibilidade do descasamento, da constituição familiar (extensa, nuclear, etc.), da reprodução biológica e de algumas das várias formas culturais de se lidar com ela, do tipo de educação a que é submetido (autoritária, liberal, etc.), e assim por diante.” (Nicolaci-da-Costa, 1985; p.156)

Esta autora chama atenção para a dimensão temporal dos sistemas simbólicos internalizados durante a socialização primária. Enquanto para Berger e Luckmann (1966) o sistema simbólico internalizado durante a socialização primária define a inserção social do sujeito no presente, Nicolaci-da-Costa (1985) expande este conceito, mostrando que ele também define sua inserção social futura. Segundo a autora, ao fornecer um guia para uma primeira inserção no social, este sistema simbólico também irá produzir no sujeito expectativas ou representações de sua futura inserção na sociedade, inserção esta que tenderia a assemelhar-se à de seus agentes socializadores, devido à identificação com estes.

Com relação ao processo de socialização secundária, Nicolaci-da-Costa (1985) também desdobra o conceito de Berger e Luckmann (1966), mostrando que em alguns setores/instituições/domínios de significado a socialização é mais fundamental e inescapável do que em outros. Um exemplo disto é a construção de uma identidade sexual, que, segundo a autora, é sem sombra de dúvida mais fundamental e inescapável do que a aquisição de habilidades específicas como dirigir um automóvel. Assim, a autora estabelece que os momentos mais básicos da socialização secundária são aqueles em que o sujeito é chamado a reproduzir a ordem social, passando a se relacionar institucionalmente com um outro a partir de posições nas quais anteriormente viu seus agentes socializadores estarem. A constituição da família durante a transição para a parentalidade é um destes momentos, que, segundo a autora, permitem uma observação privilegiada da descontinuidade (ou continuidade) entre os sistemas simbólicos internalizados no processo de socialização primária e em processos de socialização secundária.

Nicolaci-da-Costa (1985) argumenta, ainda, que o resultado desta descontinuidade socializatória corresponde ao conceito de desmapeamento formulado por Figueira (1981a, 1981b, 1985 e 1987), o qual refere-se à convivência, no sujeito, em níveis diferentes, de dois

ou mais conjuntos de valores (ou mapas) internalizados em algum momento da sua formação. Trazendo estes conceitos teóricos para a vivência dos casais na transição para a parentalidade, poderíamos compreender casais com propostas igualitárias de relacionamento (ou valores de gênero igualitários) mas com divisões tradicionais de papéis parentais à luz dos conceitos de descontinuidade socializatória e desmapeamento.

Esta convivência de diferentes conjuntos de valores e a ausência de ordem, forma ou mapa, mas presença de ordens, formas e mapas contraditórios são o que os autores brasileiros da década de 80 interpretaram como 'crise da família'. A principal razão para esta interpretação foi o primeiro impacto da perda de referências claras acerca dos papéis masculinos e femininos, dentro e fora da família. Na realidade, estas questões não se resolveram, mas evoluíram, extrapolando o sujeito, e mesmo a perplexidade dos pesquisadores, pois caracterizam a passagem da experiência moderna para uma experiência pós-moderna.

2.2 A FAMÍLIA NA PÓS-MODERNIDADE

A paisagem de múltiplas configurações familiares descrita anteriormente por Vaitsman (1997) indica a entrada de uma nova época, que não vem substituindo, mas multiplicando as possibilidades do *dever* na atualidade: trata-se da experiência pós-moderna que, segundo Bauman (1999), se caracteriza pela pluralidade, simultaneidade e fluidez; pela ambivalência, pela consciência da contingência, pela incerteza (ou pela certeza da ilusão da verdade) e pela indeterminação. A pós-modernidade, portanto, desconstrói muitos dos conceitos construídos na modernidade, quando a norma era a busca da ordem racional e da verdade universal,

incluindo-se aqui a verdade sobre as naturezas da mulher e do homem (e sobre seus papéis dentro da família).

De acordo com Bauman (1999), o que caracteriza a modernidade é a busca da ordem, e o preço pago por esta busca é o da ambivalência. Ao buscar sustentar a ordem, a modernidade produziu discursos que visavam dar ao mundo uma estrutura, classificar as coisas, negar ou suprimir o acaso e a contingência. Tais discursos postulavam que o mundo consiste em entidades discretas e distintas, e tornavam real esta postulação ao separar, segregar, incluir e excluir estas entidades em classes. Classificar é, portanto, uma função fundamental do discurso moderno. O conceito de gênero é uma classificação: masculino e feminino são classes que englobam, separadamente, uma série de atributos prescritos pela cultura para homens e mulheres. Os dicionários costumam significar “gênero” primeiro como “tipo, classe, categoria”, depois como “classe gramatical onde um substantivo masculino ou feminino corresponde aproximadamente à distinção de sexo” e somente depois como “sexo” (Barsa, 1973). Em uma versão mais atualizada, já podemos encontrar um significado aproximado ao antropológico: “a forma como se manifesta, social e culturalmente, a identidade sexual dos indivíduos” (Ferreira, 2000). A similaridade entre estes significados é evidente: em ambos os casos sistemas classificatórios foram gerados se baseando de alguma forma na diferença sexual biológica. Em ambos os casos, entretanto, os membros de cada classe resultante pode ser só remotamente relacionado à masculinidade e à feminilidade. Como mostra Kehl (1998), “homem” e “mulher” são os primeiros significantes que nos designam, antes mesmo de chegarmos ao mundo e antes mesmo de qualquer possibilidade de escolha ou desejo. A cultura nos designa uma destas categorias, a partir das diferenças inscritas em nossos corpos, e através delas nos significamos como sujeitos e nos

posicionamos perante o mundo. O gênero, portanto, classifica em masculino e feminino não só as palavras e nossos corpos, mas também nossa própria subjetividade.

Bauman (1999), entretanto, nos mostra como o subproduto do trabalho de classificação é a ambivalência. Os discursos modernos se destacam pelo esforço em definir a realidade com precisão – e eliminar ou suprimir aquilo que não pode ser precisamente definido. A ambivalência se instala quando os instrumentos de definição e estruturação se mostram inadequados: a situação pode não pertencer a qualquer das classes discriminadas, ou pode recair em várias classes ao mesmo tempo. Isto gera uma sensação de indecisão, irresolução e perda de controle. “As conseqüências da ação se tornam imprevisíveis, enquanto o acaso, de que supostamente nos livramos com o esforço estruturador, parece empreender um retorno indesejado” (Bauman, 1999; p.10).

A impossibilidade de se sustentar a ambivalência é um traço da modernidade, mas na pós-modernidade torna-se possível conviver com ela, o que, para as mulheres e homens de nossos dias, significa um alargamento de suas possibilidades de um *dever* próprio. A pós-modernidade, como mostra Bauman (1999), se caracteriza pela consciência de que não há nenhuma saída certa para a incerteza; de que a contingência é inevitável; de que a “verdade” é uma relação social, como o poder, um aspecto da forma hegemônica de dominação ou de uma pretensão a dominar pela hegemonia. Uma vez derrubada a auto-ilusão sobre a verdade racional universal, emergem as possibilidades, a pluralidade, a diferença, a diversidade de verdades e a tolerância da divergência. E, por estas mesmas características, a pós-modernidade não desloca a ânsia moderna de certeza e uniformidade:

“sendo o que são, a mentalidade e prática pós-modernas não podem deslocar, eliminar ou sequer marginalizar coisa alguma. (...) A pós-modernidade é fraca em matéria de exclusão. (...) Está sem dúvida condenada a uma longa e dura coexistência no mesmo quarto com a inimiga jurada (modernidade).” (Bauman, 1999; p.270)

Portanto, ao direcionarmos nosso olhar à família no contexto atual, veremos uma paisagem de muitas cores e tons, que muda constantemente de relevo, e que seria impossível enquadrarmos, como numa fotografia. Isto porque trata-se de uma paisagem de múltiplas formas, onde a diferença e a pluralidade de experiências cada vez mais encontram expressão, e também onde práticas e valores diferentes, muitas vezes incongruentes, convivem em paralelo ou articulados de formas diversas, às vezes dentro de um mesmo sujeito. Da mesma forma, os gêneros masculino e feminino misturam e diluem também suas fronteiras, se indeterminam e redefinem em situações diversas, nas vivências particulares.

2.3 UM BREVE PANORAMA ATUAL DA FAMÍLIA BRASILEIRA

Em 20 de Setembro de 1998, o jornal Folha de São Paulo apresentou no caderno "Família" os resultados de um estudo que buscava retratar as novas modalidades de organização, hábitos e valores da família brasileira contemporânea. No intuito de esboçarmos um breve panorama da família brasileira atual, optamos por nos limitarmos aos dados oferecidos por este estudo, no intuito de evitarmos o alongamento desta subseção. Apesar de reconhecermos as limitações desta tentativa, que perde muito da multiplicidade e riqueza da experiência familiar cotidiana, podemos aproveitar algumas questões levantadas pelo estudo, como as continuidades e rupturas de valores, comportamentos e atitudes no campo da família e também as transformações nos papéis de gênero desempenhados por mulheres e homens. É importante ressaltar que a referida pesquisa possui limitações metodológicas importantes, como a indiferenciação dos sujeitos nas diversas camadas sociais, a inclusão de idades não representativas - com sujeitos casados aos 16 anos - e a exclusão de sujeitos/famílias recasadas, formadas por adoção ou homossexuais. Além disso, a escolha por uma

metodologia quantitativa pode também ter estreitado o campo de visão do estudo ao tratar de assuntos tão íntimos e subjetivos. Apesar destas questões, é possível identificar o valor do cenário familiar contemporâneo que a pesquisa apresenta, principalmente ao articularmos os principais dados da pesquisa com a bibliografia atual sobre o tema.

A pesquisa da Datafolha (1998) confirma o cenário de múltiplas configurações familiares: segundo o estudo, além dos tradicionais casais com filhos, existem atualmente pelo menos outros quatro grupos familiares fortes na sociedade, a saber, os casados sem filhos, os solteiros com filhos, os solteiros com filhos que moram com os pais e os separados ou viúvos com filhos. Para cada um destes grupos há fatores sócio-econômicos e culturais atuais que justificam sua formação. Os casais sem filhos, por exemplo, hoje podem optar por não tê-los sem sofrerem a pressão social de outrora, quando a identidade social adulta passava necessariamente pela procriação. Da mesma forma, os solteiros sem filhos, cuja maioria são as conhecidas 'mães solteiras' e 'produções independentes', censuradas e excluídas até duas décadas atrás, hoje cada vez mais acolhidas e até admiradas: a procriação, portanto, deixa de passar necessariamente pelo casamento. O aperto das classes média e populares levam muitas mães e pais solteiros a morarem com seus pais, formando famílias onde os avós se tornam cuidadores primários, devido ao maior tempo disponível e devido à dificuldade de se sustentar uma família com uma única fonte de renda.

Apesar das transformações que multiplicaram suas formas, a família ainda é a instituição social mais presente e importante na vida das pessoas. A enquete revelou que a grande maioria dos entrevistados pretende casar (91%) e ter filhos (88%); 61% dos brasileiros valorizam muito a família, mas só 31% tem a mesma opinião sobre o casamento, que se torna cada vez menos freqüente nos anos 90. Homens e mulheres se diferenciam em suas atitudes frente à família: eles ainda apresentam uma maior tendência a valores tradicionais já

substituídos por elas. Vale notar, entretanto, que as transformações femininas parecem ser mais efetivas e avançadas no mundo público do que no privado, principalmente quando há filhos.

Não mais prevalece a família patriarcal. No cenário apresentado pela pesquisa em questão, a mãe emerge como figura mais importante da casa, pois além de cumprir tarefas domésticas tradicionais torna-se uma das principais fontes de renda, conquistando poder e autoridade – atributos tradicionalmente relacionados à figura do patriarca. Suas atribuições domésticas envolvem desde contas a pagar até a educação e o afeto. O homem, por outro lado, perde o “status” de único provedor da casa, embora não assuma novas funções definidas na relação familiar. A figura masculina encontra-se “em xque” no contexto atual, sustentando uma indeterminação que carrega de ambigüidade e conflito de valores o papel masculino dentro da família.

Os principais temas levantados pela pesquisa se referem às transformações nos papéis de gênero desempenhados por mulheres e homens tanto no interior da família quanto nas esferas públicas da sociedade, assim como a subordinação dos laços conjugais à satisfação emocional. Estes fatores diluíram e flexibilizaram papéis e atribuições dentro da família, bem como fragilizaram e tornaram instáveis seus laços, “em nome do amor”.

2.3.1 OS NOVOS PAPÉIS DA MULHER

As profundas mudanças histórico-sociais, como a entrada da mulher no mercado de trabalho, a globalização, a tecnologia da informação e o advento da pílula anticoncepcional feminina trouxeram para a contemporaneidade uma nova postura sobre a expressão do papel social feminino. A pesquisa “Família” da Folha de São Paulo (1998) citada acima apresenta

uma mulher independente, que se tornou a principal figura da família, tanto no afeto quanto no sustento.

Nesse cenário, a mãe emerge como a mais importante figura da casa, já que além de cumprir as tarefas tradicionalmente atribuídas à mulher, torna-se uma das principais fontes de renda, obtendo dessa forma autoridade e poder dentro a família. As mulheres continuam a cuidar da casa e a estabelecer relações de afetividade com os filhos, mas agora também lhes trazem disciplina, e decidem o orçamento familiar. A mulher deixa de ser dona de casa, para tornar-se dona da casa.

Esta transformação implica necessariamente em uma mudança da mulher em relação ao cônjuge ou parceiro. A mulher passa a exigir mais da relação conjugal, buscando desenvolver sua sexualidade, exigindo respeito e igualdade do companheiro. A hierarquia sexual dentro do casamento é praticamente extinta na classe média, chegando a ser bastante diminuída nas classes baixas (Vaitsman, 1997). Como consequência, as mulheres conquistam o poder de romper com laços conjugais, podendo decidir permanecer ou sair de um casamento insatisfatório. Féres-Carneiro (1998) apresenta dados clínicos e do judiciário (Féres-Carneiro, 1995; IBGE, 1996) os quais indicam que a grande demanda de separação é feminina – mais de 70% das separações judiciais são requeridas por mulheres.

Além de poderem sair de um casamento ruim, as mulheres passaram, segundo a Datafolha, a valorizar menos esta instituição social. Este estudo salienta que proporcionalmente menos mulheres do que homens valorizam o casamento. Só 36% delas, disseram que seriam felizes num casamento como o dos pais, contra 73% no caso do sexo masculino. Podemos confirmar a partir destes dados que as mulheres tornaram-se mais exigentes e críticas em relação à instituição do casamento.

Além disso, no domínio da cultura, através da mídia, o casamento tradicional sofreu ataques ideológicos, da denúncia feminista contra a opressão da mulher ao questionamento da autoridade do "pater famílias". As "mulheres resolvidas" e independentes invadiram os meios de comunicação, e os maridos violentos e cruéis passaram a ser justamente abandonados, rejeitados e até denunciados às autoridades - e, assim, a união conjugal deixou de ser vista como indissolúvel, mesmo em países predominantemente cristãos como o Brasil.

À primeira vista, a baixa valorização do casamento pode ser compreendida à luz do contexto urbano em que vive $\frac{3}{4}$ da população feminina. As mulheres invadiram o mercado de trabalho, passando a transitar entre as esferas pública e privada sem mais precisar do intermédio masculino. Desta forma, uma mulher na sociedade contemporânea passa a vislumbrar a possibilidade de constituir uma identidade social desvinculada do casamento: ela agora pode ser "Maria a arquiteta" e não mais "a mulher de José".

O que se observa então é um número cada vez maior de famílias monoparentais formadas e presididas por mulheres. Estas são as "mães solteiras" que tiveram filhos cedo, geralmente de relacionamentos curtos, as desquitadas ou separadas que muitas vezes tomam para si não só a guarda dos filhos, mas seu sustento e o da casa, e as viúvas, que constituem o grupo de maior idade e renda. Estes três grupos encontram facilmente no contexto social as causas de sua existência: mães solteiras temem e encontram dificuldade em encontrar parceiros com quem possam dividir os cuidados com os filhos; as separadas e desquitadas não encontram parceiros equivalentes, já que os homens tendem a se re-casarem rapidamente após a separação; e, por fim, as viúvas, pelo mesmo motivo das separadas, e também por enfrentarem preconceito social, principalmente dentro da própria família, permanecem sem parceiros.

O processo de profissionalização da mulher se inicia timidamente com a mulher ingressando em profissões tipicamente femininas, para adentrarem nos espaços até então destinados aos homens. Este fenômeno estabelece as bases sociais não só para uma redefinição do papel feminino - e, conseqüentemente, do masculino - como também para novas possibilidades de relacionamentos homem x mulher e mulher x filhos. Esta mudança social se dá mais rapidamente entre mulheres das classes médias, com acesso mais rápido à educação e à ascensão econômica.

“Quando a profissão de professora primária deixou de satisfazer às aspirações de um número cada vez maior de mulheres oriundas das classes médias, elas passaram a buscar vagas nas universidades, estavam criadas as condições para que a hierarquia sexual na família e na sociedade fosse questionada” (Vaitsman, 1994; pg.63).

É o trabalho feminino, portanto que estabelece a possibilidade das mulheres constituírem uma identidade social independente dos homens. No cotidiano, o significado deste trabalho é inicialmente unicamente o do sustento. Com o aumento do acesso feminino às instituições educacionais, o trabalho da mulher adquire um significado também de realização pessoal. Vaitsman (1997), em um estudo sobre mulheres de baixa renda, observa que o significado do trabalho enquanto realização pessoal também se apresenta entre mulheres das camadas baixas. Ela aponta que enquanto mulheres das classes médias vinculam o trabalho a um projeto profissional de ascensão e crescimento, as mulheres das camadas de baixa renda associam o trabalho à autonomia, liberdade e “distração” dos problemas domésticos - ambos os grupos alcançando, dentro destes significados, um sentido de realização pessoal.

Ainda de acordo com Vaitsman (1997), entre as mulheres de baixa renda, o desejo de independência realizado através do trabalho coexiste não só com a necessidade concreta do trabalho remunerado para o sustento dos filhos, como também com valores tradicionais da domesticidade feminina: ela também deseja e atribui somente a ela própria os cuidados com a

casa e com os filhos. A mulher, então, rompe com alguns valores, e dá continuidade a outros, convivendo com mundos simbólicos distintos. A tão falada "culpa materna" tem aqui sua origem e reflete, ainda, a sobrecarga de funções da mulher na família contemporânea.

A pesquisa da Folha de São Paulo constata também o acúmulo de funções tradicionais da mãe com as de provedora da casa provocando uma sobrecarga de trabalho. As mulheres foram para o espaço público, em busca de trabalho, mas não se retiraram do âmbito familiar e doméstico, o que caracteriza a dupla jornada de trabalho feminina. Aqui vemos claramente a coexistência de valores tradicionais e contemporâneos no que se refere ao papel feminino na sociedade atual.

Como aponta a pesquisa em discussão, esta coexistência de valores coloca sobre as mulheres cobranças que são resquícios de valores tradicionais arraigados. Moralmente, a mulher é mais cobrada do que o homem: uma mesma falta será mais grave se cometida por ela. O pai trair a mãe é considerado um problema muito sério por apenas 55% dos brasileiros com idade a partir dos 16 anos. No entanto, se a mãe trair o pai com outro homem, 75% consideram o problema muito grave. E ainda que pareça paradoxal, a condenação é maior por parte das mulheres, que consideram muito grave a filha mulher roubar, abandonar a escola, prostituir-se, praticar aborto e manter relacionamento homossexual.

O que vemos, então, é uma pluralidade de valores e de mundos simbólicos inscritos em um mesmo segmento social, coexistindo dentro das famílias, e até mesmo dentro de um mesmo sujeito. A figura do feminino, neste contexto, é fundamental por trazer em sua pluralidade de expressão a possibilidade de ruptura, provocando mudanças na sociedade em geral, incluindo no papel social do homem.

Há, portanto, um feminino emergente no contexto pós-moderno, e é deste feminino que nos fala Darcy de Oliveira (1999), em livro cujo título "Elogio da Diferença" já faz clara

referência à pós-modernidade descrita por Bauman (1999). Esta autora promove uma análise do percurso do movimento feminista, de sua demanda de igualdade à afirmação da diferença, mostrando que este caminho atravessa necessariamente “a *no man's land* da ambigüidade, situada a meio caminho dos territórios do masculino e do feminino” (p.75). Justamente por terem passado a circular entre e através destes dois territórios é que as mulheres encontraram uma demanda ambivalente sobre sua condição: seja homem e seja mulher. Assim, neste início do percurso, elas encararam o desafio com coragem, mas logo se deram conta do equívoco da proposta de igualdade, que mantinha o masculino como a referência, da qual o feminino era simplesmente o inverso (e permanecia inferior), ainda delineado pelos discursos classificatórios da modernidade. Numa segunda etapa, que se desenha nos anos 70 e vem amadurecendo até se tornar – agora – nítida, a contestação feminina anuncia que as mulheres não são inferiores aos homens, mas também não são iguais a eles, e que essa diferença, longe de representar uma desvantagem, contém um potencial enriquecedor de crítica da cultura. Esta é uma possibilidade de expansão dos limites do feminino oferecida pela mentalidade pós-moderna, e, como vimos anteriormente, a experiência pós-moderna inscreve no sujeito a consciência da contradição, o sentimento de ambigüidade, a ambivalência assumida.

Assim, segundo a autora, a mulher contemporânea tenta fazer coexistirem em si desejos que se anulam e se superpõem sem integração possível; ela se desloca de uma existência à outra, de um desejo a outro, em um esforço desesperado de ser tudo ao mesmo tempo, mas acima de tudo, de poder escolher seu próprio destino. A mulher pós-moderna não se conclui, mas se constrói neste contexto de diversidade, experimentando novos lugares, e abrindo novos espaços para seus companheiros e filhos.

2.3.2 REDEFININDO O MASCULINO

Ao ampliar e modificar seu papel social tanto na esfera pública quanto na esfera privada, a mulher, no contexto contemporâneo, provoca fatalmente a desestruturação do papel masculino tradicional. O homem, neste cenário de rápidas transformações e divergências de valores, tem seu papel questionado e tornado ambíguo, criando-se a necessidade de sua redefinição. A pesquisa que vimos discutindo apresenta uma figura de homem enfraquecido, tanto dentro quanto fora da família, já que sua condição tradicional de provedor é alcançada quando ele passa a dividir, competir e até perder acesso ao mercado de trabalho para a mulher. A repercussão disto dentro da família é imediata, com as mulheres equiparando seu poder econômico e familiar, sem, no entanto, abandonar o seu tradicional papel de maternagem.

Embora perdendo o "estatus" de único provedor da casa, o homem não assume novas funções na relação familiar. As atividades domésticas que incorpora ou continua a exercer são em sua maioria lúdicas ou "de ajuda" – expressão que denota papel complementar nas atividades domésticas e familiares. Dados da Datafolha (1998) constata-se que, em comparação com a mãe, o pai é considerado menos importante e conseqüentemente menos companheiro dos filhos. Os homens realizam principalmente atividades de lazer com as crianças mas não auxiliam os filhos com as atividades escolares, nem com os cuidados da casa. Apenas 4% dos entrevistados reconhecem que o pai é o principal companheiro no momento de limpar a casa.

O vazio deixado pelos homens aparece em outros indicadores desta pesquisa. A maioria da população com 16 anos ou mais não almoça com o pai durante a semana e mesmo nos fins de semana o pai é ausente das refeições. No momento em que estão com problemas e

necessitam conversar com alguém, recorrem mais a mãe e aos irmãos. Apenas 6% dos entrevistados falam com o pai sobre sexo e somente 18% procuram o pai para conversar sobre dinheiro. Principalmente nas camadas de baixa renda, o modelo de homem (pai e marido) dominante é o de desempregado, alcoólatra, ausente na maior parte do tempo. Talvez seja por isso que 16%, não considerem positiva a relação com o pai e somente 8% acreditam que a relação seja regular, ruim ou péssima com a mãe. Estes dados apontam para a perda de prestígio da figura do pai dentro das famílias de baixa renda.

No processo de construção da identidade, o menino vai buscar figuras masculinas identificatórias que cada vez menos correspondem à figura do pai: o jogador de futebol, o músico, o traficante de drogas nas favelas. Ausente e esvaziado de suas funções familiares, o homem também é menos cobrado moralmente dentro de casa. Na visão dos brasileiros, a mãe deve ser sempre mais correta que o pai, as mesmas faltas cometidas por ele são consideradas mais graves quando cometidas por ela (Datafolha, 1998). Da mesma forma, a figura do pai deixa de representar a lei, como tradicionalmente: agora é a mãe quem impõe os limites, e o pai é a segunda instância na educação dos filhos.

Não foram somente mudanças no papel do pai dentro da família que trouxeram indefinição para a representação de masculino. Importantes também foram as mudanças na relação homem x mulher dentro do casamento e no convívio social. A pesquisa Datafolha registrou que os homens percebem as mulheres que trabalham como competidoras que, disputando as mesmas vagas na força de trabalho, constituem ameaça significativa. Embasados no tradicionalismo ou no próprio medo de perder espaço, 79% dos homens declararam que gostariam que as mulheres empregadas voltassem para casa.

Nolasco (1995) apresenta o homem contemporâneo inserido no contexto pós-moderno: fragmentado, indeterminado e carregado de ambigüidade em seu papel social. Ele discute a

indeterminação atual da representação do que é ser homem – o que o leva a propor uma “Desconstrução do Masculino”. Para ele, as denominações “masculino” e “feminino” não dão conta das múltiplas possibilidades de expressão do homem e da mulher na sociedade contemporânea. Este autor questiona ainda o recurso da utilização de ambas as denominações para se tentar representar estas novas possibilidades contemporâneas, rejeitando como um todo qualquer estereótipo sexual :

“É necessário avançar além deste suposto ‘homem feminino’, para compreender que os esforços dos indivíduos estão dirigidos para a busca de legitimação de desejos e comportamentos até então socialmente atribuídos à mulher. Se por um lado a denominação homem feminino garante certa qualificação para alguns desejos, por outro, ela encarcera o indivíduo no campo dos estereótipos sexuais “ (Nolasco, 1995; pg. 19).

Em seu estudo, Nolasco afirma que a presente indefinição da representação de homem precisa ser sustentada e suportada para que os homens contemporâneos possam experimentar as múltiplas possibilidades oferecidas pela pós-modernidade, que dilui fronteiras e determinações. As exigências viris de posse e poder, bem como de assertividade e competitividade sexual mantêm os homens presos à questão do desempenho, limitando-os portanto a um estereótipo sexual conflitante com as novas demandas sociais e mesmo com as novas possibilidades de desejo e de expressão do masculino.

Por isso, Nolasco clama para que a indeterminação do masculino seja sustentada como uma forma de permitir liberdade ao homem para experimentar e construir uma nova identidade neste contexto de transformações sociais que produzem ambigüidade, confusão e incertezas. A leitura do trabalho deste autor contribui para o entendimento de como o homem também – assim como a mulher – é exposto às diversas forças sociais, com suas demandas contraditórias e produção de desejos ambíguos, o que apresenta um potencial para pluralizar a

experiência masculina e transformar também a vivência da paternidade, como veremos mais adiante.

2.3.3 O AMOR NO CASAMENTO CONTEMPORÂNEO

Como foi visto anteriormente, os papéis sociais masculinos e femininos passaram por transformações e provocaram mudanças que se refletiram em toda sociedade, dentro e fora do ambiente familiar. Tal fato ocorreu também no casamento, instituição social que tradicionalmente alicerçava a família, articulando de forma definida e normativa os papéis do homem e da mulher, suas funções e dinâmicas.

A pesquisa Datafolha (1998) apresenta uma percepção social do casamento com reduzida importância: casar é, para os entrevistados, menos importante do que constituir família. Para as mulheres, especialmente, tornar-se mãe é um projeto maior do que encontrar parceiro. Apesar de ser alto o índice de valorização da família (61%), somente 31% dos entrevistados têm o casamento em mais alta conta. O casamento, portanto, deixa de ser o evento inaugural da família: as uniões estáveis informais se multiplicam, e mesmo de encontros menos duradouros passam a se formar famílias.

Para o psicanalista Cotardo Calligaris (citado na pesquisa Datafolha, 1998), não existe contradição entre as avaliações de família e casamento. "O casamento não é mais a instituição que funda a família. Sobretudo nas últimas décadas, o fundamento da família veio a ser o amor. O amor passa por cima de suas sanções institucionais, como o casamento", diz ele. Este autor chama a atenção para o fato de que 56% dos entrevistados que são ou já foram casados, citam o amor e a paixão como a causa da união, enquanto somente 7% declaram que se casaram principalmente para constituir família. Ele coloca que "se a família é regida pelo

amor, espera-se dela muito mais do que se esperava da família tradicional. Segurança, reprodução social, podem continuar sendo valores, mas não são mais as peças-chave.” Da união por amor espera-se felicidade afetiva e sexual, expectativas estas altamente passíveis de frustração, o que fragiliza a relação conjugal. No entanto, para o autor, esta fragilidade reflete mais a importância da família do que sua fraqueza: “a família se torna frágil não por ter perdido importância, mas por ser mais importante do que nunca, e portanto carregar uma aposta enorme”.

A entrada do amor romântico como condição para o estabelecimento de laços conjugais é tanto um resultado da entrada de valores individualistas igualitários quanto uma das explicações fundamentais para a fragilidade contemporânea do casamento. Féres-Carneiro (1998), citando Flandrin (1981), mostra que o amor, apesar de presente na literatura ocidental desde o século XII, só a partir do século XVIII passa a existir enquanto amor conjugal. Antes disso, o amor-paixão era basicamente extraconjugal, e o casamento tinha como função essencial estabelecer ligações político-econômicas entre as famílias (Jablonski, 1998). Com a possibilidade da vivência do amor conjugal, um novo ideal de casamento vai se firmando aos poucos no Ocidente. O erotismo e o amor-paixão entram no casamento, que assim se impõe como modelo: é preciso que o homem e a mulher se amem ou que pareçam se amar para que possam estabelecer laços conjugais na sociedade. “Hoje ninguém duvida da dignidade do amor conjugal. A sociedade contemporânea não aceita mais que alguém possa se casar sem desejo e amor” (Féres-Carneiro, 1998).

Esta autora, em seu estudo sobre casamento contemporâneo, afirma que os ideais do amor romântico tendem a se fragmentar, sobretudo pela pressão da emancipação da mulher e da autonomia feminina. As categorias de “para sempre e único” do amor romântico, não prevalecem na conjugalidade contemporânea. Segundo Calligaris (citado na pesquisa

Datafolha, 1998), o contrato incondicional do casamento foi substituído pela condicionalidade do amor. A união dura enquanto o amor existir, o que torna ainda mais difícil a realização de um ideal de família.

O casamento, portanto, tenderá a acabar quando acabar o amor. Isto é verdade principalmente para as mulheres. Féres-Carneiro ilustra este tema com a pesquisa para dissertação de mestrado de Magalhães(1993), quem verificou que num grupo de 20 mulheres, somente uma não definiu o casamento enquanto relação amorosa.

Além da "impossibilidade do amor", a convivência da conjugalidade e da individualidade dentro do casamento contemporâneo também se configura como grande desafio. Féres-Carneiro (1998), discorre sobre este tema enfatizando a influência de valores individualistas na constituição e manutenção do casamento contemporâneo: "Os ideais contemporâneos de relação conjugal enfatizam mais a autonomia e a satisfação de cada cônjuge do que os laços de dependência entre eles. Por outro lado, constituir uma casal demanda a criação de uma zona comum de interação de uma intimidade conjugal." Assim, a autora estabelece um dos grandes impasses por que passa o casamento na contemporaneidade. Como ser dois sem deixar de ser um? O amor traz a "ilusão da fusionalidade", num contexto impregnado de valores individualistas, o que torna a convivência entre da individualidade e da conjugalidade tão difícil, fragilizando, portanto, o casamento.

Com isso, ocorrem números cada vez mais altos de separações e recasamentos que pluralizam as relações e papéis. Entram em cena os namorados da mãe, as namoradas do pai, seus filhos, mães que são chefes de família, pessoas que se tornam pais e avós na mesma época. Não existem modelos aos quais se adequar. Novas configurações trazem mais maleabilidade às relações familiares. A receita passa a ser a flexibilidade, o jogo de cintura e a criatividade dentro de uma família apaixonada.

No panorama atual da família, portanto, as transformações mais marcantes se referem às mudanças nos valores e relações de gênero, com a flexibilização e mesmo a dissolução das fronteiras entre o masculino e o feminino, o que possibilita a pluralidade de experiências e possibilidades na vivência familiar. Ainda, sendo o amor agora o principal elo que fundamenta a relação entre homens e mulheres, a convivência familiar submetida à satisfação emocional se transforma em um campo de constantes negociações, construções e desconstruções de papéis sociais dentro da família. Este cenário aponta para a riqueza e complexidade do momento da transição para a parentalidade, quando mulheres e homens se deparam com o conflito subjetivo entre referências tradicionais e expectativas igualitárias, quando as diferenças sexuais e individuais se tornam mais evidentes em suas interações, e quando o casal enfrenta as pressões e desafios concretos do cuidado infantil, sempre submetidos a contingências sociais no nível macro. Estaremos, portanto, nos próximos capítulos, dirigindo nosso olhar a estas questões, na busca de conhecer a vivência contemporânea da transição para a parentalidade, deslocando nossa discussão através das macro e microvariáveis que a influenciam e constituem.

3. GÊNERO E PARENTALIDADE

Quando nos referimos ao gênero, não estamos apenas nos referindo a características individuais de sujeitos homens ou mulheres, mas ao que Cecilia Ridgeway (1997; pg.219) descreve como “um sistema multinível de diferenças e desvantagens que inclui organizações socioeconômicas e crenças culturais generalizadas no nível macro, maneiras de se comportar em relação aos outros no nível interacional e traços e identidades adquiridos no nível individual”.

Ser macho ou fêmea, nas sociedades humanas, não corresponde a ser homem ou mulher. Um macho ou uma fêmea transforma-se em um homem ou uma mulher através do processo de socialização, onde ocorre a assimilação dos valores e prescrições sociais de sua cultura. A distinção entre gênero e diferença sexual nos permite compreender o gênero como uma constrição social. Como vimos anteriormente, podemos pensar o termo “gênero” como algo que se refere a elaborações psicossociais das diferenças sexuais. Estas elaborações produzem crenças compartilhadas, preconceitos e prescrições sobre características apropriadas para cada sexo. “Gênero” é, portanto, um conceito psicossocial que reflete a apropriação, a compreensão e o uso que a cultura faz das diferenças sexuais biológicas. Assim, o gênero é também uma interpretação do significado da diferença sexual.

Esta interpretação não só varia entre culturas diferentes, conforme mostra Margareth Mead (1949) como é também fluida e flutuante dentro de uma mesma cultura, o que é o caso de nossa cultura ocidental, haja vista a “revolução feminina” que transformou rapidamente o papel da mulher na sociedade, sem substituir modelos tradicionais, de forma que valores tradicionais e modernos passaram a coexistir tanto na cultura quanto dentro de um mesmo sujeito. Vaitsman (1997) discute a pluralidade de mundos presentes na subjetividade de

mulheres brasileiras de baixa renda, examinando como valores de gênero tradicionais e modernos circulam simultaneamente nas experiências das mulheres na medida em que elas passam a circular pelas esferas pública e privada sem a figura de um homem pai ou marido como mediadora.

Como assinala Kehl (1998), "homem" e "mulher" são os primeiros significantes que nos designam, antes mesmo de chegarmos ao mundo e antes mesmo de qualquer possibilidade de escolha ou desejo. A cultura nos designa uma destas categorias, a partir das diferenças inscritas em nossos corpos, e através delas nos significamos como sujeitos e nos posicionamos perante o mundo. O gênero, portanto, classifica em masculino e feminino não só as palavras e nossos corpos, mas também nossa própria constituição subjetiva.

Em outras palavras, nós associamos aspectos particulares de nós mesmos com o fato de sermos mulheres ou homens; isto é o gênero no nível individual. Nós também expressamos a feminilidade ou a masculinidade na forma como nos relacionamos uns com os outros, o que é o gênero no nível interacional. Em um nível macro ou social, o gênero é uma propriedade de nossas organizações sociais e de nossas crenças culturais mais amplamente difundidas (Osmond e Thorne, 1993; Ridgeway, 1997). Estes vários níveis não funcionam de forma isolada, mas são interdependentes entre si.

As pessoas podem, por exemplo, expressar suas crenças individuais sobre gênero através da forma como interagem socialmente (Deaux e Kite, 1987); estas interações sociais se dão em contextos histórico-culturais mais amplos, o que aqui chamaremos de contexto institucional.

Estaremos utilizando o termo institucional para compreender os gêneros enquanto construções simbólicas ou sistemas de crenças (Deaux e Kite, 1987; Osmond e Thorne, 1993) os quais tanto estruturam quanto são reproduzidos em instituições sociais como famílias,

mercados de trabalho e hospitais (Walzer,1998). Também usaremos o termo “institucional” para diferenciar o contexto cultural e estrutural no qual novos pais e mães desenvolvem suas identidades das interações entre eles dentro deste contexto. Como Anthony Guiddens nos mostra, a sociedade é uma produção de seus membros, mas não simplesmente sob a condição de suas próprias escolhas (1993). Para novos pais e mães é bastante relevante a noção marxista de que as pessoas constroem sua própria história mas não da forma como bem entendem.

As noções de “mãe” e “pai” são categorias sociais cujos significados são influências socializadoras sobre os indivíduos que assumem estes papéis e são também institucionalizados no imaginário cultural associado com a maternidade e a paternidade (Walzer, 1998). E como Berger e Luckman afirmaram, as instituições

“Pelo próprio fato de sua existência, a instituição controla a conduta humana ao estabelecer padrões pré-definidos de conduta, que convergem o comportamento para uma direção, contra as muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis.” (1966; pg.55)

O que estamos sugerindo é que novos pais e mães são levados a uma polarização de papéis de gênero por contratos/organizações sociais, e principalmente, pelo imaginário cultural que define e constrói o significado de ser uma “boa” mãe ou um “bom” pai, esposa ou marido, mulher ou homem. Os jovens casais, durante a transição para a parentalidade, são fortemente influenciados por crenças, valores e prescrições sociais, ou seja, por padrões instituídos socialmente: este é o nível institucional operando. Entretanto, conforme Berger e Luckman (1966), a ordem social é uma produção humana em constante andamento, o que significa que novos pais e mães têm a possibilidade de agir e interagir de formas que redefinam a maternidade e a paternidade. Esta possibilidade passa pelo reconhecimento de como se dá a especialização e a desigualdade de gênero nas relações entre mulheres e

homens. A parentalidade evidencia o gênero, não o inaugura. McMahon (1995) sugere que a maternidade não é simplesmente uma expressão da identidade feminina para as mulheres, mas que a maternidade produz um senso de identidade de gênero nas mulheres. Acreditamos que o gênero pode ser produzido na relação da mulher com seus filhos, mas ao estudarmos as mães no contexto de suas relações com os pais, também acreditamos haver produção de gênero na relação entre mulheres e homens de maneiras que precedem a forma como homens e mulheres se organizam na transição para a parentalidade.

Dentro de nossa perspectiva, as relações de gênero são centrais à vida social, atuando como elemento fundamental na organização de nossas vidas e instituições. Trabalhamos com o conceito de gênero a partir da perspectiva da Psicologia Social. Isto significa dizer que o gênero é considerado como um conceito dinâmico que é produzido por e age sobre diferentes processos nos níveis individual, interacional, grupal, institucional e cultural (Deaux e LaFrance, 1998). Desta forma, gênero passa a ser muito mais do que diferenças individuais entre mulheres e homens, ou diferenças biologicamente determinadas entre o feminino e o masculino.

Deaux e Major (1987), na Psicologia Social, e West e Zimmerman (1987), na Sociologia, apresentam visões muito semelhantes sobre a forma como as questões de gênero devem ser abordadas. Estes autores enfatizam tanto as flutuações dinâmicas do gênero no cotidiano quanto o sistema social mais amplo no qual as relações de gênero se dão. Deaux e Major (1987) propõem o modelo do "gênero no contexto", o qual pressupõe que os comportamentos de gênero são altamente flexíveis e influenciados pelo contexto e que os eventos costumam ser multiplamente determinados. Eles colocam que as pessoas trazem crenças e expectativas sobre gênero para diversos *settings* de interações sociais, e que estas situações podem tornar o gênero mais ou menos aparente, dependendo do que for instituído

socialmente. Assim, diferentes situações podem prescrever diferentes papéis de gênero, e as mesmas pessoas podem assumir diferentes comportamentos de gênero em situações diversas. A transição para a parentalidade e um jantar de negócios, por exemplo, poderão suscitar diferentes comportamentos de gênero nas mesmas pessoas envolvidas.

Já West e Zimmerman (1987) sugerem que gênero é uma construção rotineira, metódica, recorrente; e que “produzir gênero” envolve um complexo de atividades socialmente orientadas, de cunho perceptivo, interacional e micropolítico. Em outras palavras, estes autores percebem o gênero não como uma propriedade individual, mas como um fenômeno social que emerge de situações específicas, as quais resultam de e legitimam a desigualdade de gênero. Como resume Walzer:

“Gênero, casamento, maternidade e paternidade são construídos por e entre pessoas – nós o fazemos. Nos identificamos de maneiras particulares, interagimos de maneiras particulares, e nossa sociedade é sistematizada de maneiras particulares que geram e perpetuam formas particulares de diferença entre homens e mulheres. (...) Quando nós construímos gênero, respondemos a divisões entre homens e mulheres, mas o fazemos em um contexto onde estas divisões já foram produzidas e institucionalizadas⁴.”
(Walzer, 1998; pg. 8)

Como podemos perceber, muitos são os pontos comuns entre estes autores de disciplinas diferentes. Quais seriam, então, as principais implicações de seus enfoques? Em primeiro lugar, o gênero é construído socialmente a partir de prescrições culturais que diferenciam homens e mulheres, sendo produzido e reproduzido em situações específicas do cotidiano através de crenças, valores e comportamentos individuais. Gênero é mais do que características individuais de homens e mulheres, e mais do que um papel assumido por ou prescrito para cada sexo. O gênero passa pela vivência e pelo significado do trabalho (doméstico e profissional), da intimidade, da maternidade e da paternidade, se fazendo

⁴ Nossa tradução.

presente de forma fundamental no processo de constituição da família. Dentro das famílias, as questões de gênero incluem crenças e ideologia, limitações e oportunidades, significado e experiência, diversidade e mudança, interações e relacionamentos (Thompson e Walker, 1989). Estes autores sugerem, ainda, que é na vivência cotidiana das relações de gênero, quando as pessoas exercem as diversas possibilidades de atuação presentes no contexto contemporâneo que haverá maior possibilidade de um rompimento com as prescrições culturais, e da reprodução de algo novo. Assim, as mudanças contemporâneas nas relações de gênero, ao substituírem alguns valores tradicionais e perpetuarem outros, introduzem formas novas e diversas, às vezes mesmo contraditórias de significar o masculino e o feminino.

Quando começamos a pensar sobre possibilidades de mudança e rompimento nos padrões de produção do gênero, somos inevitavelmente levados a dialogar com os estudos feministas. A academia feminista toma o gênero como um conceito organizador básico, o qual envolve dois elementos interrelacionados: a construção social e o exagero das diferenças entre mulheres e homens; e o uso destas distinções para legitimar e perpetuar relações de poder entre os sexos (Osmond e Thorne, 1993). Esta abordagem percebe as relações de gênero essencialmente como relações de poder: comparadas aos homens, as mulheres são desvalorizadas e subordinadas – seja socialmente, econômica, política ou legalmente. As mulheres, por outro lado, não são tidas como vítimas passivas: a teoria feminista as percebe como agentes, atores sociais, criadoras de cultura e participantes na produção da história.

Foi através do discurso feminista que as relações de gênero obtiveram relevância no debate acadêmico, trazendo a díade relacional masculino-feminino para o centro deste debate (Oliveira, 1998). Hoje, as relações de gênero, juntamente com as questões de classe e raça, compõem uma tríade analítica que ajuda a esclarecer os mecanismos sociais de distribuição desigual de poder e recursos (Osmond e Thorne, 1993).

Utilizando o gênero como um conceito central de análise, a escola feminista documentou os processos pelos quais as relações de gênero são estabelecidas e vividas em domínios estruturais e institucionais, como a economia, a família, sistemas políticos e legais, bem como em interações sociais e na identidade do sujeito. Seus estudos desafiaram as noções de masculinidade e feminilidade enquanto características inerentemente ligadas ao sexo biológico, mostrando que as relações entre homens e mulheres e as definições de masculino e feminino são continuamente constituídos, reproduzidos, transformados e contestados.

Esta dimensão socio-dinâmica do gênero, portanto, se tornou mais evidente a partir do movimento de emancipação feminina. As mulheres vem mostrando ao mundo que não é suficiente limitar a diversas possibilidades de expressão humana a definições sociais do que é ser mulher e homem, e, assim, transitando cada vez mais livremente entre as esferas doméstica e pública, elas vem se redefinindo e transformando seu papel na sociedade.

Conforme recente reportagem no Jornal O Globo (26/02/2001):

Nas avaliações sobre o século XX, constatou-se que nada sofreu uma evolução tão marcante como o papel das mulheres na sociedade. Foi a maior história de sucesso do século, pois, no seu início, a mulher não votava em nenhum lugar do mundo. Fora o trabalho manual em certas indústrias, em muitos casos semi-escravo, não exerciam nenhuma profissão, além das tradicionalmente femininas. (Olga Simbalista, pg.7)

Esta marcante "evolução" do papel feminino vem, como num efeito dominó, possibilitando a desconstrução de outros papéis, instituições e prescrições sociais como o papel masculino, o casamento, a sexualidade, as configurações familiares, a divisão do trabalho, entre outros. Mais do que qualquer outra coisa, todas estas mudanças trouxeram, trazem e trarão possibilidades múltiplas e diversas de *devoir*. Ser mulher, homem, mãe ou pai hoje é estar em transformação, se definindo e redefinindo: "Uma lógica da multiplicidade e

dos devires rege a simultaneidade dos movimentos que compõem este plano. Estamos longe dos binarismos” (Rolnik, 1996).

Neste contexto de múltiplas possibilidades acreditamos que mulheres e homens estão se definindo e construindo seus papéis parentais e conjugais dentro da família orientados por referências diversas, ou mesmo desorientados, formulando suas próprias referências nas práticas cotidianas. Assim, julgamos importante estudar e escutar não só as atitudes individuais dos membros dos casais que se propõem a viver a experiência da parentalidade no contexto contemporâneo, como também seu comportamento cotidiano, suas negociações de papéis sociais dentro do casamento, seus processos de organização do trabalho doméstico e cuidado infantil e os valores e significados que orientam estes processos. Para tal, estaremos trabalhando com questões como a definição de maternidade e de paternidade no contexto atual, as expectativas acerca dos papéis de gênero dentro do casamento contemporâneo e os significados sociais e biológicos das relações familiares.

Acreditamos que as relações entre os sexos no cotidiano, dentro da família, não podem ser vistas como simples relações entre “seres humanos”, ou entre indivíduos assexuados. Elas se dão entre mulheres e homens dotados de corpos com desempenhos diferentes, cujas normas culturais se encarregam de diferenciar mais ainda. Estas são as relações de gênero.

Defendemos, ainda, que a parentalidade é uma forma de produção de gênero. Os discursos dos pais e mães que entrevistamos muitas vezes evidenciaram alguma versão da maternidade e da paternidade enquanto instituições sociais, numa impressão de que coisas diferentes são esperadas de mulheres e homens em seus papéis parentais. O fato de já existirem imagens ou representações sociais de maternidade e paternidade, e destas construções sociais serem reforçadas ao nível institucional constitui uma constrição à possibilidade de escolha individual de qualquer casal sobre como desejam se tornar pai e mãe

juntos. Segundo Berger e Luckmann (1966), quando um indivíduo desempenha um papel, sua conduta é susceptível a constrictões. No caso da parentalidade, estas constrictões que transformam mulheres e homens em mães e pais estão em estruturas econômicas que diferenciam o trabalho e o salário por gênero, bem como outras relações e instituições sociais que estabelecem normas para mulheres e homens. No presente trabalho esperamos mostrar a relação entre maternidade e paternidade como instituições sociais, e também as experiências individuais de mulheres e homens que se tornam mães e pais.

3.1 TRADICIONALIZAÇÃO

De acordo com alguns estudos, mulheres e homens que criam e cuidam de um bebê se diferenciam um do outro em seus sentimentos e atitudes, em seus papéis parentais e em suas divisões de trabalho doméstico, mesmo apesar de suas intenções igualitárias (Walzer, 1998; Rocha, 1993; Berman e Pedersen, 1987; Belsky, 1994). As mulheres tendem a associar sua identidade à maternagem, ao cuidar, enquanto os homens tendem a se focar no sustento, no "ganhar o pão" (Cowan e Cowan, 2000). A divisão do trabalho doméstico também segue este padrão de tradicionalização (Belsky e Kelly, 1994, Sanchez e Thompson, 1997). Estas tendências para papéis femininos e masculinos mais estereotipados ocorrem independente do estatus profissional das mulheres, nível educacional, ou das atitudes de gênero e divisões de trabalho preexistentes dos casais (Ver estudos citados em Belsky, Lang e Huston, 1986 e em Sanchez e Thompson, 1997). Em suma, a divisão do casal em torno do cuidado com o primeiro filho costuma ser mais tradicional do que ambos os pais esperavam (Cowan e Cowan, 2000).

As mudanças que novos pais e mães vivenciam geram conflitos específicos no casamento que não se apresentam em casais que não tem filhos (Cowan e Cowan, 2000; Crohan, 1996). Estas autores mostram que mais do que as várias mudanças do dia a dia, o problema está na crescente diferenciação (e muitas vezes distanciamento) entre mulheres e homens durante a transição para a parentalidade. As mulheres são especialmente afetadas por esta transição, apresentando tanto uma maior diminuição da satisfação conjugal (Cowan e Cowan, 2000; Miller e Sollie, 1980) quanto um maior índice de mudança pessoal – ou na percepção da própria identidade (Feldman e Nash, 1984). Mas também há indicações de que alguns homens reagem à transição com depressão, e que homens assim como mulheres experimentam um declínio na percepção da qualidade marital após o nascimento do bebê (Cowan e Cowan 2000).

Embora novos pais e mães descrevam uma ideologia de maior igualdade nos papéis familiares e na divisão de tarefas domésticas do que tiveram seus pais e mães, seus arranjos e negociações de papéis cotidianos são freqüentemente menos equilibrados do que esperavam, o que pode gerar conflitos no casamento. A noção de “expectativas violadas” como um fator do declínio na satisfação conjugal foi avaliada em um número de estudos sobre mudanças pospartum em relações conjugais, assim como a idéia de que o casamento é mais afetado quando as atitudes sobre papéis sexuais do casal são incongruentes com os padrões de gênero mais estereotipados que acompanham a parentalidade (Belsky, Lang e Huston, 1986; Ruble e Cols., 1988). Isto significa que casais com propostas mais igualitárias e menos tradicionais de relacionamento experimentam maiores dificuldades durante a transição para a parentalidade quando se vêem funcionando de forma estereotipada seguindo valores tradicionais de gênero.

Já que a diferenciação por gênero, ou a tradicionalização, durante a transição para a parentalidade aflige mulheres e homens individualmente bem como seus relacionamentos, por que ela continua a acontecer, mesmo com pessoas que se propõem a evitá-la?

Aqui entra em cena o eterno questionamento sobre o natural e o adquirido, liberdade individual e a estrutura social, que permeiam toda análise da experiência humana individual e social. Quanto do nosso comportamento é biológico, inato, e quanto é aprendido no meio social? Os indivíduos exercem algum tipo de controle sobre o mundo social, ou são meramente produtos dele? Voltando ao nosso dilema mais específico: somos programados para cuidar de nossa prole seguindo papéis de gênero definidos pela evolução, ou seguindo nossas experiências familiares individuais, ou ambos? Novos pais e mães são livres para escolher como desejam cuidar de seus filhos? Que dificuldades encontram no dia a dia – em si mesmos, nas relações com suas famílias e na organização social - para exercer esta escolha?

Estas perguntas não possuem simples respostas do tipo sim ou não, mas provocam longas discussões entre cientistas dos mais variados enfoques, discussões estas que não se esgotam, mas que evidenciam a complexidade e a riqueza da experiência humana.

Mesmo os cientistas sociais que argumentam pela relevância da diferença sexual biológica para a compreensão de como mulheres e homens lidam com a parentalidade sugerem que diferentes sociedades irão atribuir maior ou menor significado a estas diferenças. Alice Rossi (1985) sugere em seu enfoque biossocial, por exemplo, que fatores biológicos e culturais interagem para determinar as negociações femininas e masculinas na parentalidade. O presente trabalho trata da parte psicossocial desta equação. Ao nosso ver, os processos psicossociais operantes na transição para a parentalidade por mulheres e homens com vivências contemporâneas de identidades de gênero e propostas igualitárias de

relacionamentos evidenciam uma construção social das diferenças entre mulheres e homens no cotidiano, em suas negociações de divisão de tarefas e papéis.

Por ser este um trabalho que adota o enfoque da Psicologia Social, não pretendemos aqui dar conta de como as histórias individuais de homens e mulheres influenciam suas experiências da parentalidade. Tampouco pretendemos resolver a questão da existência de fatores biológicos herdados determinando o envolvimento de mulheres e homens com a parentalidade. Mesmo que seja verdadeira, esta perspectiva não explica por que muitas mulheres experimentam um estresse significativo ao assumirem uma papel considerado "natural" para elas, ou por que muitos casamentos experimentam conflitos quando passam a funcionar dentro de uma divisão de tarefas por gênero que é também considerada "natural" em uma perspectiva tradicional. Um dos objetivos centrais deste trabalho é adicionar uma perspectiva psicossocial a esta discussão: evidenciar o contexto social no qual mulheres e homens tornam-se mães e pais, e compreender como as identidades de gênero e suas fluidas possibilidades contemporâneas são confrontadas pela experiência da parentalidade.

3.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE POSSÍVEIS APLICAÇÕES E ENFOQUES

Para explorar um dos aspectos do processo da modernização brasileira, o da mudança nos papéis femininos e masculinos e nas relações de gênero, elegemos sua vertente menos conhecida, aquela da vivência das mudanças ocorridas no universo doméstico. Para tanto, escolhemos o momento da transição para a parentalidade, onde as ideologias de igualdade entre os sexos são colocadas em xeque pelas exigências cotidianas de divisões desiguais de tarefas e pelas diferenças biológicas se tornarem mais evidentes (através do parto e da amamentação).

Novas mães e pais negociam a experiência da parentalidade em um contexto social repleto de paradoxos. Se por um lado, mães e pais deveriam estar se tornando mais assemelhados no contexto contemporâneo, por outro lado, não estão. O cenário que antes parecia típico – papai vai trabalhar e mamãe fica em casa – existe concretamente para um número cada vez menor de casais. Ainda assim, mesmo quando ambos mães e pais trabalham, suas divisões de trabalho físico e emocional não correspondem necessariamente ao fato de ambos proverem financeiramente para o núcleo familiar. Mesmo mães que trabalham percebem que suas vidas mudam de forma mais drástica e intensa do que a de seus maridos/companheiros.

Mudanças no ciclo de vida e transição de papéis há muito são fenômenos reconhecidos como estressantes, já que podem exigir o engajamento em novas atividades e tarefas, a redefinição de comportamentos, crenças e valores e até mesmo a reorientação e reorganização da personalidade (Feldman e Nash, 1984). Assim, os padrões comportamentais, de atitude e relacionais que são desenvolvidos para um estágio da vida podem não ser mais funcionais em um estágio posterior.

O período entre a gravidez e a completa acomodação do bebê ao sistema familiar, a transição para a parentalidade, configura uma das mais dramáticas transições do ciclo de vida familiar, experimentada por mais de 80% da população adulta. Os adultos listam o advento da parentalidade e a constituição de uma família como momentos importantes de mudança em suas vidas (Cowan e Cowan, 2000). Para muitos, tornar-se pai ou mãe afeta o desenvolvimento da identidade e da auto-estima, contribui para a satisfação ou insatisfação na vida, e atribui um sentido de valor e significado à vida (Erikson, 1950).

O casal Carolyn e Philip Cowan dedicou mais de vinte anos de estudos a este tema, chegando a um modelo que descreve os cinco aspectos centrais da vida em família que influenciam o que acontece quando casais se tornam pais e mães (Cowan e Cowan, 2000):

1. A vida interior de ambos os pais e do primeiro filho, com ênfase especial no senso de identidade de cada um, visão de mundo, e bem estar ou mal estar emocional;
2. A qualidade do relacionamento entre os cônjuges, com ênfase especial em seus papéis dentro da família e padrões de comunicação;
3. A qualidade do relacionamento entre os avós, pais e netos;
4. A relação entre os membros da família nuclear e indivíduos ou instituições chave fora da família (trabalho, amigos, creches, escolas), com ênfase nas dificuldades ou no apoio que estas pessoas e instituições oferecem;
5. A qualidade do relacionamento entre cada cônjuge e a primeira criança.

Os autores apresentam este modelo como um mapa de cinco aspectos separados mas interrelacionados, como "territórios" que mulheres e homens encontram ao se tornarem uma família. Quando percorrem seu caminho da gravidez à parentalidade, eles atravessam e reatravessam as fronteiras que marcam suas interioridades, sua relação enquanto casal, seus vínculos com outras gerações, suas conexões com o mundo fora da família, e sua relação com a criança.

Trata-se de um período de suma importância para a construção de papéis de gênero pelo casal, pois as diferenças sexuais se tornam evidentes e são imperativas (somente a mulher gera, dá a luz e amamenta), e as contingências sociais operam de forma marcante sobre as negociações do casal (representações sociais de feminino e masculino, rede social de apoio, licença maternidade/paternidade, diferenças salariais, etc.). De acordo com Dessen (1999; pg.

9), "Esta área constitui um excelente exemplo de tensões entre as relações familiares e os processos culturais mais amplos, uma questão que, sem dúvida, necessita ser mais explorada em diferentes contextos culturais." No contexto brasileiro temos ainda um número reduzido de estudos com este enfoque, apesar da literatura internacional ser bastante vasta. Esperamos contribuir com o presente trabalho para o desenvolvimento deste tema no país, identificando as particularidades culturais e psicossociais da transição para a parentalidade por homens e mulheres brasileiros.

O advento da parentalidade requer a adoção de papéis novos e exigentes que são bastante distintos para mães e pais. O homem geralmente assume maior responsabilidade pela segurança e suporte financeiro da família, um papel que ele talvez dividisse previamente com a mulher. Além disso, seu papel de marido passa por redefinições consideráveis que precisam acompanhar os novos papéis de sua mulher e o aumento da demanda em seu tempo e energia. A mulher, por outro lado, torna-se tipicamente a principal cuidadora do bebê, vivenciando a maternidade como uma experiência totalizante, transformadora da própria identidade. Assim, nos primeiros anos do bebê ela permanece a única e principal responsável por este cuidado, não importando se é ela mesma quem o administra ou se delega para outros (sogra, mãe, babá, etc.). Mudanças profundas ocorrem em todos os aspectos da vida da mulher: o trabalho remunerado pode ser suspenso, abandonado ou reduzido a partir do final da gravidez, e a divisão de responsabilidade no trabalho é substituída por responsabilidade solitária em casa. O antigo equilíbrio entre trabalho e lazer são fundidos em um único papel em tempo integral, o papel de mãe, sempre "on call". Contatos sociais, incluindo de trabalho, com outros adultos são substituídos pela interação constante com um bebê dependente e não-verbal. Antigos papéis como de filha, irmã ou mesmo esposa são também transformados e redefinidos neste momento. Todas estas mudanças de papéis explícitas e implícitas na transição para a

parentalidade implicam em importantes conseqüências psicológicas, comportamentais e interpessoais, principalmente no que tange a dinâmica do casamento e da família, bem como o ambiente no qual a criança será acolhida.

Face a todas estas transformações, tanto as subjetivas quanto as objetivas, e mesmo às mudanças mais concretas e cotidianas, um forte senso de desgaste, ao menos nos primeiros meses, é uma experiência bastante comum entre casais durante a transição para a parentalidade. Entretanto, como mostra Feldman (1987), a percepção individual do significado e da resposta à parentalidade enquanto um evento de mudança da vida é tão importante para a adaptação quanto a transição de papéis em si. Assim, o leque de reações durante a transição para a parentalidade é diverso, variando de depressão severa, passando por diferentes níveis de estresse, até um senso profundo de bem estar e realização pessoal.

A experiência de desgaste emocional durante a transição para a parentalidade é largamente compartilhada por pais e mães de bebês, principalmente dos primogênitos. A vivência deste desgaste emocional por mulheres e homens merece atenção de pesquisadores de diferentes enfoques por ser um estado bastante desagradável e desestruturante para aqueles que o experimentam, além de exercer efeitos sobre a competência e desempenho parental, bem como sobre o próprio equilíbrio e harmonia conjugal. Desgaste emocional e estresse reduzem a energia psicológica disponível para a interação social, tornando a pessoa menos disponível e menos sensível às necessidades do outro (Belsky, 1994). Segundo tal autor, este cenário pode configurar sérias conseqüências para o bebê cujo bem-estar depende de interações responsivas e afetuosas com seus pais. Além disso, há neste momento a possibilidade de instauração de conflitos fundamentais no casamento que, não sendo elaborados pelos casais, podem constituir contribuintes significativos para separações futuras (Cowan e Cowan, 2000).

Os conflitos vividos por mulheres e homens durante a transição para a parentalidade podem ter impactos na relação dos pais com a criança, e portanto nos resultados de seu desenvolvimento. O casamento é também desafiado neste momento: em geral, estudos que documentam um aumento na diferenciação por gênero também implicam esta diferenciação em declínios no bem estar individual e na satisfação conjugal de ambos os membros do casal, principalmente para as mulheres.

Assim, o estudo da transição para a parentalidade possui ainda implicações para a compreensão de como a desigualdade de poder entre os gênero é perpetuada. A organização doméstica de novos pais e mães apontam não somente para a construção social do gênero, como também para a desigualdade de gênero. Quando indivíduos representam papéis normativos de gênero em suas interações, estão construindo sistemas de dominação e poder (Osmond e Thorne, 1993). Observando as evidências de análises trans-culturais Coltrane (1996) mostra que a parentalidade e a desigualdade de gênero são ligados de forma inalterada: em culturas onde os pais são mais envolvidos com o cuidado infantil, os homens são menos sexistas/machistas e as mulheres possuem mais poder social e político. Como vemos, a transição para a parentalidade é um momento crítico no qual a desigualdade de gênero é reforçada pelas conseqüências sociais e econômicas negativas da maternagem pelas mulheres (Munch e cols., 1997; Ardaillon, 1997), as quais são geradas em parte pela representação social das mães enquanto essenciais e dos pais como relativamente periféricos aos bebês.

Desta forma, a transição para a parentalidade deve ser estudada tanto do ponto de vista da mulher quanto do homem, por ser considerada um evento familiar, mais do que um evento individual. A família (o marido e a esposa) é um sistema social marcado por papéis interdependentes e relações recíprocas. Qualquer perturbação no sistema social, como o nascimento de um bebê, é um impacto sobre cada membro individualmente e no sistema

como um todo. Para se compreender o comportamento de um membro da família, as reações e comportamentos de outros membros devem ser acessados e reconhecidos. Portanto, se tornar um pai ou uma mãe é uma experiência do casal bem como uma experiência individual, e as características de cada membro do casal influencia o ajustamento do outro (Feldman, 1987).

Feldman observou em seu estudo longitudinal que quando os homens reportaram tensão conjugal e difícil ajustamento durante o período de gravidez, suas mulheres subsequentemente experimentaram desgaste emocional durante a transição para a parentalidade. Considerando que pessoas sob estresse são menos disponíveis e sensíveis às necessidades dos outros (Belsky, 1994), estes homens, que continuaram a se sentir estressados como pais, (Feldman e Nash, 1984) talvez não tenham sido capazes de prover apoio e suporte emocional necessários para que suas mulheres pudessem lidar melhor com o cuidado do bebê. De maneira análoga, este autor também observou que características da mulher também podem influenciar o ajustamento do homem à paternidade. Os homens cujas mulheres experimentam um aumento nos sentimentos maternais durante a gravidez, por exemplo, apresentam maior desgaste emocional na transição para a parentalidade, talvez devido ao fato desta mudança na mulher sinalizar para o homem seu deslocamento do foco central na vida dela (Feldman, 1984).

Gilligan (1986) sugere que as mulheres em todos os estágios da vida são mais preocupadas do que os homens com vínculos sociais, afiliação, relacionamentos e com o cuidado com os outros. Além disso, o casamento é vivido como o mais importante dos vínculos interpessoais, e a antecipação da maternidade enfatiza ainda mais os papéis familiares e sociais femininos. Na medida em que elas reduzem (ou abandonam) atividades profissionais e sua remuneração e focam seu tempo e energia nos cuidados com o bebê e na unidade familiar, as mulheres se tornam mais dependentes de seus maridos socialmente,

emocionalmente e financeiramente, e maior parte de sua identidade fica vinculada ao cuidado com a família.

Na realidade, ao mesmo tempo em que se tornam emocionalmente dependentes dos homens, as mulheres são também as principais provedoras de apoio emocional dentro das famílias. Johnson e Huston (1998) apresentam uma discussão interessante sobre como a feminização do amor no imaginário social traz para as mulheres a responsabilidade pelo bem-estar emocional dos relacionamentos familiares, principalmente o conjugal. Para estes autores, durante a transição para a parentalidade, o amor das mulheres por seus companheiros as motivam a alinhar suas preferências sobre a divisão do cuidado infantil com aquelas de seus maridos. Assim, em nome do amor, que é culturalmente uma responsabilidade feminina, elas tenderiam a adotar as atitudes de seus maridos – incluindo seus valores de gênero – no intuito de minimizar conflitos e promover um ambiente emocional harmonioso para o bebê.

Já o homem, que tem sua identidade derivada principalmente de conquistas individuais (Erikson, 1950), ao se tornar pai, tende a aumentar seu envolvimento ocupacional e profissional, já que passa a cair sobre ele a principal responsabilidade pelo sustento da nova família. Assim, gratificação e desgaste, para ele, continuam a derivar de diferentes esferas da vida, como as esferas profissional, social, familiar e conjugal, enquanto para a mulher toda gratificação ou estresse deriva unicamente da relação conjugal nesta fase. A diminuição dos contatos sociais é intensamente ressentida por elas neste momento, principalmente as que possuem um projeto profissional. Como resultado, problemas conjugais ameaçam a centralidade da vida das mulheres nesta fase, enquanto ocupam lugar menos importante na vivência masculina, o que muitas vezes foi percebido não só pelas mães mas também por pesquisadores menos sensíveis como distanciamento ou alienação dos pais durante a transição para a parentalidade.

De fato, foi a partir do movimento feminista que os estudos de gênero ganharam espaço na literatura acadêmica. Assim, historicamente, grande parte da produção de conhecimento sobre gênero se referia ao feminino, partindo do ponto de vista das mulheres, no intuito de compensar o viés do olhar masculino predominante até então na ciência. Com isso, a vivência do masculino foi negligenciada, só vindo a ser estudada a partir de meados da década de 80, quando a transformação do papel da mulher já provocava grandes questionamentos e desconstruções sobre o lugar social do homem. Jablonski (1998) cita em seu livro uma frase de Alcione Araújo que ilustra muito bem estas transformações: “O homem que minha mãe preparou não servia mais quando virei adulto” (pg. 156). Podemos dizer que eles não acompanharam no mesmo ritmo as mudanças vividas e provocadas pelas mulheres nos mais variados setores da sociedade, e, de repente, em uma só geração, se viram perplexos, confusos e indeterminados em suas identidades de gênero. Teriam as mulheres rebocado os homens para a pós-modernidade?

Da mesma forma, a vivência da paternidade foi um fenômeno negligenciado durante muito tempo por pesquisadores que focavam principalmente a diade mãe-bebê como objeto de estudo. Ainda hoje, a paternidade não costuma ser tão apreciada quanto a maternidade como um evento transformador da vida adulta (Eggebeen e Knoester, 2001). Em linhas gerais, podemos considerar três fases distintas do corpo de pesquisa que, até meados da década de 80, implicou o pai como uma possível influência sobre a experiência familiar e o desenvolvimento infantil: 1) O pai enquanto provedor de estatus socioeconômico; 2) estudos sobre ausência paterna; 3) estudos correlacionais sobre características paternas e infantis (Feldman, 1987). Nenhum destes enfoques considera a vivência da paternidade pelos homens, seus significados íntimos e suas transformações subjetivas: o pai era em geral uma variável da condição familiar, raramente uma voz a ser escutada.

Tais limitações foram superadas, e o homem tornou-se uma questão importante para as ciências humanas e especificamente para os estudos de gênero e da família. O masculino passa a ser questionado, desconstruído e discutido, pois, como alertou Costa (1986):

“O homem atual começa a demonstrar cansaço e parece não mais querer suportar a ‘couraça’ que o envolve e ao mesmo tempo o aprisiona... O homem, como ‘dono do poder’, reconhece que algumas condições sociais conquistadas (sair mais cedo de casa, iniciar antes que a mulher a vida sexual, etc.) não têm lhe trazido vantagens. O homem não é feliz como parece; de repente, percebe que a relação de dominação... fez dele seu próprio prisioneiro.”

Durante a década de 90, a imagem de um homem sensível, afetivo, que se realiza no ambiente familiar através dos relacionamentos com a mulher e os filhos – um homem feminino? – começou a romper a ‘couraça’ de dominação que o aprisionava e a se permitir fraquejar, depender, se afiliar e até chorar. Como pai, ele exerceria, por escolha própria, a “nova paternidade” que se traduz pela participação e envolvimento, pelo vínculo emocional e pela realização pessoal na relação de cuidado e afeto com os filhos. Entretanto, os discursos sobre este homem parecem ter precedido sua chegada – talvez da mesma forma como o desejo preceda a mudança: a nova paternidade parece ser mais uma expectativa, uma tendência do que uma realidade.

O Jornal “Le Monde” de 27 de maio de 2000 anunciou em sua primeira página: “les ‘nouveaux pères’ ont disparu!”, ao apresentar uma pesquisa que, assim como a da Folha de São Paulo (1998) discutida anteriormente, retratava um pai que passa duas vezes menos tempo com os filhos do que as mães, participando em menos de 20% do trabalho doméstico. Lewis e Dessen (1999) acrescentam que em lares onde coabitam ambos os genitores, menos de 2% dos pais compartilham igualmente com as mães as tarefas de cuidados da criança; a proporção de homens “altamente envolvidos” tem sido estimada como menor do que 10%, e mais de 60% dos pais nunca cuidaram de suas crianças sozinhos.

A não realização da proposta de uma “nova paternidade” levanta questões interessantes sobre a diferença nos ritmos de transformação dos papéis femininos e masculinos na sociedade. Por quê, mesmo mais de três décadas depois do movimento de emancipação feminina, as mudanças nos papéis masculinos ainda ocorrem de forma lenta e fragmentada? Por quê os discursos sobre o novo homem não foram acompanhados pela prática da mudança?

A psicologia social diferencia atitudes de comportamentos para a análise dos valores e práticas sociais. Em momentos de mudança, observa-se que as atitudes - ou a mentalidade, crenças e valores - são transformadas antes dos comportamentos e práticas cotidianas (Gilbert, 1998). Este fenômeno pode ser compreendido à luz dos processos de socialização primária e secundária discutidos anteriormente, onde identificações e valores adquiridos em momentos mais precoces da vida seriam mais arraigados e resistentes à erradicação; de forma que mudanças sociais vivenciadas na vida adulta encontrariam maior dificuldade de assimilação, seja por entrarem em conflito com identificações anteriores, ou por serem mais superficiais para o sujeito.

Outros fatores contribuem também para a lacuna entre o discurso e a prática, principalmente no que tange a transição para a paternidade e as relações contemporâneas de gênero: as contradições sociais com demandas concomitantes e antagônicas, que acabam por desorientar os homens no desempenho de seus papéis paternos e conjugais. De acordo com Jablonski (1998; pg. 175), “nossa sociedade age como grande vilã, empurrando-nos por caminhos contraditórios, embora as placas indiquem apenas uma única direção (isto quando há placas).” Se por um lado espera-se dos pais maior envolvimento afetivo, presença no cotidiano e dedicação aos cuidados dos filhos, por outro, a nova cultura do trabalho não permite o tempo em família necessário à nova paternidade, valorizando homens “workaholics”, com jornadas de trabalho superiores a dez horas diárias; e o trabalho “online”,

que muitas vezes não prevê o antigo “expediente”, nem tampouco duas folgas semanais ou férias anuais. Da mesma forma, os meios de comunicação veiculam os prazeres masculinos desvinculados da vida em família, com a hiperexposição de corpos femininos perfeitamente esculpidos (dificilmente possíveis às suas companheiras), carros potentes, bebidas estimulantes e diversos produtos sugestivos de prazer intenso e constante, livre de rotina, obrigação e responsabilidade, o que, segundo Jablonski provoca no homem que se torna pai “a sensação de estar perdendo a festa lá fora” (comunicação pessoal, 1999).

Este autor ilustra a vivência masculina contemporânea com a divertida figura do “boçalossauro”, “espécie de réptil terrestre(...) que habita as profundezas do íntimo masculino” (Jablonski, 1995; pg. 160). Este “monstro terrível”, que impele os homens a agir de forma machista, estaria ameaçado de extinção devido às grandes mudanças provocadas pelo “meteórico avanço do movimento de emancipação feminina”. Ao contrário do que parece ter acontecido com os dinossauros, entretanto, sua extinção não se dará da noite para o dia, por seus hábitos estarem quase fossilizados após muito tempo ocupando lugar de poder nas relações de gênero. Para o referido autor, os homens querem mudar, e desejam construir com suas companheiras uma relação entre iguais, *mas*

“A verdade é que todos estes milênios de condicionamento social nos fizeram associar masculinidade à independência, autonomia, autoconfiança, liderança nas relações de gênero e agressividade. (...) A esta lista inicial, podemos acrescentar, sem medo de errar, características outras ligadas a adjetivos tais como: forte, autocrítico, aventureiro, arrogante, decidido, dominador, assertivo, rude, desafiador e orientado para a realização.” (Jablonski, 1995; pg. 158)

Dentro da perspectiva que orienta nosso trabalho, da mesma forma como ocorre com as mulheres, estas características são construídas socialmente a partir da interpretação das particularidades do corpo masculino, e servem para definir a atuação social do homem, orientando sua conduta, suas escolhas e sua representação de si mesmo, e também limitando

sua experiência. Sendo assim, é importante percebermos o masculino dentro deste contexto, evitando o viés de alguns enfoques feministas que percebiam o homem como opressor e a mulher como oprimida, desconsiderando as forças sociais que lhe impõem este lugar, que podem ser tão opressoras quanto aquelas que constroem as mulheres.

4. DIMENSÕES IMPORTANTES PARA A DISCUSSÃO DA TRANSIÇÃO PARA A PARENTALIDADE

O presente capítulo tem como objetivo trazer para discussão alguns aspectos importantes para a compreensão da vivência da transição para a parentalidade por homens e mulheres no contexto atual. Para tal, manteremos em mente a discussão anterior sobre a construção social das representações de gênero e a prescrição de papéis masculinos e femininos através de diversas instituições sociais. Estaremos, entretanto, transportando nossa discussão do nível macro para um nível micro, buscando mergulhar na experiência cotidiana desta transição para compreender seus significados sociais e subjetivos.

As dimensões escolhidas para discussão a seguir foram selecionadas da bibliografia disponível sobre o tema, incluindo, dentro do possível, autores brasileiros contribuindo com aspectos particulares de nossa cultura. Estas mesmas dimensões orientaram a elaboração de nosso instrumento de pesquisa, um roteiro de entrevista semi-estruturado, o que nos permitirá, no próximo capítulo, comparar as principais questões apontadas na bibliografia com a vivência dos casais por nós entrevistados.

4.1 VIVÊNCIA COTIDIANA DA TRANSIÇÃO

Os casais que vivenciam a transição para a parentalidade são confrontados por novas demandas psicossociais que desafiam as normas reguladoras de suas atividades do dia-a-dia. Para podermos mergulhar na experiência cotidiana da transição para a parentalidade, torna-se necessária uma reflexão sobre alguns aspectos importantes. O primeiro deles se refere à

*
fragilidade do recém-nascido humano. O bebê é o mamífero menos apto para a sobrevivência, não podendo se desenvolver sozinho por depender dos adultos para alimentá-lo, protegê-lo do ambiente, e ensiná-lo a usar símbolos – principalmente a linguagem – para que ele possa se tornar um membro do grupo social. Enquanto outros mamíferos possuem uma estrutura instintual razoavelmente desenvolvida para programar suas respostas ao ambiente, os humanos dependem basicamente de uma estrutura externa – a cultura – para organizar e orientar sua interação com o mundo. Assim, nenhum outro mamífero necessita de cuidados tão intensos e prolongados – anos ao invés de meses ou dias – como os humanos. Este é o primeiro fato da vida com que novas mães e pais são confrontados (LaRossa, 1981).

O nascimento do primeiro filho lança o casal às responsabilidades de cuidados com o bebê: a todo o momento deverá ter alguém pronto para este cuidado, seja um membro do casal ou seu representante, como uma babá. A obrigação de ter que estar pronto e apto para cuidar de seu filho ou filha é algo que reduz o tempo livre dos casais, o tempo no qual eles podem fazer o que desejam fazer, e não o que o bebê precisa que eles façam. De acordo com Hobbs (1965; 1977), é a perda do tempo livre na transição para a parentalidade que surpreende e incomoda novas mães e pais mais do que qualquer outra coisa. A escassez deste tempo valioso costuma criar um conflito de interesses entre mulheres e homens, contribuindo fortemente para o sentimento de desgaste emocional discutido anteriormente.

Segundo LaRossa (1981), não importa o quanto tentem evitar, novos pais e mães se colocam constantemente em situações como de um jogo em que um estar “ganhando” – ou estar livre para buscar seus próprios interesses – significa que o outro está “perdendo” – abandonando seus interesses em função do bebê. Conflitos de interesse resultam em comportamentos e estratégias de conflito, que podem variar da persuasão verbal ao uso da força quando as duas partes buscam manter seus interesses de curto ou longo prazo, muitas

vezes às custas do outro. Para as mulheres, este "jogo" torna-se particularmente difícil, já que tradicionalmente as prescrições sociais colocam-nas em clara desvantagem no que tange a busca de seus interesses pessoais após a maternidade. De qualquer forma, este é um fato cotidiano básico – extrema dependência infantil resultando em necessidade de cuidado contínuo, o que leva à escassez de tempo livre, o que, por sua vez, gera conflitos de interesses – que atravessa as experiências de muitos casais no momento da transição para a parentalidade (LaRossa, 1981 e 1986; Walzer, 1998).

Isto não significa dizer que mães e pais não desejam dedicar tempo de suas vidas aos cuidados com seus filhos, tampouco significa que a vivência da transição para a parentalidade se constitui essencialmente em um conflito. Entretanto, este padrão observado pelos autores acima aponta para mudanças na forma como mulheres e homens concebem a maternidade e a paternidade, e como negociam e significam seus papéis durante esta transição. O simples fato de haver conflito já indica maior solicitação de participação paterna e poder de negociação pelas mulheres, de quem era tradicionalmente esperado dedicação de tempo integral aos cuidados dos filhos. Tal conflito, porém, como veremos adiante, geralmente não se resolve devido à resistência de alguns valores tradicionais de gênero – principalmente aqueles relacionados à maternidade e à paternidade, por serem fenômenos fortemente ligados às diferenças biológicas entre os sexos – de forma que o peso dos significados sociais destas diferenças acaba por colocar as mulheres em desvantagem, levando-as a vivenciar a maternidade de forma ambígua e angustiante: hora como realização, hora como opressão. Esta dinâmica se faz presente em diferentes aspectos do cotidiano da transição para a parentalidade, como os discutidos a seguir.

4.2 A QUESTÃO DO TEMPO

A questão do tempo, ou da falta dele, é um aspecto central no cotidiano da transição para a parentalidade. Tal questão, entretanto, nos leva além de uma compreensão comportamental do manejo e organização do tempo pessoal. LaRossa (1983) e Walzer (1998) promovem discussões interessantes sobre como a questão do tempo é percebida diferentemente por homens e mulheres e sobre como o tempo torna-se um campo de conflito durante esta transição.

Estes dois autores observam em seus estudos com novos pais e mães que, quando perguntados sobre as mudanças sofridas em suas vidas após o nascimento do primeiro filho, eles constantemente falam de uma variável mais do que qualquer outra: o tempo. Ao contarem sobre como suas vidas se tornaram mais agitadas, eles reportam que o tempo de sono, o tempo para ver televisão, o tempo de comunicação, o tempo para fazer sexo e até mesmo o tempo para ir ao banheiro estão diminuídos, graças ao bebê. Por outro lado, ainda que pareça paradoxal, novos pais e mães também reclamam de se sentirem entediados: ganho de peso repentino e vício em telenovelas são atribuídos à frequência de momentos de tédio (LaRossa, 1983). Como pode o tempo ser neste momento tão escasso e ao mesmo tempo tão abundante?

Em primeiro lugar, crianças consomem tempo. Minutos e horas anteriormente tomados pelo lazer ou por atividades pessoais tornam-se repentinamente tomados pelas atividades relacionadas ao cuidado infantil. O problema para novos pais e mães é que há uma quantidade limitada de tempo para encaixar as tarefas que devem ser realizadas, e parece não haver tempo o suficiente em suas vidas para acomodar todas as novas atividades. Assim, os casais precisam negociar e decidir abrir mão de atividades anteriormente importantes em seu cotidiano. Por outro lado, bebês recém-nascidos tendem a dormir muito, e mesmo quando

estão acordados, muitas vezes se contentam em ficarem sozinhos, entretidos pelo ambiente, o que significa que para seus cuidadores haverá muitos minutos e horas para preencher - bastante tempo para se entediar - já que nenhuma outra atividade significativa pode ser realizada pois a qualquer momento o bebê poderá solicitar atenção. Este tédio torna-se ainda mais frustrante para a mãe ou pai que abriu mão de atividades outrora importantes, e que não percebe o mesmo sacrifício na vivência do parceiro (a).

Esta explicação se baseia numa concepção física de tempo. Segundo LaRossa (1981 e 1983), precisamos compreender também uma concepção social do tempo para irmos mais a fundo na experiência da transição para a parentalidade. O autor lembra que a semana de sete dias não representa o tempo físico, mas sim o tempo social, por ser uma postulação arbitrária, apesar de seus elementos quantitativos, e embora seja percebida como uma realidade objetiva. Ele mostra que é dentro de uma concepção social de tempo que teremos segmentos iguais de tempo físico com valores sociais diferentes, ou segmentos de durações diferentes com valores sociais equivalentes. Desta forma, uma mãe que dedica as 24 horas do seu dia aos cuidados de seu filho poderá ter seu tempo desvalorizado perante as 8 horas de trabalho profissional de seu marido. Este tipo de qualificação social do tempo dificulta negociações satisfatórias entre casais no tocante à divisão de tarefas e de tempo a elas dedicado, já que a valorização do tempo é subjetiva, variando entre indivíduos e também entre os gêneros. Assim, temos estabelecido o conflito de interesses mencionado anteriormente.

Outro desdobramento importante da concepção social do tempo se refere mais especificamente ao bebê recém-nascido. Ele ignora o relógio social, exigindo de seus cuidadores uma adaptação a um tempo socialmente "desregulado". Assim, a transição para a parentalidade torna a família mais consciente de seus horários e cronogramas, fazendo-os mais vigilantes do relógio e sentindo-se constantemente sem tempo.

Walzer (1998), observa este mesmo padrão de experiência do tempo por novos pais e mães na transição para a parentalidade, e mostra ainda que mulheres e homens vivenciam esta falta de tempo de maneiras distintas. Ela resume que mulheres tendem a vivenciar esta falta de tempo em termos do tempo que não conseguiram dedicar ao bebê, enquanto os homens ressentem o fato do tempo que dedicam à criança reduzir seu tempo para outros assuntos. A autora observa, ainda, que os homens tendem mais a descrever o tempo dedicado ao bebê em termos negativos, o que não significa que as mulheres não compartilhem desta vivência: elas não a expressam de forma tão aberta quanto eles. Um pai pode falar sobre sua dificuldade de se relacionar afetivamente com seu filho no primeiro mês, sentindo-se um homem normal, mas seria improvável que uma mulher que não se sentisse emocionalmente ligada ao bebê considerasse sua reação normal. Como observa Taylor (1996), a depressão pós-parto para muitas mulheres é assinalada pela culpa de não terem os sentimentos que esperavam ter pelo próprio filho. Na realidade, parece que a internalização do "mito do amor materno" (Badinter, 1985) traz muito conflito para as mulheres e para a família na vivência cotidiana da transição para a parentalidade, principalmente em um contexto onde as aspirações femininas passam a transcender o ambiente doméstico e a realização pessoal no papel materno. Assim, para as mulheres, a questão deixa de ser – como é para os homens – o que mais poderiam estar fazendo com seu tempo, e passa a ser se estão dedicando tempo suficiente ao seu bebê.

Outro enfoque interessante é o da desconstrução do tempo em família proposto por Daly (2001). Esta autora mostra que o conceito de tempo em família costuma ser utilizado na literatura de forma acrítica e simplificada. Segundo ela, a percepção difundida sobre o tempo em família reflete uma versão romantizada da vida familiar, através de sua ênfase na importância da família nuclear tradicional em passar tempo de "qualidade" juntos, o que promoveria seu bem estar coletivo. Mesmo quando se considera a diversidade de estruturas e

experiências familiares, o tempo em família ainda é tomado como um ideal fundamental. Assim, o "tempo em família" é um termo descritivo na medida em que oferece uma perspectiva sobre um aspecto da interação familiar, e também é um termo prescritivo, que direciona a família a agir de determinadas formas.

Segundo a autora, o relógio quantificou um tempo que antes era natural e cíclico, segmentando a vida cotidiana; e o trabalho remunerado nas fábricas separou a esfera pública do domínio pessoal privado, diferenciando o tempo em família do tempo de trabalho. A cultura atual do capitalismo industrial transformou o trabalho em obrigação dominante, e o tempo de lazer, família ou pessoal foram tornados marginais, ao ponto de o tempo em família precisar ser protegido ou conquistado em negociações entre seus membros e em alguns casos até mesmo em negociações com o mercado de trabalho.

Entretanto, como mostra a autora, há uma idealização generalizada do tempo em família que produz expectativas de difícil realização, de forma que a vivência da contradição entre o ideal e o real se dá através da culpa crônica. Para todas as famílias no estudo de Daly, o que se espera do tempo em família são momentos espontâneos, livres de horários ou quaisquer obrigações, onde há uma interação positiva entre os membros que produz a sensação de pertinência, união e bem estar para todos. Várias contingências da vida cotidiana, porém, tomam estes momentos ideais raros e difíceis: o tempo em família nunca é suficiente devido ao trabalho remunerado, trabalho doméstico e outras atividades; em alguns momentos este tempo envolve obrigação, exigência e conflito entre seus membros; os benefícios deste tempo são desiguais, já que, devido à centralidade da criança na família, as necessidades e a satisfação dos pais (e do casal) ficam em segundo plano. Esta dissonância entre a expectativa e a experiência do tempo em família produz nos pais, não só durante a transição para a parentalidade mas ao longo de diferentes momentos do ciclo de vida familiar, uma vivência

crônica da culpa: culpa por trabalhar demais, por não passar tempo o suficiente com os filhos, culpa por contratar babás, por deixar os filhos em creches, culpa por desejarem que os filhos vão dormir, e até mesmo culpa por tirarem tempo para si mesmos. Apesar dos homens também expressarem estes sentimentos em seus discursos, as mulheres, como vimos anteriormente nos trabalhos de Walzer (1998) e LaRossa (1986), são mais afligidas pela culpa, ou veenciam-na da forma mais intensa pelo fato da maternidade ser culturalmente vinculada à identidade feminina, chegando a produzir uma experiência totalizante.

4.3 MATERNIDADE TOTALIZADORA

A vivência da maternidade como uma experiência totalizadora é hoje um fenômeno necessariamente relacionado ao contexto individualista pós-moderno de possibilidades múltiplas e de aspirações individuais sobrepondo-se às divisões tradicionais de papéis de gênero. Somente em um contexto onde a expectativa de igualdade se faz presente na experiência feminina e onde a coexistência de valores e a pluralidade de mundos permite a ruptura da dicotomia masculino x feminino - desfazendo o consenso a respeito das atribuições de cada um - é que a maternidade será vivida com a ambivalência típica da pós-modernidade: por um lado realizando um desejo de expressão da própria identidade, e por outro produzindo a angústia de ter a totalidade de uma identidade fragmentada consumida por uma atividade que requer um recolhimento de outros projetos por parte da mulher e um investimento exclusivo no nível afetivo e privado (Vaitsman, 1994). Como mostra Rocha-Coutinho (1994), o significado tradicional da maternidade, ainda prescrito socialmente

“isola as mulheres no âmbito da unidade familiar, onde realizam sua tarefa de forma individual, sem organização cooperativa alguma e quase sem integração com seus pares adultos, afastando-as, assim, cada vez mais do mundo público e inibindo processos de realização pessoal. Elas passam a ser

e a viver para os outros e não para si mesmas e sua afirmação pessoal consiste precisamente em negar-se como pessoa.” (pg. 33)

É justamente esta auto-negação da mulher como pessoa durante o desempenho da maternidade que chamamos de experiência totalizadora. Esta vivência viola muitas das expectativas construídas e conquistadas pelas mulheres no século 20, a partir do movimento de emancipação feminina que em alguns pontos revolucionou e em outros abriu possibilidades de transformação das relações de gênero. Assim, o modelo cultural conhecido de maternidade – o de dedicação em tempo integral aos filhos e ao lar – é cada vez mais fonte de angústia para as mulheres que buscam autonomia profissional e relacionamentos mais igualitários com seus companheiros. A maternidade é fonte de realização pessoal, crescimento e prazer por um lado, e de estresse, depressão e ansiedade por outro; gera desenvolvimento pessoal, mas também aumento na quantidade de trabalho (doméstico e público) e nas preocupações financeiras; traz sentimentos de liberação e transformação, mas também de opressão e subordinação (Ardaillon, 1997; Walzer, 1998).

Conforme temos visto ao longo deste trabalho, a chegada de uma criança é um ponto essencial de referência tanto para a vida das mulheres quanto para a dos homens. Entretanto, os significados sociais da maternidade e da paternidade - por serem fenômenos inescapáveis às diferenças sexuais biológicas – são ainda orientados por valores tradicionais de gênero, o que significa dizer que a mãe fica primariamente responsável pelos cuidados com o bebê, enquanto o pai assume papel periférico, mesmo quando a mulher possui projeto profissional e contribui significativamente para a renda familiar. O papel de mãe é mandatório, mas ainda há menos demandas imperativas sobre o papel paterno – apesar da introdução dos discursos sobre a ‘nova paternidade’ que, como vimos anteriormente, não se realizaram no cotidiano. Segundo Walzer (1998), por mais que os discursos e mesmo algumas práticas das relações de

gênero tenham sido transformados, a maternidade ainda é algo que as mulheres *são*, enquanto a paternidade é algo que os homens *fazem*. Mais adiante, estaremos discutindo como os significados sociais e biológicos da transição para a parentalidade contribuem para que os modelos tradicionais de paternidade e maternidade sejam perpetuados, resistindo às transformações nas relações de gênero contemporâneas. Por enquanto, é importante compreendermos como a associação entre maternidade e feminilidade produz uma experiência totalizadora para as mulheres.

A maternidade é representada no imaginário social entrelaçada à noção de feminilidade, e a identidade de gênero das mulheres é reforçada pela maternagem. Além disso, a maternidade é uma experiência radical sob os aspectos anatômicos, fisiológicos, psicológicos e sociais. O exercício da maternidade é portanto, um ponto de inflexão que transforma o cotidiano, particularmente porque ele obedece a um modelo cultural que tem resistido à mudança. Ardaillon (1997) observa em seu estudo que as mulheres sentem a maternidade como invasão, como uma vivência complexa que transforma modos anteriores de ser, revelando aspectos desconhecidos da própria personalidade. A identidade da mulher é reconstruída a partir do momento em que engravida, e a maternidade se torna a faceta primordial desta identidade, em detrimento de outros aspectos (como profissional, filha e esposa). Justamente pela associação maternidade/identidade, a mulher recebe do social e toma para si a responsabilidade pelo cuidado infantil, podendo desejar manter-se como cuidadora primária para não ter sua identidade ameaçada (LaRossa, 1981).

Uma clara explanação sobre como a maternidade foi associada a uma suposta identidade feminina é oferecida por Rocha-Coutinho (1994) em sua discussão sobre a naturalização dos papéis femininos. Esta autora mostra que na modernidade os discursos sobre a mulher são transformados com o intuito de assegurar seu confinamento no mundo privado, onde ela

deveria dedicar-se exclusivamente à família burguesa patriarcal, obediente e passiva. Tais discursos transformaram a imagem da mulher “de Eva a Maria” (pg. 35), ou seja, de uma mulher astuta, sedutora e perigosa a outra pura, comedida, delicada e submissa.

“...começam, a partir de então, a ser demarcadas para as mulheres certas características e capacidades especificamente femininas, entre elas a relação natural com a criança, que elevou a maternidade à função primeira de toda mulher e, mais que isso, atribuiu ao sentimento materno um ‘caráter inato’ e, portanto, compartilhado por todas as mulheres. É assim que características biológicas – a maternidade inscrita no corpo feminino – passam a assumir um significado social.” (Rocha-Coutinho, 1994; pg.36)

A autora mostra ainda que a naturalização das funções femininas trouxe a demarcação de características normativas para a mulher, geralmente relacionadas à imagem de “boa mãe”. Tais características, como a docilidade, delicadeza, afiliação, dedicação, emotividade, entre outras, passaram a compor a ‘identidade feminina’, conforme prescrita pelos discursos sociais – através de instituições como o Estado, a Igreja, a mídia, escolas, a comunidade médica, etc. Isto significa que a naturalização das funções femininas no lar produziu uma suposta identidade feminina, a qual também seria “natural” de todas as mulheres. Assim, a feminilidade passou a ser associada à maternidade, e a maternidade tornou-se a razão de ser das mulheres. Entretanto, quando as possibilidades do *devir* feminino começam a se multiplicar, com o rompimento das fronteiras entre o público e o privado pelas mulheres, o peso da prescrição da maternidade como destino torna esta vivência sufocante, limitante – totalizadora.

Salem (1987) assinala que a vivência da maternidade como uma experiência totalizadora resulta também da absoluta centralidade conferida à criança na pequena família nuclear (ou a “fam-ilha” de Jablonski, 1998), somada à intenção programada de que somente os genitores devem cuidar do bebê, sendo única e inteiramente responsáveis por todos os aspectos de sua saúde e bem-estar. Ainda, o fato de o homem continuar envolvido em suas

atividades profissionais enquanto a mulher interrompe, reduz ou abandona as suas, contribui de maneira marcante para que a vivência da maternidade infle o aspecto mãe de sua personalidade em detrimento de outros. O estudo desta autora mostra também que este fenômeno é vivido intensamente pelas mães de primogênitos, e que, na segunda gravidez, elas tendem a reavaliar algumas de suas propostas, geralmente com o intuito de evitar a repetição da experiência totalizadora com o primeiro filho.

Há ainda dois outros estudos que ilustram alguns desdobramentos da violação da identidade feminina pela imposição da maternidade como destino. O primeiro deles se refere à relação entre sexualidade e maternidade no imaginário social. Friedman, Weinberg e Pines (1998), encontraram em dois estudos muito criativos – o primeiro quantitativo e o segundo projetivo, os quais sem dúvida merecem ser replicados no Brasil – que a maternidade e a sexualidade são mutuamente excludentes na percepção tanto dos homens quanto das próprias mulheres.

Nestes estudos, 162 homens e 166 mulheres foram escutados, todos judeus de classe média a média-alta da cidade de Israel. No estudo quantitativo suas respostas revelaram que quanto mais sexualizada for uma mulher, menos ela será percebida como maternal; e que as mulheres menos sexualizadas (ou mais reprimidas sexualmente) são mais percebidas como “boas mães”. Já no estudo projetivo, as histórias sobre a personagem mulher sexualizada foram na maioria das vezes muito negativas, principalmente quando contadas por homens. A penalidade pela sexualidade foi expressada de diversas formas: na percepção da mulher em termos masculinos, como uma mulher profissional agressiva e ambiciosa; percebendo-a destruindo a família e sendo infiel ao marido; ou percebendo sua sexualidade como compensação para insegurança ou outros problemas psicológicos. O tom das histórias foi marcado por julgamento e punição, havendo até mesmo expressão de raiva direcionada à

mulher que ousa sentir e buscar o prazer sexual. A personagem mulher não sexualizada (reprimida sexualmente) foi amplamente percebida como uma boa mãe, mas não sem pagar um preço também alto. Metade das histórias contadas sobre ela foram negativas, particularmente aquelas contadas por mulheres. Ela foi percebida como frustrada, com baixa auto-estima, e como vítima passiva das circunstâncias de sua vida. Com estes resultados, as autoras apontam a ambigüidade da condição feminina: se elas romperem com a tradição e se tornarem mulheres altamente sexualizadas, elas serão severamente penalizadas; mas se seguirem o papel tradicional abrindo mão da sexualidade e tendo na maternidade seu único destino, elas terão que negar-se enquanto pessoa, abdicando de seus desejos e projetos pessoais (Friedman, Weinberg e Pines, 1998).

Johnson e Huston (1998) aprofundam a discussão sobre a tendência de resignação e abdicação feminina durante a vivência da maternidade, especificamente na relação com os homens, maridos ou companheiros. Os autores observam em seu estudo que as mulheres, em nome do amor que sentem, tendem a alinhar suas preferências sobre a divisão do cuidado infantil com aquelas de seus maridos, abrindo mão, portanto, de suas expectativas igualitárias e até mesmo de suas aspirações pessoais. Esta maleabilidade ou adaptabilidade não é observada na vivência dos homens neste estudo, o que aponta não só para uma desvantagem de poder de negociação pelas mulheres, mas sobretudo para uma estratégia feminina de amenização de conflitos durante a transição para a parentalidade. Trata-se de um tema que tem instigado bastante os pesquisadores: se sabemos que as mulheres fazem mais trabalho doméstico do que os homens mesmo quando contribuem para a provisão financeira da casa, e que esta divisão sexual do trabalho se intensifica após o nascimento do bebê, por quê não há mais mulheres insatisfeitas, ou por quê esta insatisfação não se faz mais visível socialmente?

Estes autores buscam uma explicação na teoria da feminização do amor, segundo a qual os mesmos processos culturais que produzem valores de gênero desiguais a partir de diferenças sexuais atribuem às mulheres a responsabilidade pela produção/promoção do amor nas relações e pela manutenção do bem-estar emocional no casamento e na família. Sendo o amor uma responsabilidade feminina, cabe à mulher, portanto, a iniciativa para a resolução dos conflitos que se intensificam na transição para a parentalidade. Assim, o amor feminino assume uma função moderadora destes conflitos, e através dele a mulher tenderá à resignação e à abdicção de seus anseios e expectativas. Este processo, segundo Johnson e Huston (1998), constitui uma parte invisível do trabalho materno – o trabalho emocional – no qual a mulher trabalha para prover um ambiente estável, seguro, harmonioso e afetivo para a criança. Eles sugerem que as preocupações das esposas sobre conflito conjugal pode inibir seus sentimentos de insatisfação; manter a paz e a família estruturada pode ser mais importante para elas do que uma divisão de responsabilidades igualitária (ou percebida como justa) com seus maridos.

Desta forma, quando esposas se tornam mães, elas alinham ou submetem suas preferências às de seus maridos como parte de uma estratégia para promover condições familiares que elas julgam serem melhores para a criança. Esta adaptação, entretanto, se dá na maioria das vezes de maneira inconsciente – ainda orientada por identificações do processo de socialização primária. Assim, se por um lado esta resignação feminina pode ser um ingrediente chave em possíveis receitas de sucesso conjugal e “construção do ninho” para o bebê, por outro ela viola as expectativas e aspirações femininas sobre igualdade de papéis e equidade de oportunidades.

Mais uma vez temos a ambigüidade e a ambivalência apresentadas para a condição feminina na vivência da maternidade no contexto atual. Esta experiência torna-se totalizadora

justamente por perpassar, constringir e até mesmo atropelar diferentes aspectos da identidade da mulher.

4.4 FAMÍLIA E TRABALHO

O trabalho, remunerado ou não, é central para a vida em família. Alguns estudos recentes vêm mostrando que o número total de horas trabalhadas por homens e mulheres (combinando trabalho doméstico/familiar e remunerado) é aproximadamente o mesmo (Thompson e Walker, 1989; Ardaillon, 1997). Mais do que os homens, entretanto, as mulheres dividem seu tempo e investimento entre o trabalho remunerado e o doméstico/familiar, administrando e operacionalizando a vida em família. Com a industrialização da economia, a noção de 'trabalho' passou a significar o trabalho no mercado remunerado, espaço masculino por excelência. Antes da década de 50 o trabalho remunerado feminino era quase invisível: a participação, no mercado de trabalho, do contingente feminino das camadas populares e minorias era ignorado, e as atividades exercidas pelas mulheres de classes médias também não era considerado por consistir maioritariamente em atividades informais, descontínuas, não mercantis, tais como as atividades domiciliares ou pequenas produções familiares (Bruschini, 1985). A partir da II Guerra, entretanto, acompanhando a tendência do mundo ocidental, um dos aspectos mais notáveis do desenvolvimento brasileiro tem sido a crescente integração das mulheres na população urbana economicamente ativa (Ardaillon, 1997). Assim, atualmente as mulheres são altamente visíveis no mercado de trabalho: cada vez mais as famílias precisam de duas rendas para se manterem, as taxas de

natalidade diminuíram, os graus femininos de educação formal aumentaram, assim como as próprias expectativas femininas de realização pessoal através de um projeto profissional⁵.

Apesar destas mudanças, o trabalho desempenhado pela mulher na sociedade ainda sofre discriminação em suas duas formas, tanto o trabalho remunerado quanto o doméstico/familiar. No que se refere ao trabalho remunerado, Ardaillon (1997) mostra que o trabalho feminino percebe salários mais baixos, ocupa cargos inferiores, é limitado por guetos profissionais, e sujeito ao assédio sexual. Além disso, em épocas de recessão as taxas de desemprego feminino são mais elevadas do que as taxas de desemprego masculino. O trabalho familiar/doméstico, por sua vez permanece sem valor reconhecido socialmente, sendo muitas vezes desvalorizado pelas próprias mulheres que o exercem. Segundo Thompson e Walker (1989), este tipo de trabalho não é percebido nem reconhecido socialmente por ser privado, não remunerado, comum, realizado por mulheres, e misturado ao afeto e ao lazer.

Interessa-nos conhecer como casais com dupla renda (ou nos quais a mulher também possua um projeto profissional) lidam com a questão do trabalho, tanto remunerado quanto doméstico. A bibliografia disponível sobre o assunto aponta que, embora a maior parte das mulheres já exerçam alguma forma de trabalho remunerado e contribuam com 30% da renda familiar, a responsabilidade e o reconhecimento pelo sustento da família ainda recai sobre os homens; e tanto as mulheres quanto os homens ainda se sentem ambivalentes em relação à mulher como provedora (Ardaillon, 1997). O trabalho público bem remunerado e satisfatório é relacionado ao aumento de bem estar e senso de realização pessoal tanto para mulheres quanto para homens (Crohan, 1996; Thompson e Walker, 1989), mas o significado deste trabalho é diferente para eles. Enquanto as mulheres percebem o trabalho como uma atividade

⁵ A busca de realização pessoal da mulher através de um projeto profissional é um forte indicador das transformações do papel feminino na sociedade, já que tradicionalmente todo sentido de realização pessoal feminino advinha exclusivamente da

que desempenham, para os homens o trabalho passa pela percepção da própria identidade (Ardaillon, 1997; Thompson e Walker, 1989). Segundo estes últimos autores, o significado do trabalho remunerado é diferente para homens e mulheres porque eles articulam a vida profissional e a familiar de maneira diversa: enquanto os homens mantêm o trabalho e a família em esferas separadas, as mulheres definem sua participação no trabalho de acordo com as necessidades familiares.

De fato, as mulheres, mais do que os homens, consideram as necessidades familiares ao se lançarem no mercado de trabalho, principalmente durante a transição para a parentalidade. Em geral, elas reduzem ou mesmo interrompem suas atividades no trabalho remunerado para se dedicarem integralmente às crianças pequenas. Entretanto, esta costuma ser uma decisão do casal, e, numa análise mais aprofundada, percebemos que este tipo de decisão não é determinada simplesmente pelas necessidades da família. Rosen (1987) constatou que mulheres bem empregadas, em cargos altos, bem remunerados e de carreira tendem a manter seu envolvimento com o trabalho, independente de sua situação familiar. Isto indica que o afastamento feminino do trabalho remunerado durante a transição para a parentalidade está também relacionado às condições e oportunidades oferecidas para as mulheres no mundo público. Com maiores índices de desemprego, menores oportunidades de trabalho, acesso mais restrito a cargos inferiores e salários menores do que os oferecidos aos homens, a resignação profissional das mulheres para dedicação primária à família torna-se uma decisão lógica e racional do casal. Assim, segundo Thompson e Walker (1989), as mulheres ficam presas a esta dinâmica: os empregadores justificam a desvantagem de ofertas de emprego para as mulheres julgando-as trabalhadoras menos confiáveis por serem primariamente envolvidas com a família e secundariamente envolvidas com o trabalho. Elas, por sua vez, frente às menores oportunidades e maiores limitações profissionais acabam por manterem-se no papel

de provedora complementar e cuidadora primária dentro da família. Assim, as piores oportunidades de trabalho para as mulheres em relação aos homens constituem atualmente tanto a causa quanto a consequência da menor participação feminina no trabalho remunerado.

Esta resignação profissional feminina, como mostra Ardaillon (1997) é vivida com ambivalência pelas mulheres: se por um lado neste momento elas realizam uma parte importante de sua identidade, que é a vivência da maternidade, por outro, elas violam suas expectativas de independência financeira e realização profissional. E ao se dedicarem primariamente à maternidade, estas mulheres passam a vivenciar o trabalho doméstico como atividade central em seu cotidiano, o que traz novas questões, conflitos e experiências, as quais estaremos discutindo a seguir.

4.4.1 TRABALHO DOMÉSTICO

Como vimos anteriormente, durante as últimas décadas muitas foram as transformações acerca dos papéis considerados adequados para homens e mulheres no que se refere ao trabalho na esfera pública. Na esfera privada, entretanto, as crenças sobre quem deve realizar o trabalho familiar vem mudando em menor ritmo. O comportamento cotidiano da divisão de trabalho doméstico muda ainda mais devagar: embora grande parte de homens e mulheres comecem a concordar que o trabalho familiar deva ser dividido, poucos são os homens que assumem responsabilidade equivalente à de suas parceiras nas tarefas domésticas. Isto principalmente se considerarmos o 'trabalho invisível' que consiste na pré-ocupação (ou preocupação), planejamento e tomada de decisão a respeito de diversas atividades como refeições, compras, visitas a médicos, contratação e controle de babás, empregadas, etc.

Coltrane (2000) mostra que, em geral, as mulheres desempenham duas a três vezes mais trabalho doméstico do que os homens, e a grande maioria dos homens, assim como muitas mulheres consideram esta divisão justa. Isto provavelmente se deve ao fato dos homens, durante a transição para a parentalidade, trabalharem mais horas e ganharem mais do que suas cônjuges. Na realidade brasileira de classe média urbana temos as figuras da babá e da empregada doméstica, nem sempre em conjunto, mas sempre de suma importância para as mulheres com projetos profissionais, já que o horário flexível de trabalho, trabalho por hora ou *part time* não são a norma na realidade trabalhista brasileira.

A babá assume as tarefas cotidianas mais braçais do cuidado infantil, como vigilância, higiene, locomoção, etc., o que certamente ameniza para novos pais e mães muitas das sobrecargas geradoras de conflitos durante a transição para a parentalidade. Em geral, porém, ela acaba por assumir também um lugar privilegiado de afeto junto à criança, o que muitas vezes pode trazer algum desconforto para os pais e mães, principalmente para elas, que, dentro da experiência totalizadora de maternidade discutida anteriormente, vêem na afeição da criança pela babá um espaço que elas próprias deveriam estar ocupando, desenvolvendo (ou intensificando) sentimentos de culpa, ciúmes ou até mesmo rivalidade em relação à babá (Ardaillon, 1997). Além disso, na maioria dos casos é a mulher quem escolhe, treina, coordena e supervisiona o trabalho da babá, sendo também ela quem a repreende e despede – tarefas que a mãe desempenha inserida no contexto da maternidade totalizadora, da ambigüidade da condição feminina, ambas fontes de ‘culpa materna’, o que provavelmente carrega a sua relação com a babá de conteúdos internos conflitantes, tornando esta relação complicada - angustiante para a mulher e escravizante para a babá – digna de ser estudada em estudos posteriores.

Para os homens, a babá possui um significado mais pragmático, mobilizando menos conteúdos internos, e em geral sendo percebida como uma grande ajuda – “ajuda” que, como veremos mais adiante, caberia de outra forma a eles – de maneira que os pais cedem este espaço sem problemas; sem se sentirem culpados ou piores pais por isso. Ainda, pela maior distância que assumem na relação com a babá – e na gerência de seu trabalho – a percepção masculina se atém principalmente aos resultados das tarefas já realizadas. Referindo-se à importância da babá para amenizar conflitos entre os casais nas negociações de divisão de tarefas durante a transição para a parentalidade, o Professor Bernardo Jablonski declarou “a babá é um pilar do casamento contemporâneo” (comunicação pessoal, 1999).

Ainda assim, grande parte dos novos pais e mães enfrentam a transição para a parentalidade sem a ajuda de babás, o que significa que suas negociações cotidianas a respeito do trabalho doméstico e cuidado infantil são fundamentais para a construção de seus novos papéis, bem como para a transformação ou perpetuação dos valores de gênero que perpassam suas experiências. Por fim, ainda que em comparação com as décadas passadas as mulheres estejam fazendo menos trabalho doméstico e os homens um pouco mais, a redistribuição deste tipo de trabalho não acompanhou as mudanças dos papéis femininos e masculinos nas esferas públicas da sociedade.

4.4.2 TRABALHO E BRINCADEIRA

O cuidado contínuo dos bebês possui a particularidade de englobar tanto o trabalho quanto a brincadeira. Não é somente importante alimentar, vestir e carregar o bebê, mas também é preciso brincar com ele, já que é através da brincadeira que a criança desenvolve um senso de si mesmo, o que é indispensável para que se torne um membro integrado da sociedade (Mead, 1935).

Como homens e mulheres se organizam e distribuem estas atividades em seu cotidiano? Não conhecemos estudos específicos sobre esta questão no Brasil, mas pesquisadores americanos realizaram estudos bastante ilustrativos, os quais podemos tomar como indicadores de padrões assemelhados à realidade brasileira de classe média dos grandes centros, onde a globalização e o forte intercâmbio cultural produzem semelhanças de valores, ideologias e representações sociais. Vale lembrar, entretanto, que uma diferença entre estes dois contextos no que se refere à transição para a parentalidade está na presença, no Brasil, da figura da babá, que, como vimos anteriormente, acaba por assumir muitas das atividades que estaremos discutindo abaixo. De qualquer forma, na discussão a seguir, os números não irão interessar tanto quanto o que eles significam em termos das negociações cotidianas entre homens e mulheres.

LaRossa (1986) observou alguns aspectos sobre o trabalho e a brincadeira no cuidado infantil os quais acreditamos serem significativos. Segundo ele, mães donas-de-casa dedicam sete vezes o tempo que pais empregados dedicam às atividades relacionadas ao cuidado infantil; e mesmo mães empregadas dedicam duas vezes mais tempo do que os pais empregados. Além disso, enquanto menos de um décimo das atividades femininas são relacionadas à brincadeira, metade do tempo de envolvimento masculino é em atividades

deste tipo. Se considerarmos a variedade de atividades que constituem "cuidado infantil", é marcante que os pais consigam limitar desta forma sua participação neste cuidado. Este autor também observa que os pais descrevem momentos de brincadeira com seus filhos (geralmente assim que chegam do trabalho ou após o jantar) como esforços para compensar a ausência durante o dia, ou para equilibrar o fato de não desejarem ou não terem habilidade para tomarem parte mais ativa no chamado "trabalho sujo" (trocar fraldas, alimentar, etc.).

O fato da brincadeira ser mais "limpa" do que outros tipos de atividades do cuidado infantil, e portanto mais desejável, explica somente parcialmente por que os pais tendem a preferir este tipo de interação com seus filhos. Outro fator importante de ser compreendido é que a brincadeira exige menos atenção do que atividades de custódia. O autor faz uma análise dos diferentes níveis de atenção necessários nas várias atividades de cuidado infantil, mostrando que há um nível de atenção primária (quando se trata da principal atividade sendo realizada em um dado momento), e os níveis secundário e terciário de atenção (para atividades realizadas secundariamente ou terciariamente à atividade primária). Assim, diferentes atividades exigirão diferentes níveis de atenção, dependendo de sua natureza, e mulheres e homens tenderão a assumir determinadas atividades dependendo do nível de atenção que exigem.

LaRossa observa que os pais tendem a se envolver em atividades que requerem níveis de atenção secundário e terciário, enquanto a maior parte do envolvimento materno é com atividades de atenção primária. Entre o trabalho e a brincadeira esta distinção também se faz presente, já que a brincadeira permite níveis secundário e terciário de atenção (o pai pode brincar com o filho enquanto assiste ao jornal, fala ao telefone ou organiza seus papéis de trabalho). Como sugere o autor (1981, p.50): "Fathers may choose play over work because play 'eats' less into their own free time".

Sobre a tendência para este tipo de envolvimento dos pais, Walzer (1998) reporta que os homens não tomam para si as responsabilidades do trabalho doméstico e infantil por não perceberem este tipo de trabalho como seu “trabalho verdadeiro”. Eles se colocam – e são colocados pelas mulheres – na posição de “ajuda” e não de responsabilidade pelo trabalho que precisa ser feito. Os pais, portanto, tendem a perceber seu papel como complementar ao de suas esposas.

Isto não é o que costuma acontecer com as mulheres. A mulher tenderá a se considerar a principal responsável por todo trabalho envolvido nas atividades de cuidado infantil, assumindo, na maioria das vezes, atividades de nível primário ou secundário de atenção. Se uma mulher, por exemplo, estiver sozinha em casa com uma criança, ela nunca poderá entrar em um nível terciário, mas precisará estar sempre pronta a responder às necessidades da criança. Esta costuma ser uma grande surpresa para novos pais e mães: eles logo aprendem que além das crianças serem muito dependentes deles, suas necessidades não são negociáveis.

Não estamos sugerindo que o contato primário com a criança não é recompensante, ou que pais e mães não têm prazer em criar um indivíduo totalmente dependente deles. O que pode se tornar desprazeroso e frustrante é a repetitividade e a duração deste nível de contato. Não importa o quanto amemos alguém ou algo, a saciação (exposição demasiada a algo bom) reduz o valor de recompensa daquela pessoa ou objeto. Ainda, o ritmo da interação mãe/pai-criança pode ser estressante. Assim como o trabalho em linhas de montagem ou controle de tráfego aéreo, o aspecto mais alienante e estressante do cuidado infantil é seu ritmo. É o bebê e não a mãe ou o pai que determina o momento da mudança nos níveis de atenção. Vale notar que pessoas que trabalham em situações das quais não podem se retirar voluntariamente mas têm que esperar para serem aliviadas apresentam maior tendência à exaustão física e emocional. Enquanto muitos pais podem experimentar esta exaustão e atribuir ao fato de “não

levarem jeito” para cuidar de crianças, uma mãe provavelmente terá seu sofrimento aumentado pelo sentimento de inadequação e pela culpa de não se sentir “uma boa mãe”.

O cuidado infantil no cotidiano, seja ele trabalho ou brincadeira, acaba por exigir do cuidador dedicação “de corpo e alma”, mesmo nos momentos em que o bebê está dormindo ou se distrai. Na realidade, o sentimento de alívio que a mãe ou o pai experimenta ao fechar cuidadosamente a porta do quarto do bebê após tê-lo ninado até dormir significa que agora ela ou ele poderá estar primariamente envolvida em suas necessidades e secundariamente envolvida com o bebê. Em suma, após uma manhã agitada, acordada com o bebê – alimentando, trocando fraldas, entretendo, vigiando, consolando, etc. – a mãe ou o pai pode agora aproveitar o tão esperado período de semi-vigilância.

4.4.3 AJUDAR X DIVIDIR

LaRossa (1981) e Walzer (1998) observam em seus estudos que os pais que se recusam, formalmente ou informalmente, a participar de qualquer forma do cuidado infantil constituem a exceção, não a regra. Entretanto, a maioria dos pais que se envolvem nestes tipos de atividades assumem que estão “ajudando” suas esposas, e não “dividindo” responsabilidades parentais. As mães também tendem a se referir aos maridos como cuidadores complementares, utilizando a palavra “ajuda” para denotar a contribuição deles. Nas 1701 páginas de transcrição das entrevistas do estudo de LaRossa, todos os casais, pelo menos uma vez, se referiam ao marido ajudando a esposa com o bebê, enquanto nenhum casal definiu a responsabilidade da mulher nestes termos. Entranhado no uso da palavra “ajuda” está a noção de que o cuidado infantil é em última instância responsabilidade feminina – o homem faz um

favor quando cuida. Como resume Walzer (p. 29): "Motherhood is a state of being while fatherhood is something that men do".

Sem entrarmos em questões macrosociais, já que nos propomos aqui a fazer uma análise do cotidiano da transição para a parentalidade, podemos discutir algumas formas de construção cotidiana deste papel de "ajuda" paterna. Antes mesmo do nascimento do bebê o menor envolvimento do pai já começa a ser construído. É a mulher que com maior frequência irá pensar primeiro em comprar livros sobre como cuidar do bebê. Se o marido ler algum, ou parte, de um dos livros, é provável que seja por indicação da esposa. Assim, desde o início, a mãe se coloca no lugar de responsável pelo bebê. Sua atitude de comprar os livros reflete algo que é socialmente aceito: bebês são "coisa de mulher". O fato dela ler os livros mais cuidadosamente do que seu marido direciona o que está por vir: já que o pai não está tão bem informado sobre o que significa ser pai, ambos assumirão que a mãe irá orquestrar e implementar o cuidado infantil. Os próprios livros são, em sua grande maioria, destinados às mães exclusivamente, e pressupõem ainda a típica família nuclear tradicional: a mãe cuidadora e o pai provedor, necessitando do auxílio dela para se envolver com a criança. Alguns possuem um adendo ou capítulo destinado ao pai, e orientam a leitora a compartilhá-lo com ele. O casal, portanto, recebe deste tipo de literatura informações impregnadas de valores tradicionais de gênero durante a preparação para a parentalidade.

Após o nascimento do bebê, os eventos que refletem e direcionam a diferenciação dos papéis paterno e materno ficam mais sofisticados. Talvez seja mais fácil reconhecer esta tendência nas primeiras vezes que o pai segura o bebê. Quando recebe o bebê de alguém (na maioria das vezes uma mulher – a mãe, sogra ou enfermeira), o pai geralmente comenta algo sobre esperar não deixá-lo cair, ou não machucá-lo. Depois, enquanto acomoda o bebê em seus braços, o pai demonstra para todos (incluindo o próprio bebê) que este não é seu papel de

costume. Geralmente os co-atores deste drama reforçam a definição do pai, tentando ensiná-lo ou ficando próximos, como que prontos para segurar o bebê caso ele venha a cair dos braços do pai. Outra manobra típica é encorajar o pai a sentar-se, de forma que seus braços tenham suporte. Ao longo da cena, o pai pergunta e os co-atores prontamente oferecem instruções sobre como posicionar os braços, onde segurar a cabeça, etc. Toques adicionais podem incluir alguém chamar todos da casa para verem papai segurando Júnior, ou buscar uma câmera para registrar este "raro" momento para a posteridade. Já nestes momentos iniciais, onde novos papéis sociais estão sendo construídos, o que ocorre é uma dissociação do homem do papel parental de cuidador primário. Assumindo o papel desta forma, todas as suas vivências e negociações posteriores serão orientadas por esta imagem de cuidador complementar.

Já com as mulheres o processo se dá à avessas. Na realidade, mesmo que ela tenha medo de deixar o bebê cair nos primeiros dias, ela provavelmente sentirá vergonha de mostrar este medo, e tentará parecer habilidosa ao segurá-lo. E os co-atores a reforçarão dizendo que tem um talento "natural" para cuidar do bebê, e elogios como "mãe cuidadosa, atenciosa" a deixarão contente e realizada.

Os desdobramentos deste estabelecimento tradicionalizado de papéis são a perpetuação desta tradicionalização no cotidiano. É o que Coltrane (1989) chama de produção rotineira do gênero: homens e mulheres se especializando sexualmente na divisão de tarefas domésticas e de cuidado infantil. Um fator específico e significativo desta tradicionalização está no fato de mesmo quando os pais participam do cuidado físico, as mães tendem a ser responsáveis pelo trabalho mental. Isto é importante para compreendermos que muitas mães preferem ser as responsáveis primárias pelos cuidados infantis, mesmo quando seus parceiros estão disponíveis para dividir a responsabilidade.

A explicação mais difundida para este fenômeno está no fato da maternidade definir a identidade feminina muito mais do que a paternidade define a identidade masculina, o que, conforme discutimos anteriormente, constitui uma experiência totalizadora para as mulheres. Assim, fica mais fácil para o homem transitar entre seus diferentes papéis sociais de marido, pai, profissional, etc., sem ser ameaçado em sua identidade. Já para a mulher, o papel de mãe assume um lugar central em sua identidade, e "ser uma boa mãe" passa a ser uma preocupação estruturante em sua representação de si mesma.

As negociações e organizações entre homens e mulheres em torno do cuidado infantil no cotidiano serão, portanto, orientadas pela construção de seus papéis parentais, os quais são fundamentados nas representações sociais de feminino e masculino. Assim, o contexto e a estrutura social também se fazem presentes no dia a dia dos homens e mulheres que vivenciam a transição para a parentalidade.

O fato é que tornar-se pai e mãe é um processo muito mais intenso e exigente do que pensam os casais apaixonados que vêem no primeiro filho a concretização de seu amor, principalmente no contexto contemporâneo de transformação e redefinição dos papéis masculinos e femininos na sociedade. Esta visão romantizada, perpetuada pela mídia, romances e lendas, não adereça a vivência cotidiana e contemporânea do "milagre da vida". Isto só contribui para o duro impacto da realidade no dia a dia da transição para a parentalidade.

4.5 BIOLOGIA E SIGNIFICADOS SOCIAIS

Para algumas pessoas, a tendência das mães se tornarem as cuidadoras primárias dos bebês possui uma explicação óbvia: as mulheres são biologicamente diferentes dos homens. Dentro desta visão, o comportamento de cuidar é inato das mulheres, e é por isso que elas assumem maior responsabilidade pelos bebês (ver resumo em LaRossa, 1986). Outros autores, entretanto, discordam desta perspectiva, apresentando evidências de que os pais são cuidadores tão competentes quanto as mães (Parke e Sawin, 1976; Parke 1981; Cowan e Cowan, 2000). Há ainda debates sobre uma possível programação evolutiva relativa à forma como homens e mulheres lidam com as crianças. Alguns argumentam que as mulheres são destinadas a um maior envolvimento com as crianças individualmente já que não podem produzir tantas crianças ao longo da vida quanto podem os homens, que tenderiam a um menor investimento por possuírem um potencial de produzirem um número maior de filhos (Discussão do trabalho de Lancaster em Belsky e Kelly, 1994). Estes últimos autores sugerem, por exemplo, que uma programação evolutiva pode ser responsável pela falta de compulsão dos pais em ajudar com os cuidados do bebê. Eles argumentam que quando um pai de hoje em dia deixa de ficar em casa cuidando do bebê para ir jogar 'o futebol sagrado de domingo', ele pode simplesmente estar seguindo um impulso arcaico masculino – o de limitar seu investimento no bebê.

Mesmo se tomássemos este 'impulso arcaico masculino' como dado biologicamente, em nosso contexto cultural de casamentos monogâmicos e prole reduzida ele não mais se manteria como necessário à adaptação evolutiva do homem. Além disso, este impulso não explicaria necessariamente o fato do pai priorizar, por exemplo, o futebol sobre a equidade de papéis parentais em seu lar. Ao nosso ver, trata-se de uma construção social – uma

interpretação da diferença sexual, a qual se faz presente na representação sociocultural de homem, ou do significado do que é ser homem no imaginário social, operando portanto sobre este pai desde antes de seu nascimento e através de sua socialização e constituição subjetiva. Assim, preferimos pensar que o pai, ao sair para jogar futebol, está reproduzindo o gênero, e não seguindo uma determinação biológica.

Se por um lado os antropólogos descrevem a prevalência da divisão do trabalho por gênero em praticamente todas as sociedades, por outro, a bióloga Anne Fausto-Sterling (1985) observa que de uma cultura para a outra não há continuidade na forma e no significado desta divisão: “a divisão sexual do trabalho carrega em si uma contradição: é uma universal humana, mas não tem significado universal.” (pg.198). Já em 1949, Margareth Mead apontava para este fato, mostrando que diferentes sociedades atribuíam significados diversos às mesmas diferenças sexuais, produzindo conceitos e valores de gênero específicos de cada cultura, e neles baseando a divisão sexual do trabalho, incluindo-se aí o cuidado infantil.

Outro enfoque da divisão de cuidado infantil – o chamado enfoque biossocial – combina uma assertiva sobre diferenças biológicas entre as capacidades cuidadoras de homens e mulheres com a observação de que sociedades diferentes irão atribuir maior ou menor significado e conseqüências a estas diferenças. De acordo com esta perspectiva, fatores biológicos e culturais interagem para determinar os papéis parentais femininos e masculinos (Rossi, 1985; Udry, 1994). Dentro de uma perspectiva psicossocial, nós não acreditamos que qualquer comportamento humano possa ser claramente classificado em termos de ‘natural’ ou ‘adquirido’. Acreditamos, sim, que ambos são relevantes, mas que é impossível conhecer como operam, já que somos expostos a experiências biológicas, sociais e psicológicas antes mesmo de sairmos do útero.

Além disso, não faria sentido argumentar que não há diferença na forma como homens e mulheres experimentam a transição para a parentalidade. Para começar, do ponto de vista biológico, a mulher carrega o bebê em seu ventre, dá a luz, e pode amamentá-lo, enquanto o homem não. Entretanto, como vimos anteriormente, o conceito de maternidade em nossa sociedade vai muito além destas possibilidades biológicas, o que nos mostra que provavelmente a maior parte da representação do papel materno está ligada aos valores e prescrições formulados pela cultura baseados em suas interpretações dos significados das particularidades biológicas do corpo da mulher. Em outras palavras, as representações sociais da maternidade são mais ligadas a uma ideologia de gênero do que à natureza.

Assim, os significados que novos pais e mães atribuem às diferenças sexuais biológicas interferem na maneira como eles lidam com a parentalidade. Estes significados não só aumentam as expectativas em relação às mães, como diminuem aquelas relativas aos pais. Um exemplo disto é o próprio 'mito do amor materno', discutido e questionado por Badinter (1985). O famoso 'amor de mãe', difundido pela cultura como um sentimento natural, instintual e quase mesmo sobrenatural (i.e., o senso comum fala de intuição, premonição de mãe; mães que levantam caminhões para salvar seus filhos, etc.) é uma construção social que sem dúvida impõe exigências de grandes investimentos sobre as mães, e mantém os pais na periferia da parentalidade.

Alguns cientistas sociais (Rossi, 1985; Udry, 1994) insistem que há diferenças de gênero entre mães e pais que não podem ser atribuídas somente à socialização. Estes autores argumentam pela predisposição biológica como determinante dos comportamentos maternos e paternos antes mesmo da chegada do bebê, e apontam particularmente os hormônios femininos como determinantes do comportamento de maternagem.

Wlazer (1998), entretanto, observa em seu estudo que os hormônios não são percebidos pelos novos pais e mães como facilitadores do cuidado materno: durante as entrevistas, as mães que mencionaram os hormônios o fizeram em contextos que sugeriam sua interferência negativa na capacidade de serem mães e esposas felizes. Os hormônios são percebidos como a causa de experiências negativas e de emoções como depressão e raiva, e são com frequência utilizados pelas mães para explicar sentimentos que elas percebem como socialmente inaceitáveis. Estudos sobre transtornos puerperais revelam que depressão grave pode ser desencadeada em novas mães que experimentam sentimentos não condizentes com os que acreditam que as mães devem sentir: ansiedade, raiva, vergonha, arrependimento ou desapontamento ao invés de alegria, realização, conforto, etc. (Taylor, 1996). Segundo esta autora, os transtornos psicopatológicos puerperais se relacionam ao modelo de maternidade padrão da classe média: aquele de um relacionamento de cuidado e amor intenso, quase integralmente nas mãos da mulher. Mesmo os livros mais lidos por pais e mães iniciantes reforçam a associação entre os hormônios e o desajustamento à maternidade. No livro "O que esperar do primeiro ano" (Eisenberg, Murkoff e Hathaway, 1989), os subtítulos do capítulo intitulado "Mudanças Hormonais" são "Depressão Pós-parto" e "Rejeição do Peito".

Para muitas mães e pais, os hormônios são portanto percebidos como uma força tóxica que desestrutura o que de outra forma seria uma transição suave e natural para a maternidade. Assim, do ponto de vista da vivência desta transição, os hormônios não representam a suposta

'natureza' da mulher, nem tampouco explicam o maior envolvimento feminino com o cuidado infantil, ou o vínculo mais forte da mãe com o bebê. Ainda assim, para muitos pais e mães tanto no estudo de Walzer (1998) quanto no nosso próprio estudo – como veremos a seguir – parece haver algo de biológico na diferença entre os vínculos estabelecidos pela mãe e pelo pai com a criança. Enquanto alguns acreditam que o envolvimento dos pais poderia ser tão forte quanto o das mães – se eles passassem o mesmo tempo que elas com seus filhos – outros acreditam que a criança é naturalmente mais ligada à mãe e a solicita mais do que ao pai. Cowan e Cowan (2000) mostram que muitas vezes esta percepção do maior vínculo do bebê com a mãe é justificada pelo casal a partir da gravidez: por ter crescido no ventre materno, a criança já desenvolveria um vínculo mais estreito com a mãe. Mahony (1995) defende em parte esta hipótese, sugerindo que a gravidez permite às mulheres uma antecipação do vínculo e do envolvimento com o bebê, mas assinala que esta 'vantagem' é acentuada pela prática usual da mulher ficar em casa com o bebê enquanto o homem retorna ao trabalho. Esta autora argumenta que se os homens ficassem mais tempo sozinhos com o bebê desde cedo, as discrepâncias entre o envolvimento paterno e materno tenderiam a desaparecer.

O 'instinto materno' é outro conceito biológico que possui significados importantes na transição para a parentalidade. Muitos casais atribuem ao instinto materno o envolvimento primário da mulher com o cuidado infantil, utilizando-o para justificar esta divisão desigual de trabalho. A crença de que os pais não possuem este instinto serve à dinâmica funcional típica de muitos casais nos primeiros meses de cuidado infantil: enquanto a mãe monopoliza o cuidado com o bebê, o pai mantém-se periférico, assumindo papel secundário. Assim, esta dinâmica possui implicações diversas para homens e mulheres, dependendo da forma como é interpretada. A mulher pode evitar de deixar o pai a sós com o bebê, dissimulando ou deixando clara sua falta de confiança na capacidade cuidadora do homem. Ao fazê-lo, ela traz

para si toda a responsabilidade pelas atividades de cuidado, o que pode lhe trazer maior segurança sobre o bem estar do bebê, mas que a expõe a sentimentos de sobrecarga e solidão em relação a este cuidado. Além disso, ela pode ainda desenvolver sentimentos de ressentimento ou frustração relativos à reduzida participação do marido, os quais, mesmo de maneira inconsciente, aumentarão as possibilidades de interações conflituosas entre os cônjuges. O pai, por sua vez, poderá também em nome do 'instinto materno' – que ele teoricamente não possui – manter-se distanciado das atividades de cuidado infantil, desenvolvendo um vínculo menos estreito com o bebê, podendo retomar suas atividades cotidianas e profissionais sem maiores problemas. Este distanciamento pode ser vivenciado pelo pai como conveniente – caso ele se identifique com representações tradicionais de paternidade – ou como angustiante, já que ele pode vir a se sentir deslocado, sem lugar na relação mãe-bebê, experimentando desde ciúmes em relação à mulher ou à criança, insegurança em seu novo papel paterno, até o declínio da satisfação conjugal.

Estas são vivências comuns de interação conjugal durante a transição para a parentalidade onde é clara a produção de papéis de gênero a partir de interpretações das diferenças biológicas entre os sexos. Nas vivências descritas acima ocorre a perpetuação ou a reprodução de valores tradicionais de gênero, e por conseqüência, o fenômeno da tradicionalização descrito anteriormente. Entretanto, estas não são as únicas possibilidades de experiência da parentalidade, podendo haver alguns pontos de ruptura e transformação destas vivências.

Em seu estudo, Walzer (1998) encontrou casais que revisaram suas noções sobre o instinto materno ao reconhecerem o amor do pai pela criança. Estes casais não questionaram a noção de instinto, mas sugeriram que os pais podem tê-lo também. Um ponto interessante percebido pela autora foi o de que muitas vezes esta reformulação partiu das próprias

mulheres, principalmente a partir da percepção das mudanças provocadas pela paternidade na vida e na identidade de seus maridos. Para elas, a percepção de que o amor pelos filhos transforma o homem significa que não só seus maridos, mas todos os homens podem ser maternos, ao ponto de sugerirem a existência de um instinto parental, idêntico para mulheres e homens.

Ao equipararem instinto com amor, estes novos pais e mães levantam a questão do vínculo mãe-bebê como no enigma do ovo e da galinha: o que vem primeiro, a divisão do cuidado infantil ou a preferência do bebê pela mãe? Seja ele uma função da evolução natural ou do tempo passado juntos, o vínculo mãe-bebê é geralmente usado pelos casais na transição para a parentalidade como justificativa para as divisões desiguais de cuidado infantil. Entretanto, este vínculo é provavelmente reforçado – se não produzido – pelas organizações desiguais de trabalho, já que os bebês tendem a preferir seus cuidadores primários.

De todos os aspectos do cuidado infantil, nenhum outro recebe tanta atenção quanto a alimentação do bebê. Esta questão costuma ser abordada em revistas, debates, campanhas ou programas educativos, bem como nos primeiros capítulos dos livros de aconselhamento para novos pais e mães. O tema principal desta discussão se refere à decisão entre amamentação ou alimentação por mamadeira – questão que representa a principal fonte de diferenciação entre mães e pais no cuidado infantil, e que possui implicações importantes para o desenvolvimento do vínculo pai-bebê, já que o envolvimento paterno precoce parece aumentar a autoconfiança e o compromisso dos pais com o cuidado infantil cotidiano (Coltrane, 1996).

A percepção, pelos pais, de que eles não possuem a capacidade natural de nutrir ou alimentar o bebê pode levá-los a um distanciamento ou a uma atitude passiva em relação ao cuidado infantil. Walzer identifica conteúdos indicativos de um tipo de 'inveja do seio' no

discurso dos homens na transição para a paternidade, sentimento que os levaria a um fechamento emocional e à tendência de deixarem as mulheres liderarem o planejamento e a execução deste cuidado. O que se dá, portanto, é uma associação entre a capacidade de amamentar e o fato de se possuir qualidades maternais ou habilidades particulares para o cuidado dos bebês. Esta associação não possui fundamentação lógica, e também se apresenta na vivência feminina, já que algumas mulheres optam por não amamentar alegando 'não se acharem maternais'.

No estudo de Ehrensaft (1983) com pais e mães que dividiam o cuidado infantil igualmente, muitos pais que desejavam um vínculo com seus filhos tão forte quanto o das mães expressaram inveja da capacidade de suas esposas de amamentar. A autora observou ainda que as mulheres de seu estudo que estavam resistindo à tradicionalização de gênero, buscando ativamente evitar que a totalidade de suas identidades fossem tomadas pela maternidade, expressaram ambivalência e ressentimento sobre a total responsabilidade pela amamentação.

A capacidade feminina de amamentar, assim como outras diferenças biológicas entre mães e pais, não teve sempre o mesmo significado social ao longo do tempo. No século 19, a amamentação foi menosprezada e interpretada como uma função servil, sendo delegada pelas mulheres das classes altas às 'amas de leite', geralmente negras, escravas ou serventes; já na metade do século 20, com o desenvolvimento da tecnologia de fabricação de gêneros alimentícios, o sucesso das fórmulas lácteas na alimentação de crianças hospitalizadas entusiasmou os profissionais de saúde, que passaram a prescrever a alimentação por mamadeira como sendo tão benéfica quanto a amamentação. Atualmente, em nome do potencial imunológico do leite materno, novas mães são encorajadas a amamentar, tendo se tornado o aumento do número de mães que amamentam e do tempo de amamentação um

objetivo do governo, que produz campanhas pró-amamentação nos meios de comunicação e na comunidade médica. É possível que a associação entre a amamentação e a competência maternal (ou cuidadora) observada por Ehrensaft (1983) e Walzer (1998) parta destas mesmas campanhas, que atingem não só os casais 'grávidos' (Salem, 1987), como pais e mães na transição para a parentalidade e toda sua rede social de apoio (Dessen, 2000). Assim, os significados da amamentação tomam rumos diversos, produzindo associações também diversas que nem sempre são convenientes para mães e pais que encontram dificuldades para ou que não desejam amamentar.

Todos estes aspectos discutidos tenderão a se apresentar nas vivências cotidianas da transição para a parentalidade, articulados de formas diversas, e produzindo experiências também variadas, abrangendo desde sentimentos de realização pessoal, passando pela ambigüidade, por contradições e conflitos, chegando até reações de angústia e depressão. No capítulo que se segue, as falas dos homens e mulheres por nós escutados estarão revelando e ilustrando como se dão as variadas formas de articulação destes aspectos em suas realidades objetivas e subjetivas.

5. PESQUISA DE CAMPO

Pesquisar é, em primeiro lugar, se perguntar. Depois, é se lançar à busca de inspiração nos livros, textos, artigos, em outras pesquisas, na mídia, na rede, no mundo, enfim, em tudo o que apresentar algum registro, idéia ou perspectiva a respeito do que se quer compreender. Neste percurso, o pesquisador vai colecionando visões, tecendo cuidadosamente seu argumento, como numa colcha de retalhos; juntando as peças de um quebra-cabeça que compõe sua fundamentação teórica. Esta última lhe oferece um cenário, uma paisagem que ele irá contemplar e, mais uma vez, se perguntar. A pergunta, então, se apresenta para ele sem a timidez inicial, com mais maturidade, com a força de uma pergunta que precisa de resposta. Percebendo que ele pode encontrar respostas em pontos diversos de sua paisagem, o pesquisador precisa definir por um caminho em detrimento de outros. Ele recorta seu alvo, limita seu horizonte, evitando assim se perder pelo caminho. Ele agora está pronto para adentrar sua paisagem para finalmente explorá-la em sua pesquisa de campo.

Esta é a descrição de nosso percurso na pesquisa acadêmica até o momento da realização de um estudo de campo. Por contarmos com limites de tempo e recursos, tivemos que nos contentar em buscar respostas para uma *primeira pergunta* apenas, guardando as muitas outras que surgiram ao longo do caminho para empreitadas posteriores. Foram necessários também outros recortes, como a escuta de um grupo bastante homogêneo de dezesseis pessoas e a opção de um estudo exploratório pontual em detrimento de um outro longitudinal – o que seria ideal para a compreensão das transformações na transição para a parentalidade, mas que exigiria um tempo superior ao disponível para nós. Assim, esperamos que nosso estudo ajude a definir melhor alguns tons e contornos da ampla paisagem que

esboçamos em nossa discussão teórica, apesar de não podermos fazer generalizações sobre seus resultados para outros pontos do cenário.

5.1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Nosso objetivo na presente pesquisa foi realizar um estudo exploratório sobre a transição para a parentalidade no contexto contemporâneo brasileiro de classe média carioca. A bibliografia disponível sobre o assunto discutida nos capítulos anteriores apontava para a necessidade de estudos brasileiros que permitissem a descoberta de conceitos e hipóteses relevantes a este tema. Desde o início, nós também buscamos desenvolver um estudo que adotasse uma perspectiva psicossocial das relações de gênero neste momento de transição da família. A pergunta básica que orientou nossa investigação foi: como as mulheres e homens de hoje em dia constroem e exercem seu papéis de mãe e pai dentro da família? Assim, seguindo os pontos principais de nossa questão, estávamos determinados a: estudar tanto o ponto de vista da mulher quanto o do homem; identificar valores de gênero presentes no discurso dos entrevistados; e entender como estes valores orientam e definem seus papéis parentais. Escolhemos um modelo qualitativo, já que este estilo de pesquisa constitui uma das melhores maneiras, se não a melhor maneira, de se conduzir estudos exploratórios sobre interações psicossociais.

5.1.1. SUJEITOS⁶

Nossa decisão por casais pertencentes à classe-média carioca se deu por uma variedade de razões. Em primeiro lugar, consideramos que um grupo de oito casais constitui uma

amostra pequena demais para a avaliação de variáveis como etnia e classe social, apesar de valorizarmos a importância do estudo destas variáveis, e de acreditarmos que elas influenciem de maneira relevante a vivência da transição para a parentalidade na população geral. Estudar somente casais brancos de classe média significa que não poderemos compreender o impacto da classe social sobre a transição para a parentalidade, tampouco a influência de diferentes origens étnicas; por outro lado, esta opção nos permitirá mergulhar mais a fundo na experiência específica deste grupo. Em segundo lugar, acreditamos que os sujeitos escolhidos representem um grupo onde a pluralidade de valores de gênero estejam mais presentes, por ser este um grupo com maior nível educacional e portanto maior possibilidade de contato cultural com valores de vanguarda ou modernos. Além disso, sendo nós mesmos pertencentes à classe média carioca, trata-se de um grupo com o qual pudemos estabelecer melhor *rapport*, e com quem tivemos maior identificação.

O recrutamento dos sujeitos se deu por indicação de pessoas conhecidas da pesquisadora, o que, ao nosso ver, é um procedimento facilitador da abordagem de conteúdos mais íntimos para os entrevistados, já que estes puderam ficar mais à vontade por haver uma relação, ainda que indireta, com a entrevistadora.

Os critérios para o recrutamento dos casais foram: terem coabitado por no mínimo um ano antes da chegada do primeiro filho; terem o primeiro filho com idade entre seis e dezoito meses; e ambos os cônjuges possuírem projetos profissionais independentes entre si, ainda que temporariamente interrompidos pela transição para a parentalidade. O primeiro critério se justifica pelo fato de julgarmos fundamental um tempo médio de convivência conjugal sem filhos para que os sujeitos pudessem perceber e avaliar melhor as mudanças provocadas pela chegada do primeiro filho em sua vida em comum. A idade do bebê entre seis e dezoito meses foi um critério sugerido pela bibliografia (LaRossa, 1981; Cowan e Cowan, 2000; Walzer,

⁶ Ver descrição detalhada dos casais no ANEXO I.

1998), onde encontramos evidências de que antes dos seis meses o casal pode se encontrar no que os autores denominaram "the honey-moon period", ou o período da lua de mel, no qual o encantamento dos cônjuges com o bebê seria tão intenso que suas percepções sobre as transformações em suas vidas seriam ainda parciais ou distorcidas. Da mesma forma, o limite de dezoito meses nos permitiu escutar casais para quem as questões relativas à transição para a parentalidade ainda estavam sendo vivenciadas ou eram recentes em suas experiências. O critério da existência de projetos profissionais para ambos os cônjuges foi importante para que pudéssemos observar com mais clareza a apresentação das questões contemporâneas de gênero discutidas na parte teórica deste trabalho. O fundamental aqui foi escutarmos casais nos quais as mulheres tivessem expectativas de igualdade e autonomia em relação aos companheiros, com maior possibilidade, portanto, de se colocarem como sujeitos ativos na construção de seus papéis de gênero durante a transição para a parentalidade.

Dentro deste perfil encontramos e contactamos dez casais a quem, por telefone, nos apresentamos e solicitamos a possibilidade de uma entrevista. Destes casais, todos, a princípio, concordaram em conceder entrevistas, mostrando-se interessados em compartilhar suas experiências. Dois casais, entretanto, deixaram de ser entrevistados; o primeiro tendo cancelado a entrevista por motivo de adoecimento do bebê, e o segundo por indisponibilidade de horário da mulher, devido ao seu alto envolvimento profissional. Assim, entrevistamos um total de oito casais, ou dezesseis sujeitos, já que as entrevistas foram individuais, como veremos mais adiante.

A média etária de nossos sujeitos é de 32 anos, variando em todo o grupo entre 26 e 43 anos. Todos os casais residem à cidade do Rio de Janeiro, sendo que seis casais na Zona Sul, um casal na Tijuca e outro na Ilha do Governador. Todos são provenientes da classe média carioca, havendo, porém, diferenças sutis em suas situações econômicas atuais: os casais

residentes à Zona Sul possuem padrão de vida mais elevado do que os dois casais da Zona Norte. Todas as mulheres possuem nível superior completo, interrompido temporariamente, ou em curso - menos uma, que possui nível técnico completo -, o mesmo ocorrendo com os homens. Em termos profissionais, os entrevistados se distribuem em diversos campos de atuação: informática, psicologia, engenharia, advocacia, comércio, jornalismo, fotografia, mecânica aeronáutica. Cinco mulheres retornaram ao trabalho logo após o término de suas licenças; as outras três interromperam a vida profissional para cuidar do bebê, encontrando-se nesta situação no momento da entrevista. Destas últimas, duas haviam retomado a faculdade, e uma se preparava para um curso de pós-graduação. Todos os homens entrevistados recebem salários superiores aos de suas companheiras. Cinco dos oito casais não formalizaram sua união, e os outros três realizaram cerimônias de casamento nos moldes tradicionais.

5.1.2. PROCEDIMENTOS

Optamos por realizar entrevistas semi-estruturadas e informais com cada membro do casal individualmente, sempre em sua residência e no horário de sua escolha. A opção por entrevistas individuais se colocou como uma questão importante, já que a bibliografia apresenta divergências a este respeito. As entrevistas individuais são mais confortáveis para os sujeitos, que podem falar livremente sobre sua experiência e perspectiva, sem interrupções, questionamentos ou confronto de idéias - o que, para o pesquisador é vantajoso, na medida em que os conteúdos mais íntimos e conflitantes podem ser mais facilmente acessados. A publicação de "segredos" individuais, entretanto, pode constituir um problema ético. Por outro lado, a entrevista conjunta permite ao pesquisador a oportunidade de observar 'ao vivo' (ou mesmo mais tarde, através das transcrições) os padrões de interação do casal e suas

negociações de perspectivas diferentes, o que pode produzir material bastante interessante para análise. Porém, este tipo de entrevista requer grande habilidade do entrevistador, quem deverá manter-se na posição de investigador e de mediador neutro, cuidando ainda para que ambos os cônjuges tenham a oportunidade de se expressarem. Finalmente, decidimos pelas entrevistas individuais⁷ por considerarmos que as percepções e as vivências individuais de homens e mulheres sobre a transição para a parentalidade e suas diferenças e contrastes são mais relevantes para a nossa questão do que os padrões de interação e negociação dos casais.

Durante a fase dos contatos telefônicos iniciais buscamos conversar com ambos os membros do casal, falando com quem quer que atendesse ao telefone ou alternando entre os homens e as mulheres nos sucessivos contatos para agendamento das entrevistas. Este cuidado visou evitar que a entrevista fosse percebida pelo homem como “coisa da minha mulher”, já que a totalidade de indicações de sujeitos para a pesquisa foi fornecida por mulheres conhecidas da pesquisadora, o que poderia facilmente, aos olhos do casal, tornar a mulher a principal referência do estudo.

Durante toda a entrevista, os sujeitos estiveram a sós com a entrevistadora, no intuito de que eles pudessem dar maior foco ao relato de suas vivências, bem como ficar mais à vontade para falar livremente. Em geral, os homens apresentaram certo constrangimento inicial ao serem convidados a conversar com a entrevistadora em particular, quando havia outras pessoas na casa. É possível que esta apreensão fosse reduzida caso o entrevistador fosse também homem, ou quando o entrevistado estivesse sozinho na residência ou em outro ambiente por ele designado.

⁷ Resolvemos o problema da publicação de segredos omitindo informações que pudessem comprometer ou identificar os casais, e asseguramos sua privacidade atribuindo-lhes nomes fictícios com as mesmas iniciais (ex., Ana e Alberto; Pedro e Paula), de forma a facilitar a identificação dos membros dos casais mesmo em falas individuais. Os nomes das crianças serão sempre substituídos pela palavra “bebê”.

A entrevista foi realizada nos moldes de uma conversa corriqueira do dia a dia, o que criou o clima de informalidade e permitiu que as mulheres ficassem descontraídas e que os homens superassem a apreensão inicial e também ficassem à vontade. Como nossas entrevistas visavam alcançar processos íntimos, às vezes inconscientes para os sujeitos, o clima de informalidade era crucial, pois, segundo experiência anterior de Nicolaci-da-Costa (1988a):

“...Meu objetivo era, pelo menos em parte, o de tornar visíveis processos íntimos que, por serem muitas vezes inconscientes, eram desconhecidos mesmo para os entrevistados. Para ser bem-sucedida, a entrevista deveria, portanto, ser conduzida numa situação informal que permitisse que os sujeitos se sentissem à vontade e descontraídos.” (p.7)

Nossa entrevista⁸ foi estruturada em duas partes, a primeira composta por tópicos – delineados a partir de entrevistas piloto, desconsideradas na análise dos resultados – os quais tiveram como objetivo estimular o discurso dos sujeitos, da forma mais livre possível, dentro do foco da nossa investigação. A segunda parte consistiu em perguntas diretas que objetivaram a provocação de uma tomada clara de posição pelos sujeitos a respeito de alguns aspectos do nosso tema. As entrevistas foram gravadas com a autorização dos entrevistados, tendo sido posteriormente transcritas integralmente, da maneira mais fiel possível à forma do discurso dos falantes.

O conteúdo obtido nas entrevistas foi analisado através da metodologia de **análise de discurso**, de acordo com o modelo proposto por Rocha-Coutinho (1994), onde a linguagem é vista como necessariamente associada à ideologia, o que nos permite identificar no discurso dos entrevistados não apenas seu comportamento efetivo, mas também os sistemas subjetivos de idéias, crenças e valores, conflitantes ou não, subjacentes ao seu comportamento. A autora propõe um modelo de análise menos convencional “que pretende investigar, a partir da fala de

⁸ Ver roteiro de entrevista no ANEXO II.

nossos sujeitos, exemplos da presença de diferentes comportamentos e de sistemas de idéias distintos, mais ou menos visíveis, coerentes ou conflitantes, e que se escondem por trás do comportamento das pessoas ou grupos" (pg. 171).

Assim, estabelecemos *a priori*, a partir de nosso instrumento de investigação, um total de 5 categorias principais, através das quais procedemos a análise do discurso dos entrevistados. São elas: gravidez; trabalho; maternidade; paternidade; ambigüidade e ambivalência. Finalmente, realizamos a análise propriamente dita, selecionando os segmentos das entrevistas onde havia referência direta ou indireta a cada uma destas categorias.

5.2. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente, ao analisarmos a descrição dos nossos sujeitos apresentada acima, já começamos a perceber a inserção de valores contemporâneos na experiência destes casais. Somente três dos oito casais formalizaram sua união através do casamento, conforme tradicionalmente prescrito; os outros cinco passaram do namoro à coabitação e à parentalidade sem sentirem a necessidade de legitimar pública e socialmente suas escolhas. Da mesma forma, cinco mulheres retomaram suas atividades profissionais logo ao término de suas licenças, com seus filhos tendo em média cinco meses de idade, decisão que, na época de suas mães, provavelmente seria questionada e até criticada. Ainda, as outras três mulheres já começavam a retomar seus estudos, o que significa que nenhuma delas pretendia se dedicar exclusivamente à maternidade, mesmo que somente enquanto as crianças fossem pequenas. Entretanto, com relação às suas atividades profissionais, não encontramos valores tão de vanguarda: todos os homens de nosso estudo ganham mais do que suas mulheres, assumindo, portanto, a função de provedores principais da família. Estas questões serão retomadas e aprofundadas nas discussões dentro das nossas categorias de análise, apresentadas a seguir.

Gravidez

O desejo de engravidar pelas mulheres e de ter filhos pelos homens foi apresentado em todas as entrevistas como algo que sempre existiu e que eles próprios geralmente não sabiam explicar de onde vinha.

ANA: "Sempre foi um sonho dele e meu ter filhos."

DIEGO: "Eu gosto muito de ter filho, sempre sonhei em ter um monte, queria quatro, mas a DANIELA só quer dois."

PAULA: "Eu sempre quis ter filho, sempre mesmo, nunca tive dúvida de que eu queria ter."

BEATRIZ: "Olha, eu sempre quis ter filho, não sei bem o por quê. Acho que todo mudo quer, tanto o homem quanto a mulher. Tipo, eu não me perguntei se ia ou não fazer faculdade, entendeu, é o caminho."

Esta colocação de BEATRIZ sugere que o desejo de ter filhos é resultado de uma prescrição social, provavelmente internalizada em momentos precoces da vida (socialização primária), de maneira que assume uma forma inconsciente, sem localização precisa, fazendo parecer ao sujeito ser "o caminho" a se seguir – podemos ainda inferir que este mesmo processo se apresente para os outros sujeitos do estudo. Seu marido, BRUNO, entretanto, localizou em sua família de origem o surgimento de seu desejo, reconhecendo a expectativa cultural a este respeito. Questionado sobre de onde veio a vontade de ser pai, ele responde:

BRUNO: "Da minha criação, minha família é grande, unida, somos judeus então temos uma expectativa de continuar a família, ter descendentes. Acho que o fato do meu irmão ter filhos pequenos também me influenciou bastante."

Outra entrevistada também reconhece como prescrições sociais influenciaram seu desejo ao longo de sua socialização.

PAULA: (sobre a origem do desejo de ter filhos) "É um modelo que perpetua, né? Tipo, ter descendentes... Não sei, acho que é uma coisa que está tão marcada na gente, tipo, você vai crescer, casar e ter filhos, formar uma família. Eu acho que a gente nem pensa muito no por quê que a gente está querendo ter filho."

Em dois casos a decisão de engravidar foi tomada por impulso, em declarações de amor ardentes, durante ou logo antes da relação sexual (casais 4 e 6). Nestes casos fica patente a associação entre a gravidez e o amor do casal, a primeira vindo a significar a concretização do segundo.

FÁTIMA: "A gente sempre falou em ter filho, era um sonho nosso, sonho mesmo, tudo lindo maravilhoso, até os nomes a gente já tinha. Só que a gente não planejou assim certinho, um dia, na hora h rolou a maior declaração de amor e a gente não usou nenhuma proteção, e aí veio o B.."

FERNANDO: "(ter um filho) é a concretização da minha união com a FÁTIMA..."

DANIELA: "Aí, um belo dia, na praia, óbvio, ele disse que queria ter um filho meu, na maior declaração, sabe, maior romance...eu queria também, só precisava de um empurrãozinho."

DIEGO: "Fui eu que falei pra ela que eu queria. Não foi nem planejamento, foi um impulso mesmo, uma coisa de paixão mesmo. Como se ela engravidar fosse marcar, fixar o nosso relacionamento."

Em outro caso, onde a gravidez foi planejada de forma mais racional, o amor também aparece como algo que precisava ser concretizado através de um filho.

ANA: "A minha expectativa era assim, que esse filho ia definir, não sei o termo exato, consagrar o casamento. É como se fosse um fruto do casamento, do amor. Concretizar, é isso."

Lembremos que a inserção do amor no casamento se deu como um processo construído socialmente, visando regular e higienizar a sexualidade, principalmente a feminina, e produzir a família nuclear moderna (Costa, 1989). Assim, em um contexto macrossocial, a associação amor/gravidez pode representar também um mecanismo velado de poder, pelo qual a mulher que ama se deixa engravidar, e o homem legitima ou torna público seu amor engravidando-a, como que numa simbólica colonização do corpo feminino.

A maneira como a notícia da gravidez foi recebida revela algumas expectativas dos sujeitos sobre a transição para a parentalidade. Em geral, as reações são de extrema felicidade, havendo pouca menção às preocupações, medos e angústias, mesmo perante a perspectiva de uma intensa mudança de vida.

FÁTIMA: "Aí foi aquela cena de novela, eu contando, ele todo emocionado, com direito a Champagne e tudo, acho que a gente pensava que era tudo festa."

MARCELO: "Foi muito engraçado, a gente fez o teste junto, aquele de urina de manhã. Aquela expectativa, né, quando o negócio ficou azul, a gente começou a pular, se abraçar, festejar, e dois minutos depois cada um pegou num telefone, a gente deve ter ligado pra Deus e o mundo, e nos intervalos das ligações a gente festejava mais."

PAULA: "Foi a coisa mais inesperada do mundo, porque não era uma hipótese, e quando a gente soube foi muito bom, foi ótimo, eu fiquei felicíssima, e quando eu falei pra ele, ele ficou mais feliz até do que eu."

Estas reações, apontam para expectativas altamente romantizadas sobre a primeira maternidade/paternidade, as quais, como veremos mais adiante, são freqüentemente violadas quando as exigências cotidianas da transição para a parentalidade se apresentam para novos pais e mães. Como vimos anteriormente⁹, os meios de comunicação contribuem para a construção de uma imagem idealizada desta transição, e, como bem lembra uma de nossas entrevistadas, o mesmo ocorre no que se refere à primeira gravidez.

MARIA: "Foi muita coincidência, porque a minha cunhada e uma prima engravidaram na mesma época, então foram três grávidas na família, e eu lembro que a gente se reuniu com a família toda, naquele clima de fim de novela da Globo, que todo mundo fica grávida, um monte de barriguda, tipo, agora seremos felizes para sempre..."

Apenas um sujeito – o mesmo que propôs a gravidez à sua companheira por impulso e paixão – revelou ter antecipado alguma preocupação com possíveis dificuldades desta transição.

DIEGO: "Na verdade, quando veio a notícia da gravidez mesmo eu fiquei meio bolado, não sei, meio com medo da realidade, é muita responsabilidade..."

⁹ Observar nota de rodapé de número 3.

É possível que outros sujeitos tenham compartilhado desta apreensão intimamente sem, no entanto, terem-na expressado para a pesquisadora ou mesmo para seus companheiros (as). Supondo que isto seja verdade, esta seria uma indicação da força da representação social da parentalidade enquanto fonte de prazer e realização pessoal.

O ajustamento à gravidez por homens e mulheres apresenta algumas particularidades. Seis dos oito casais descreveram a experiência da gravidez como um período positivo, onde prevalece a tranquilidade e o bem-estar, principalmente para as mulheres, quem, por diversas vezes, se declararam “nas nuvens”. Neste grupo, surgem dois temas interessantes que se repetem com alguma frequência: a importância e a beleza da mulher grávida.

DANIELA: “Estar grávida é bacana, porque as pessoas te tratam diferente, você ganha respeito por causa da barriga, parece que você está literalmente fazendo um favor pra humanidade.”

FÁTIMA: “Ah, foi ótimo, eu curti muito. Fui super paparicada, por ele e por todo mundo ... É um momento muito gostoso, você vira o centro do mundo, todo mundo é gentil com você...”

ANA: “Eu me senti muito importante, eu me achava linda, sabe. Sentia que eu andava na rua e todo mundo olhava, ‘que grávida bonita’, sabe, assim, achava que o ALBERTO me achava linda também, meus pais, todo mundo. Eu fiquei bem na gravidez, então eu me sentia muito importante tendo aquela barriga...”

Nestes relatos femininos sobre a gravidez como uma experiência positiva, é evidenciada uma sensação de importância e respeito, revelando uma mudança de estatus da mulher grávida, que passa a receber da comunidade mais atenção e admiração. De fato, a imagem de uma mulher grávida é embutida de representações de pureza, delicadeza e bondade, constituindo uma imagem quase santificada no imaginário social: não se espera dela qualquer conduta desviante, promíscua ou imoral. Esta visão é refletida na fala de um sujeito sobre sua perda da libido durante a gestação. Ainda que negue este fato em sua vivência, ele aponta para a influência da imagem santificada sobre a experiência subjetiva masculina relativa à gravidez.

BRUNO: "A BEATRIZ também é psicóloga, você sabe, vocês interpretam, né, elocubram mil coisas, pode até ser que tenha alguma coisa do tipo 'em mulher grávida não se toca' no meu subconsciente, mas eu não acho isso muito provável."

O tratamento diferenciado é altamente reforçador para estas mulheres, que passam a se sentir especiais, amadas, apoiadas; tais sentimentos as tranquilizam e tornam a experiência extremamente gratificante. Entretanto, não podemos deixar de perceber que a maioria das mulheres que viveram a gravidez de maneira positiva relataram algum tipo de tristeza puerperal. Eis algumas de suas declarações sobre o primeiro impacto do nascimento do bebê:

FÁTIMA: "Alguma coisa me deixou meio triste. Me senti vazia, senti falta da barriga ..."

PAULA: "Ai foi péssimo, essa parte foi ruim...é muito esquisito, mesmo que você tenha querido muito o filho, mesmo que tenha ido tudo bem, na hora que nasce é muito estranho, porque, enquanto ele está na barriga da gente, é parte sua, ainda não é uma criança que você está visualizando então é uma relação diferente."

ANA: "Foi desesperador... eu chorava muito muito muito... e muitas vezes, se eu pudesse voltar atrás, tipo assim, 'não quero mais ela', isso logo no início, nas duas primeiras semanas...parecia que ela ia ser uma ameaça pro meu casamento, porque eu não parava de chorar, eu me sentia insuportável."

Esta tristeza é claramente incongruente com o êxtase vivenciado durante a gravidez. Podemos supor que justamente a perda repentina do estatus de importância da mulher grávida após o parto - que desvia todo foco de atenção da mãe para o bebê - acaba por contribuir em maior ou menor grau para uma experiência negativa do primeiro impacto do nascimento. O discurso de uma entrevistada é bastante claro a este respeito:

MARIA: "O primeiro impacto pra mim foi bem ruim. Eu queria voltar à gravidez; você vai muito rápido de princesa, linda, mimada para gata borralheira, escrava, um trapo... antes era toda a atenção em você, e de repente é tudo pro neném, ninguém mais quer saber como você está."

Na experiência masculina, tanto a partir da percepção feminina quanto do próprio relato dos homens, o tema da beleza fica mais patente do que o da importância, havendo ainda relatos de desejo de proteção e respeito aumentados.

EDUARDO: "Foi uma fase gostosa, aquela coisa da expectativa, de ver a barriga mudando, as ultras. Eu mudei a alimentação pra acompanhar ela, é, fiquei mais protetor, preocupado em proteger a gravidez."

ESTELA: "Eu curti tanto que o EDUARDO entrou na onda, também leu, fez um curso vivencial comigo. Ele que achava uma grávida linda, queria me levar pra todo lugar, pra me exibir, ele estava orgulhoso."

PEDRO: "Eu gostava da barriga, gostava de ver ela crescendo, isso é uma coisa que eu sempre gostei.. Eu acho mulher grávida bonito, todas as transformações que ela sofre..."

DIEGO: "... eu adorei a gravidez, é uma coisa mágica, não é, é um mistério, eu ficava olhando assim a barriga, como é que pode, um pedaço da gente crescendo lá dentro... Eu acho mulher grávida uma coisa muito linda, quando eu vejo na praia uma mulher nova, sarada e grávida, não tem como não olhar, assim, pra admirar."

O "olhar/ver a barriga" aparece em quase todos os relatos masculinos, o que não é de surpreender, já que a maior parte da vivência masculina nesta fase só pode mesmo se dar através da visão: ver a barriga crescer, contemplar a beleza da mulher grávida, ver as sessões de ultra-sonografia, orgulhar-se da imagem da companheira, etc. É interessante notar, ainda, que tanto a importância quanto a beleza são temas que passam por um reconhecimento compartilhado no social o qual influencia a percepção dos sujeitos, contribuindo para a forma como eles vivenciam e se ajustam à gravidez.

Entretanto, nem tudo são flores: dois de nossos casais descreveram o período da gravidez em termos negativos. Seus discursos indicam os sintomas físicos e a instabilidade do humor feminino, bem como a dificuldade de realização e o lugar periférico do homem neste processo como fatores contribuintes para uma experiência negativa.

CLAUDIA: "Eu tive problemas de pressão durante a gravidez. Ficava cansada e de mau humor com facilidade e nem sempre o CAIO compreendia isso."

CAIO: "Durante a gravidez nos desentendemos às vezes eu procurava evitar os atritos na medida do possível, pra dar tranquilidade à mãe, ..., mas sempre sem realizar, sem me dar conta de toda mudança que estava acontecendo e que ainda estava por vir. Começamos a juntar dinheiro e comprar fraldas, muitas fraldas."

Além dos pontos apresentados acima, a questão da gravidez como invasão do corpo feminino aparece com bastante força no discurso de uma entrevistada (que também é a única mulher a declarar uma demora na realização e aceitação da gravidez) sendo determinante na sua vivência deste período como uma experiência negativa.

BEATRIZ: "Foi difícilimo. Eu enjoiei demais no início, um sono insuportável, prejudicou pra caramba lá no trabalho, uma obrigação terrível de comer bem – eu lembro que isso foi foda. ... você grávida não tem escolha, tem que comer direito por causa do bebê. Cara, eu me sentia muito culpada se comesse um hambúrguer, acho que nos primeiros cinco meses isso foi uma grande questão pra mim. É tipo uma invasão, você não tem escolha mais sobre o próprio corpo. Parece esquisito, mas eu me senti meio alien assim, com um alien na barriga, uma coisa estranha lá dentro. Não que eu rejeitasse a barriga, mas no início foi duro."

BRUNO: "Foi um período estranho, porque o homem fica meio de fora. A BEATRIZ ficou muito sensível no início, e eu tentei ser bem paciente com ela, mas nem sempre era possível ajudar... É... manter relações com a BEATRIZ também ficou difícil pra mim. Eu ficava preocupado com medo de machucar; ela achava que eu não gostava da barriga. Claro que é diferente, eu prefiro o corpo dela sem a barriga, não vou mentir, mas com certeza a minha preocupação era causar algum problema para o B.."

Digno de nota é o fato de tanto os relatos positivos quanto os negativos serem compartilhados por ambos os membros dos casais, indicando que as vivências particulares dos sujeitos influenciam aquelas de seus cônjuges. Mais especificamente, no caso dos relatos dos nossos sujeitos a respeito da gravidez, a experiência masculina parece ser mais influenciada pela feminina do que o inverso, tanto para uma vivência positiva quanto para uma negativa. Dentro de uma vivência negativa, até mesmo o tema da beleza foi apresentado de forma inversa: ambos os membros do casal nº2 apresentaram uma percepção da barriga como feia e estranha.

Finalmente, a questão da barriga é outro ponto interessante. Nos chamou a atenção o fato de nossos sujeitos sempre se referirem à barriga com artigos definidos ou pronomes demonstrativos, como se esta fosse um objeto alheio, independente: 'a barriga', 'aquela barriga', 'o barrigão' foram algumas formas de referência usadas, sendo que em nenhum momento foram utilizados pronomes possessivos, os quais localizariam a barriga no corpo da mulher, como pertencendo a ela. As falas de duas entrevistadas talvez expliquem este fenômeno:

DANIELA: "E também a barriga não é sua, né, é pública, todo mundo mete a mão, quer sentir, faz pergunta, é uma festa. Mas foi legal."

PAULA: "...você recebe muita atenção das pessoas, só tem uma coisa muito chata, é que todo mundo te pega na barriga, umas pessoas que você nunca viu."

Mais uma vez, vemos como as percepções e significados sociais sobre a gravidez influenciam, transformam e determinam as experiências objetivas e subjetivas dos novos pais e mães, antes mesmo do nascimento do bebê.

Trabalho

O trabalho aparece no discurso dos entrevistados dividido em trabalho doméstico e público. Este último seria o mesmo que o trabalho profissional, que é remunerado, pressupõe contato com outras pessoas, se dando fora do núcleo familiar (nenhum de nossos sujeitos exerce atividade profissional em casa). O trabalho doméstico compreende os cuidados com a casa e com o bebê, incluindo-se aqui o trabalho invisível (de planejamento e preocupação sobre a execução das tarefas) que engloba ainda o trabalho emocional (de produção e mediação das emoções no interior da família).

O trabalho público assume significados distintos para os homens e mulheres do nosso estudo. Elas, mais do que eles, introduziram a questão do trabalho ao falarem de seus relacionamentos conjugais. Suas falas, além de revelarem a importância de seus projetos profissionais para sua realização pessoal, mostram também que para elas é fundamental que seus companheiros apoiem, incentivem ou compartilhem de suas experiências no trabalho público.

ESTELA: "Nosso casamento sempre foi bem legal,...., a gente tem muita coisa em comum, trabalhamos na mesma área, sempre conversamos muito sobre trabalho, ele incentiva muito a minha carreira."

MARIA: "Ele sempre me deu a maior força pra eu sair e correr atrás da minha carreira, fazer cursos, e até pra tomar decisões difíceis, tipo sair de um trabalho ruim, isso pra mim é muito importante na nossa relação, eu nunca queria correr o risco de acabar virando dona-de-casa."

BEATRIZ: "A nossa relação nunca foi fácil não...Acho que o trabalho é a coisa mais importante pra ele, mas eu aprendi a aceitar isso, até porque eu também acho fundamental eu trabalhar, ter meu dinheiro, minhas ambições. A gente acabou virando um casal meio yuppie, sabe, sempre trabalhando, priorizando isso, tem semanas que a gente mal se vê. Assim falando parece uma coisa meio fria, mas eu gostava daquilo, até porque acho que fica mais interessante, essa coisa muito melosa, muito grudada não é o meu estilo".

A partir destas falas, podemos inferir que quando o projeto profissional da mulher é incentivado pelo homem, ou é um ponto em comum no relacionamento, ela tenderá a avaliar a relação conjugal de forma mais positiva.

Os homens, por outro lado, em nenhum momento associam o trabalho público à relação conjugal, referindo-se a ele já no contexto da gravidez ou do pós-parto, associando-o diretamente à capacidade de prover conforto e segurança para a nova família.

FERNANDO: "Mas eu tinha um patamar mínimo que eu queria alcançar na vida antes de ter filho, pra poder dar mais segurança, viver sem susto. Então eu comprei o apartamento em 99, a loja chegou em um ponto em que está indo bem, está valorizada, então para mim chegou o momento, eu alcancei esse patamar e a gente decidiu ter um filho."

PEDRO: "As preocupações (com o trabalho) aumentaram sem dúvida, porque você pensa, não é só a questão de mais uma boca não, você precisa ter a capacidade pra dar condição de vida, pensar na faculdade dele, onde ele vai poder estudar, eu quero que ele tenha mais preparo do que eu."

DIEGO: "Essa é a parte mais pesada, o ruim é que a gente precisa de dinheiro pra tudo, pra nascer e pra morrer também. Eu fiz um curso no trabalho pra subir de nível, ganhar mais um pouco. A gente tinha um padrão de vida legal, e eu não quis perder isso, pô, eu vim morar na casa da mãe dela, no quarto dela, mas quando veio a gravidez a gente quis arrumar nosso cantinho, eu comecei a construir essa parte da casa...lá na (empresa) tenho uma estabilidade, claro, não posso fazer besteira, mas tem um plano de carreira, tem uns benefícios, pô, plano de saúde, fundamental, né pra criança."

Seus discursos sobre a questão do trabalho público não passam pela necessidade de apoio de suas companheiras e tampouco pela satisfação conjugal. Sem dúvida, a afirmação e fixação no mundo do trabalho não é uma questão para os homens, nem em relação aos seus próprios desejos, nem aos de suas mulheres, muito menos para o próprio mercado de trabalho. Além disso, a transição para a paternidade interfere ou influencia sua trajetória profissional de maneira menos incisiva e determinante, apresentando na maioria das vezes um aumento nas preocupações financeiras e relativas à estabilidade, e também na moderação ao assumir riscos.

Já na maioria das falas femininas surgem indícios de ambigüidade em relação à conciliação dos desejos de trabalhar e ter filhos, de apreensão quanto às conseqüências da

maternidade em suas trajetórias profissionais e também da discriminação no mercado de trabalho.

ANA: "Eu sempre sonhei em ter filho, mas eu sempre sonhei em ser independente pra depois ter filho, depois de ter o meu trabalho. Quando eu casei com o ALBERTO tudo mudou pela idade dele, então eu tive que assumir que iria atrasar a minha vida profissional, mas que eu queria ter filho e também tinha que respeitar o lado dele."

MARIA: "Eu fiquei com muito medo da gravidez atrapalhar minha carreira, eu mal tinha conseguido esse emprego, o pessoal lá logo olhou torto, foi chato. Tudo bem, qualquer coisa eu tinha o apoio total do MARCELO, mas não era isso que eu queria..."

CLAUDIA: "Quase perdi o emprego quando descobriram que eu estava grávida."

DANIELA: "...graças a Deus eu trabalho há um bom tempo lá, tem loja que demite mesmo mulher grávida..."

Podemos perceber, a partir destas falas, que o trabalho público feminino é inevitavelmente confrontado pela transição para a maternidade. Neste confronto, a realização do desejo de ter filhos pode vir a constituir uma ameaça, seja por significar um desvio em sua trajetória ou projeto profissional, ou por sofrer a discriminação do mercado de trabalho.

As políticas sociais de apoio à transição para a parentalidade são na verdade políticas para a facilitação da maternidade. A licença paternidade de cinco dias corridos a partir do nascimento é mencionada por penas um de nossos sujeitos, e em termos negativos.

FÁTIMA: "Pra começar, é um absurdo o homem só ter , o quê, quatro, cinco dias de licença, mal dá pra conhecer o filho.. Eu vi na televisão falando que a licença da mulher é pra criar vínculo, e pai não tem que criar vínculo? Então já começa errado."

Realmente, a diferença nas políticas sociais de apoio oferecidas para homens e mulheres na transição para a parentalidade 'já começa errado' para os casais com expectativas igualitárias de relacionamento, pois, como veremos adiante, tal diferença possui implicações diversas, tanto objetivas quanto subjetivas, para a organização e divisão do trabalho doméstico e do cuidado infantil.

De qualquer forma, as políticas existentes de apoio à mulher apresentam-se no discurso dos entrevistados como questão fundamental em suas experiências. O direito à Licença

Maternidade, férias remuneradas e redução da carga horária no período da amamentação é altamente valorizado por todos os sujeitos entrevistados. Cinco das oito mães usufruíram dos direitos à Licença Maternidade e férias remuneradas, podendo atravessar cinco meses desta transição em casa com o bebê. Somente uma delas, a ESTELA, fez menção ao direito, após retorno ao trabalho, à redução da carga horária para a amamentação, valendo apontar que tanto ela quanto seu marido EDUARDO são Servidores Públicos na área jurídica.

ESTELA: "Eu fiquei meio preocupada no início porque eu trabalhava em plantão de 24 por 72 horas, e também porque era um trabalho barra pesada, sei lá, podia acontecer alguma coisa mais violenta. Eu pedi movimentação no trabalho e fui pro setor menos exposto, mais administrativo, mas só por dois anos, então quando a B. tiver um ano e meio eu devo voltar pro plantão. E, assim, preocupação financeira não foi um problema pra gente não, porque graças a Deus somos estáveis no trabalho e junto a gente ganha direitinho..."

EDUARDO: "Ela tirou licença, férias, redução da carga horária para amamentação, saiu da escala de plantão, você vê, quanta coisa que tornou possível a gente cuidar da B. com decência. Isso tinha que ser a regra, não a exceção... Bom, existem as Leis que facilitam essa transição, mas infelizmente poucos conhecem a Lei ou têm condições de exigir que elas sejam cumpridas. No nosso caso, eu acho que tivemos o ideal, só faltava ter uma boa creche no trabalho da A., ou perto."

BEATRIZ: "Eu só decidi engravidar porque tenho um emprego estável, salário certo, férias, licença maternidade, tudo. Se não acho que não ia dar, eu nunca poderia tipo abandonar a carreira pra ter filho, como algumas amigas minhas fizeram. Acho que isso é uma coisa minha, e também não caberia na relação com o F... A licença maternidade foi fundamental pra mim, acho que é uma coisa que nunca poderia acabar, tipo, no trabalho do BRUNO (consultoria de informática) não existe isso..."

Nem todos os casais, entretanto, tiveram seus direitos atendidos por completo, ou na forma ideal da Lei, conforme os descritos acima.

DANIELA: "Eu trabalhei até a última semana. Como eu ganho por comissão, eu queria evitar o máximo possível ficar só no salário fixo. Eu fiquei cinco meses em casa, licença maternidade e férias, ..., mas só o INSS não é nada, a gente teve muito grilo em relação a dinheiro, quase tive que vender minhas férias."

MARIA: "Eu tive que abrir mão de um mês da minha licença, foi tipo um acordo, porque eu estava lá a pouco tempo, e também não pude adiantar minhas férias. O pior é que a diretora de RH é mulher, eu não acreditava que ela estava jogando duro assim. Acabou que eu fiquei três meses em casa com a B., voltei, trabalhei mais três, e agora tirei férias."

Vale notar que ambos os casos se referem ao vínculo trabalhista na iniciativa privada, onde também a discriminação à gravidez se apresenta com maior frequência, o que pode apontar para a necessidade de intervenções públicas mais fortes que assegurem de fato estes

direitos, ou do desenvolvimento de políticas novas e alternativas¹⁰. Ainda na vivência destes dois casos, no que se refere à política informal do mercado de trabalho em relação ao cuidado infantil, a mentalidade de apoio à transição para a parentalidade parece não existir, muito menos para o envolvimento paterno.

DIEGO: "Quer ver uma coisa, como a DANIELA ganha por comissão, quando B. fica doente a gente prefere que eu fique em casa pra ela não perder trabalho. Pô, é a maior dureza eu faltar, meu supervisor, e até os colegas ficam cobrando que a mãe é que tinha que fazer isso. Meu chefe já veio dizer que é pra eu revezar com ela. A B. raramente fica doente, pô, eu falei pra ele descontar, quase disse pra ele não se meter na minha vida."

MARIA: "Nos meses depois da minha licença eu ia pro trabalho, trabalhava, cumpria o expediente e saía, não ficava fazendo hora extra ou inventando projetos que tomassem muito tempo além do horário, porque eu queria estar em casa com a B., óbvio, qualquer um no meu lugar faria o mesmo. Mas eu ouvi lá do meu gerente que eu estava deixando muito clara minha preferência e prioridade absoluta para a família, e ele não disse, mas sugeriu que isso não era bom. Eu não acreditei, pra quem que a família não é prioridade absoluta? Só se for pra ele, que finge que trabalha até meia noite, não está nem aí pra mulher dele, não tem filho e fica dando em cima das estagiárias".

Esta desvalorização, pelo mercado de trabalho, do envolvimento familiar e do tempo em família, a qual discutimos anteriormente, e a incompreensão acerca das necessidades de novos pais e mães gera na(o) trabalhadora(o) um mal estar que pode prejudicar sua relação com o trabalho, abalando sua motivação, e possivelmente mesmo prejudicando seu desempenho. Não é à toa que a maioria dos nosso sujeitos, tanto as mulheres quanto os homens apontaram para a ausência de creches de qualidade e acessíveis próximas ou vinculadas ao local de trabalho como um problema fundamental, sugerindo que esta facilidade seria benéfica à própria dedicação e desempenho no trabalho público.

DIEGO: "Podia ter creche em todo trabalho, podia ser obrigatório isso, todo mundo ia trabalhar mais, mais tranquilo."

EDUARDO: "Só faltava ter uma boa creche no trabalho da ESTELA, ou perto."

MARIA: "Você vê, se aqui tivesse creche no trabalho, como tem em outros países, ia ser a glória, você poderia dar uma parada pra amamentar, relaxar, descontraí com seu filho, e não ia se importar de ficar mais tempo longe de casa."

¹⁰ Como creches no local de trabalho, carga horária flexível e trabalho em casa, administração do tempo total de licença de acordo com a necessidade do casal, mais tempo de licença paternidade, ou divisão do tempo total de licença entre o pai e a mãe.

O trabalho público, portanto, é uma questão cada vez mais presente na vivência da transição para a parentalidade para casais com propostas igualitárias de relacionamento, já que o trabalho público feminino é necessariamente parte desta proposta, o que significa que a criança precisará em algum momento ter seus cuidados delegados a terceiros, sejam estes creches, babás ou outros membros da família. As exigências, pressões e políticas de apoio do mercado de trabalho irão ditar, dificultando ou favorecendo, toda a organização parental acerca do cuidado infantil e do trabalho doméstico que precisa ser realizado para uma criação infantil e manutenção familiar consideradas adequadas pelos pais e mães.

O trabalho doméstico – que compreende as tarefas cotidianas de manutenção da casa e da família, incluindo o trabalho invisível e o emocional, como vimos anteriormente – é um tema muito rico que oferece uma ampla paisagem repleta de especificidades, ainda pouco estudadas por pesquisadores brasileiros. Ao investigar este aspecto da transição para a parentalidade buscamos conhecer como os valores e os comportamentos de gênero se apresentam para os novos pais e mães do nosso estudo em suas negociações e divisões do trabalho doméstico.

A maior parte dos casais descreveu uma divisão igualitária das tarefas domésticas no período de convivência anterior ao nascimento do primeiro filho.

ANA: "... agente sempre dividiu muito as tarefas. Quando eu estava afim de fazer o almoço eu fazia. Quando eu não estava afim ele ia fazer alguma coisa, nem sempre almoço, um lanche... Quando estava afim eu lavava a louça, quando não, eu pedía e ele lavava pra mim..., sempre foi bem dividido porque eu estudava e ele trabalhava."

PAULA: "Sempre foi tudo muito dividido, não tem muito problema, aqui cada um faz o que é da hora, o que pode fazer naquele momento, não tem contrato, combinação, nada essas coisas não dá pra ser tão rígido, é claro que tem tarefas que são pré-determinadas, tipo olhar a casa, ver se está limpo, eu olho muito mais do que ele, brigar com a empregada, mas as coisas assim da vida tipo, vamos dar conta da cachorra, vamos ver o que precisa na casa, aí é realmente bem dividido."

MARCELO: "Aqui em casa eu cozinho, né, porque eu adoro, então eu acabo ficando responsável por essa parte da cozinha, compras, essas coisas. Ela pensa mais é na limpeza

mesmo, vê a faxineira, o que precisa ser feito na casa, mantém a limpeza durante a semana. Então acho que a gente divide bem esta carga."

A divisão do trabalho doméstico no cotidiano dos casais antes dos filhos foi considerada igualitária e justa para a maioria dos sujeitos, incluindo-se os três casais que sempre tiveram a ajuda diária de empregadas. É interessante notar, entretanto, que o trabalho invisível de controlar empregados e planejar compras e necessidades da casa geralmente cabia às mulheres, o que para nós é um indicativo que de alguma forma elas permaneciam como responsáveis primárias pelo lar. Mais interessante ainda é perceber que, dentro destas tarefas invisíveis de identificação das necessidades da casa e planejamento de execução de tarefas, as mulheres tendem a deixar para os homens aquelas tarefas tipicamente masculinas, incluindo o pagamento das principais despesas da casa. Mesmo quando a mulher contribui financeiramente para a renda familiar, o seu dinheiro tende a ser destinado para despesas complementares ou pessoais, cobrindo, no máximo a alimentação ou o pagamento da babá.

FÁTIMA: "Ele cobre as despesas da casa, eu nem fico sabendo... Mas as coisas do dia a dia, tipo compras, lavanderia, ou outras coisas que precisam ser resolvidas, aí eu pago tranquila, porque pedir dinheiro eu não peço mesmo. Meus livros, a academia, faculdade, tudo é comigo. Também deixo várias tarefas pra ele tipo pendurar um quadro, consertar tomada, cuidar do carro, essas coisas..."

CAIO: "Mas todo o trabalho invisível era realizado por ela, planejamento de compras, arrumação, alimentação, etc., e eu era responsável pelo pagamento das contas, planos médicos, etc."

MARIA: "O que acontece aqui em casa é assim, as contas da casa ficam em débito automático na conta dele, o meu dinheiro fica pra outras coisas, tipo compras, coisas pra casa, roupas,... eu também pago a babá agora."

Assim, encontramos indícios de valores de gênero tradicionais coexistindo com propostas de relacionamentos igualitários pelos casais. Alguns destes valores são claramente introduzidos pelas próprias mulheres, em seu gerenciamento invisível do andamento da casa. Este quadro se torna ainda mais evidente quando da chegada do bebê, que marca uma reorganização do casal em relação ao trabalho doméstico. Neste processo de divisão de tarefas relativas à parentalidade temos, como vimos anteriormente, influências marcantes do trabalho

público através das políticas sociais de apoio, que permitem maior tempo para a mulher desenvolver, antes do marido, as habilidades de cuidado infantil, mantendo os homens distantes e na periferia deste cuidado. Uma entrevistada aponta este padrão ao descrever os primeiros meses com o bebê:

DANIELA: “Eu direto em casa cuidando da B., e o DIEGO trabalhando de 8 às 4. Isso é chato porque faz um ciclo vicioso, sabe, você fica em casa cuidando, que é bem mais cansativo do que trabalhar na rua, diga-se de passagem, aí você pega mais prática, mais jeito, começa a aprender mesmo o que a criança precisa, como é o choro, o cocô, aí o DIEGO chega do trabalho e, tudo bem, quer participar, brincar, morder, pegar no colo, mas era eu dizer ‘pô to cansada, dá um banho nela pra mim’ e ele começa ‘você faz isso melhor do que eu’, ‘eu também estou cansado’, ‘por que você não deu banho antes’, entendeu, essas coisas irritam, porque você é forçada a cobrar, brigar, discutir...”

O fenômeno da tradicionalização, discutido anteriormente, apresentou-se nas falas de todas as entrevistadas, acompanhado de diversas justificativas. Algumas mulheres, como no discurso anterior, atribuíram a tradicionalização de papéis ao fato de terem ficado mais tempo do que seus maridos em casa com o bebê; outras assumiram a responsabilidade primária pelos cuidados da criança por opção, por desejo de *maternar*; e outras ainda, apesar da sobrecarga, acreditam que o envolvimento primário da mãe seja inescapável, por motivos biológicos, como o instinto materno, ou a própria solicitação da criança.

CLAUDIA: “Como o CAIO trabalhava muito eu cuidava de todas as tarefas domésticas junto com a empregada....Eu sempre fui responsável pelo cuidado da B.. Tentamos dividir a tarefa de acordar de madrugada caso ela acordasse, e acordar cedo no fim de semana pra ficar com ela enquanto o outro descansava, mas no final das contas eu acabava sempre levantando. Aos poucos ele foi se adaptando e ajudando mais na rotina...”

ESTELA: “Mas assim, divisão de tarefa, comida, banho, fralda, quando eu peço ele faz numa boa, mas na maioria das vezes sou eu que faço, porque eu assumi isso mesmo, eu gosto, já tenho tanta ajuda da minha mãe, eu não sinto mesmo que faço demais. E o EDUARDO brinca muito com ela, estimula, ensina as coisas – está ensinando ela a andar agora.”

PAULA: “Não é uma coisa muito fixa, mas eu tenho certeza que sempre cai para a mãe. Até porque o B. solicita muito mais a mim do que ao PEDRO. É natural, eu vejo isso entre os conhecidos que tem filhos, é o que é normal mesmo. Rola um certo estresse, porque eu fico cansada também, e às vezes ele diz que precisa fazer outras coisas, mas eu falo que estou cansada, que preciso dormir, eu me sinto sobrecarregada em vários momentos.”

Uma entrevistada não consegue concluir se o fenômeno da tradicionalização, claramente demarcado em seu casamento, se deve à cultura ou a uma determinação biológica, o que aponta para a presença de ambigüidade¹¹ em suas representações de maternidade e paternidade.

ANA: "Sabe o que é, a mulher acha que ela dá conta mesmo, e não é brincadeira, a mulher acho que é instinto, não sei, tem mais jeito com criança. Eu não estou falando que o pai é incapaz de fazer, eu acho que o homem é capaz assim como a mulher, mas a mulher tem mais jeitinho com criança. Parece que é uma coisa, eu não sei se cultural ou instintiva mesmo. A mulher sabe que balançar a criança vai dar um conforto pra ela, aconchego, né, e o homem não faz isso, ele não sabe o que fazer, a gente tem que falar, 'olha dá uma sacudida nela'. Não sei se é cultural, porque a gente cresce vendo mãe balançando criança, a gente está mais próxima disso, ou se é instintivo mesmo. Parece que a mãe adivinha o que a criança quer. E o pai não tem essa habilidade."

Nas falas masculinas o fenômeno da tradicionalização fica menos evidente, até porque, como veremos mais adiante, os homens percebem sua ajuda e participação como mais efetivas do que reconhecem suas mulheres.

Ainda assim, alguns reconhecem a divisão desigual do trabalho doméstico, sem indicarem sentimentos de culpa ou inadequação.

ALBERTO: "Então, hoje, trocar a fralda eu troco sem problemas. 90% das vezes é a ANA, lógico né, mas às vezes ela acorda de manhã com cheiro, eu imediatamente vou lá e troco, ao invés de esperar a ANA acordar pra trocar. Na verdade 90% das tarefas com certeza quem faz é a ANA, mas eu faço, é só ela pedir, e tem outras vezes que eu faço direto. Eu participo da maneira que eu acho que eu sou capaz de fazer."

CAIO: "Tentei ajudar da melhor forma possível, dividir tarefas, tais como acordar de madrugada para ajudar na amamentação, troca de fraldas, banho e cuidados superficiais com o bebê. A mãe cuidava de tudo mais profundamente, e em geral eu fazia tudo o que ela pedia."

BRUNO: "Eu nunca tive condição de me envolver nesses cuidados diários, eu nem sempre estava em casa, geralmente quando estava não podia passar mais de dois ou três minutos longe do computador."

Quando estes homens dizem que basta a mulher pedir para que eles realizem as tarefas, na realidade estão fazendo referência a duas questões discutidas anteriormente, i.e., o trabalho

¹¹A questão da ambigüidade será explorada de forma mais aprofundada adiante, no contexto da discussão da categoria de análise *ambigüidade e ambivalência*.

invisível e a ajuda x a divisão de responsabilidades. Se a mulher solicita ao homem a execução de uma tarefa, isto significa que há todo um processo de trabalho invisível anterior ao pedido: ela se preocupou com o bem estar da criança, verificou sua condição, identificou uma necessidade, avaliou a melhor maneira de atender ao problema e finalmente pediu ao marido que realizasse a tarefa. Basicamente, qualquer pedido da mulher de participação do homem em pontos específicos do cuidado cotidiano constituem parte de um planejamento de cuidado mais amplo, realizado por ela de maneira invisível. Podemos afirmar que em todos os casais por nós entrevistados o trabalho invisível relativo ao cuidado infantil é realizado pelas mulheres, o que mais uma vez aponta para o resgate de valores tradicionais de gênero na transição para a parentalidade no contexto atual. Isto porque quando a mãe desempenha sozinha o trabalho invisível e delega ao pai a execução de tarefas, ela toma para si a *responsabilidade*, deixando para ele a *ajuda*. Assim, ela perpetua o modelo tradicional da maternidade como cuidado primário e da paternidade como cuidado complementar.

FÁTIMA: "Eu não imaginava que eu fosse me sentir tão sozinha na criação do B.. Sozinha que eu digo não é abandonada, mas a única responsável por tudo, principalmente em termos da preocupação, sempre sou eu que decido tudo, o FERNANDO, minha mãe, minha sogra, eles ajudam com a coisa mais braçal. É muita responsabilidade, muitas vezes pinta uma insegurança, medo de errar, deixar passar alguma coisa."

Por outro lado, como vemos, ao assumir todo o trabalho invisível, a mulher acaba por pagar o preço da solidão e da insegurança. Vale ressaltar, ainda, que o trabalho invisível feminino é invisível não só para o marido como para toda comunidade. Como aponta uma entrevistada:

PAULA: "Mesmo que você trabalhe, é você que administra creche, babá, ou quem vai ficar com o seu filho, você fica preocupada se ele comeu, se está doente, se está bem, e ninguém está nem aí, todo mundo está a fim é de ter os resultados obtidos, e quem não tem filho é pior ainda, porque não entende a relação que você tem com a criança."

A mulher é também a principal responsável pelo trabalho emocional, que, durante as negociações da transição para a parentalidade, se resume em evitar conflitos e apoiar decisões

do companheiro, mesmo que isso vá de encontro às suas expectativas em relação à participação e apoio do pai.

MARIA: "Olha, quantas vezes eu levantei de madrugada exausta, super chateada, sentindo que era ele quem devia levantar, mas era uma coisa que eu tinha que fazer, porque não dava pra puxar briga no meio da noite, nossa vida ia virar um inferno. Eu conversava sobre essas coisas ao longo do dia, falava como eu me sentia, e o que eu esperava dele, e tudo, mas se eu via que não tinha adiantado nada, eu evitava brigar muito, preferia conversar do que brigar, mas é meio frustrante."

DANIELA: "Também não vou escravizar ele não, quando a B. tinha seis meses ele foi passar 20 dias na Costa Rica, e eu dei força, mas foi uma questão de oportunidade, ele praticamente ganhou a viagem, eu nunca teria concordado se isso fosse prejudicar muito nosso orçamento, entendeu."

ANA: "... calhou do ALBERTO começar a estudar à noite, e eu não pude fazer (o curso de formação desejado)... (Vocês tomaram essa decisão juntos?) Não, ele resolveu sozinho, ele só me comunicou por que ele tinha tomado a decisão dessa forma. Eu dei força pra ele fazer o curso, porque ele estava há muito tempo sem estudar, e eu achava que ele estava precisando dar uma reciclada, mas depois que eu dei força eu me arrependi, porque ficou muito pesado pra mim, ficar sozinha toda noite aqui com a B1, ficou muito pesado."

Apesar de não termos identificado um alinhamento das preferências femininas àquelas de seus maridos, ficou patente no discurso de grande parte das mulheres as concessões feitas por elas visando evitar ou amenizar conflitos, produzindo a harmonia no ambiente para o bebê.

A rede social de apoio acessível aos novos pais e mães se resume, basicamente, à mãe da mulher, à babá ou à creche. A ajuda da mãe / sogra é em geral avaliada pelos sujeitos homens e mulheres de forma positiva, podendo, entretanto, constituir algum conflito quando o homem sente-se roubado de seu lugar, ou, ainda, promover o distanciamento e a acomodação paterna, já que o "time" de duas mulheres passa a cobrir toda necessidade do cuidado infantil.

ESTELA: "Também fiquei cansada, preocupada como toda mãe, mas eu tive uma coisa preciosa que foi a presença da minha mãe. Ela vinha todo dia, me passou muita experiência, fez questão de grudar na neta - também é a primeira neta... Sem falar na tranquilidade que é poder sair e saber que a B. não poderia estar melhor."

EDUARDO: "Nesse ponto a gente tem sorte por causa da ajuda que a gente recebe da (MÃE DA ESTELA), e pra mim o principal é que ela está curtindo muito ajudar, ela é louca pela B.... Isso é a maior tranquilidade pra gente. (Você costuma ficar sozinho com a B.?) Olha, é muito raro, vou te dizer por quê, porque eu precisaria de um treinamento mais longo mesmo, eu sei que eu daria conta, que a B. não ia ficar mal, mas o fato é que a

ESTELA, além de ser a mãe, né, teve um super treinamento prático com a mãe dela supervisionando. Se eu tivesse esse treinamento durante três meses, oito horas por dia, com certeza eu me garantiria com a B. não é machismo não, é questão de realidade mesmo.”

PAULA: “(tive ajuda) Da minha mãe. Ela mora aqui na esquina. Ela não dormia aqui não, mas vinha muito, eu não quis ter nem babá, nem enfermeira, nada. Acho que é filho da gente, sabe. A minha mãe foi maravilhosa... Mas o PEDRO teve um problema com isso, acho que ele queria provar que era capaz, que sabia fazer, mas não sabia, porque no final das contas, experiência conta. Mas ele estava a fim de ter a experiência dele, então teve um choque.”

ANA: “Ele ficava com medo de pegar a J., se precisasse ele pegava, mas os 15 primeiros dias, quando a criança é muito mole, ele não trocava uma fralda, porque ele morria de medo. E eu pensava, ‘eu também morro de medo’, eu nunca tive filho antes, mas e daí? Eu tive que meter as caras, por que você não pode meter? Mas aí, a minha mãe estava aqui, e fazia, ele acabava não fazendo...”

Como podemos perceber, a ajuda da mãe é altamente valorizada pelas mulheres e também por alguns homens, por constituir uma fonte importante de aprendizado para os novos pais e mães. Além disso, a presença da avó materna é percebida como um apoio ‘em família’, considerado pelos casais o mais adequado, por se tratar de alguém de extrema confiança, envolvida emocionalmente com o casal e comprometida integralmente com o bem estar da criança, o que permite aos novos pais e mães delegar o cuidado infantil com tranquilidade e sem culpa. Entretanto, esta mesma ajuda pode surtir efeitos negativos, principalmente sobre a experiência masculina, pois, se o pai for privado de acesso ao bebê, ele poderá sentir sua capacidade de ser um ‘bom pai’¹² questionada, vindo mesmo a ressentir o fato da sogra assumir um lugar que ele desejava estar ocupando. Por outro lado, como sugere o discurso de EDUARDO acima, a ajuda constante da sogra pode levar o pai a um distanciamento do cuidado infantil cotidiano e sua acomodação neste lugar periférico.

Quando a ajuda da mãe de um dos cônjuges não é uma opção de apoio, o casal se vê obrigado a buscar soluções alternativas, que, muitas vezes, não são consideradas ideais. Os casais que optaram pela creche precocemente (antes que o bebê completasse um ano) apresentaram sentimentos de culpa e pena em relação ao bebê. Um dos casais, não possuindo

¹² Os significados de ser um *bom pai* para os homens do nosso estudo serão apresentados e discutidos adiante, no contexto da discussão da categoria de análise *paternidade*.

recursos para uma creche considerada de qualidade, optou pelo cuidado materno integral, às custas, ainda que temporariamente, do desejo de realização profissional da mulher.

DANIELA: "A B. foi pra creche com cinco meses, porque a gente não tinha com quem deixar. É uma pena, meu coração ficou apertadinho, mas é a vida, a vida agora é assim."

MARCELO: (sobre a opção pela creche) "Eu penso assim, eu lembro que a minha mãe só viveu pra cuidar da gente, ela é uma memória muito forte pra mim, às vezes eu penso se não seria melhor para a B. ela ter esse mesmo apoio, essa presença forte da mãe. Mas na realidade, essa não é uma opção, porque a MARIA preza muito a carreira dela, e ela tem esse direito, então se não é uma opção pra mim, não vai ser pra ela também."

ANA: "Eu tive que adiar meus planos. Foi difícil de digerir, sabe, porque eu queria começar meu curso de formação depois que a B1 nasceu, e eu achei que eu pudesse contar mais com a minha sogra do que realmente eu posso... Foi difícil pra mim, sabe, aceitar, eu tentei de várias maneiras achar uma solução pra isso, mas eu não consegui... Acho que se eu pudesse contar com a minha mãe, se ela morasse aqui no Rio, teria sido diferente."

Em diversos momentos surgiu nas falas dos entrevistados exemplos de uma tendência da mãe de tomar para si o cuidado infantil mesmo quando o pai se propõe a ajudar, geralmente em nome da experiência e da habilidade, ou para evitar o "estresse":

ANA: "Por exemplo, a criança está aos berros, o pai vai fazer a criança parar de chorar daqui a uma hora, e a mãe faz em quinze minutos. Então com você está estressada, você não quer que a criança fique berrando uma hora, então você já vai lá e faz logo. Eu pelo menos, eu não dava chance ao A., mesmo exausta. Eu não dava o tempo necessário para ele se ambientar na coisa."

DANIELA: "...às vezes eu acabo decidindo fazer as coisas eu mesma, pra evitar estresse, ou pra ficar bem feito mesmo, do meu jeito..."

DIEGO: "Ela reclamava que eu não fazia nada, aí eu ia fazer e ela reclamava que eu fazia tudo errado, pô, se decide."

Talvez não seja à toa que os homens por nós entrevistados tenham levado mais tempo para se envolver e realizar as tarefas do cuidado infantil: eles tiveram menos oportunidades para desenvolverem suas habilidades, seja pela ajuda da sogra ou pela impaciência da mulher com seus primeiros passos.

Influenciados por valores de gênero tradicionais e encorajados por estes comportamentos femininos eles podem ter se acomodado, contentando-se com o papel de ajuda, ou mantendo-se mais distantes da vivência da parentalidade. Apesar das próprias

mulheres contribuírem para o afastamento paterno, em muitos casos elas relatam ter sido necessário chamar o homem à paternidade através de conversas e confrontos.

FÁTIMA: "Eu não quero ser injusta, ele é um pai maravilhoso, mas no início ele teve que pegar no tranco. A gente teve que ter umas conversas sérias no começo, tipo, ele achava que tinha que continuar a jogar o futebol de noite, ou sair na folga, essas coisas. Como se a vida dele não tivesse mudado. A vida do homem muda bem menos, essa que é a verdade. Principalmente no início. Porque depois eu conversei muito com ele, poxa, pra mostrar que ele tinha que estar aqui, acompanhando o B. e eu queria ter um tempo pra mim, pra me cuidar, pra conversar com as pessoas, e nessa hora era ele quem tinha que ficar com o B., e não a mãe dele ou a minha. Eu acho que ele nem sonhava em se ver sozinho com o neném, tendo que fazer tudo. Mas aos poucos ele foi tomando jeito, se envolvendo, principalmente quando o B. começou a interagir mais."

ANA: "Eu lembro quando a B1 tinha uns dois meses, e eu solicitando muito o A. pra me ajudar aos domingos, porque não é uma coisa natural dele já falar 'deixa que eu vou ficar do seu lado te ajudando', eu tinha que pedir pra ele ficar comigo no banheiro enquanto eu dava banho, então eu solicitando muito ele num domingo até que ele falou assim 'pô, assim eu não consigo ler meu jornal, já passou o dia inteiro e eu não acabei de ler meu jornal'. Ai foi quando eu explodi, eu falei 'alô, você teve uma filha, se liga', ai eu acho que ele caiu em si, porque ele nunca mais falou um ai, nunca mais reclamou."

DANIELA: "...você é forçada a cobrar, brigar, discutir 'pô meu amigo, não tem mais essa não, da mesma forma que eu trabalho fora, você tem que trabalhar dentro!' Esse foi o lado ruim no início, sabe, mas a gente foi se acertando, o DIEGO é uma pessoa muito doce, não era por maldade que ele fazia aquilo, tanto que hoje ele leva e busca a B. na creche, fica direto com ela, dá o jantar, faz tudo quando eu não estou."

O trabalho doméstico compreende muitos aspectos importantes da transição para a parentalidade, revelando dinâmicas interacionais e contradições comportamentais que apontam para a coexistência de valores e sistemas simbólicos conflitantes. Nas divisões e negociações do trabalho doméstico por novos pais e mães podemos identificar valores tradicionais de gênero operando, apesar de suas expectativas igualitárias. Ao nos perguntarmos o por quê disto, somos inevitavelmente levados a buscar respostas nas representações e vivências da maternidade e da paternidade, fenômenos que, talvez por serem mais ligados ao corpo (e às diferenças sexuais biológicas), sejam também mais resistentes aos novos valores buscados pelos sujeitos.

Maternidade

A vivência da maternidade se apresenta para as mulheres do nosso estudo de maneiras diversas, indicando haver diferentes ideologias subjacentes aos discursos das entrevistadas. Apesar das expectativas sobre a maternidade vividas durante a gravidez terem sido em geral romantizadas, o primeiro impacto da experiência materna provocou em nossas entrevistadas tanto sentimentos de prazer e realização quanto de estranhamento.

PAULA: "Quando nasce, você acha muito esquisito, o povo te empurra, 'toma teu filho', e você fica examinando assim, a criança. Estranhando um pouco mesmo... Eu tive uma reação que eu não achava que teria, eu pensei que fosse ser tipo 'ai meu amado, vem com a mamãe', mas não foi assim, eu achei muito estranho."

BEATRIZ: Olha foi muito esquisito, muito mesmo. Eu estranhei minhas próprias reações. Eles botam o neném no teu peito, assim que ele nasce, né, depois de chorar, respirar, etc., e você olha aquele serzinho todo estranho, não é rejeição não, é estranhamento mesmo. Não tem como você se sentir mãe de um minuto pro outro... Então a minha primeira reação foi 'tudo bem, nasceu, estamos bem, com saúde' e só. Eu queria dormir, descansar, ir pro quarto, deixar pra lidar com aquilo depois. Aquele sentimento de mãe, de chorar quando vê o neném, do milagre da vida não veio na hora, eu até achava que fosse vir..."

ESTELA: "Foi uma coisa incrível quando eu vi a B. e vi o EDUARDO chorando olhando pra ela, foi lindo demais (se emociona). Eu fiquei muito bem, tranqüila, feliz. Com certeza nos primeiros meses eu fui 200% mãe. Assumi totalmente essa vida e fiquei muito realizada, feliz mesmo."

DANIELA: "É a coisa mais linda do mundo, aquela coisinha, saiu de você, é o maior amor que existe. E um amor tão grande e diferente dos outros, sabe, você chega a chorar no início, porque não sabe o que fazer com aquela emoção toda."

É interessante notar como o sentimento de estranhamento surge de maneira bastante semelhante para algumas mulheres, que fazem questão de frisar que tal reação não constitui rejeição ao bebê ou à maternidade. Ao nosso ver, esta observação aponta para valores contrastantes e concomitantes: por um lado a mulher já começa a se permitir estranhar e reconhecer a maternidade como um fenômeno distinto de sua identidade, ao qual ela precisa se adaptar; por outro, a idéia de rejeição ao bebê e à condição de mãe ainda lhe parece uma reação inadequada, proibida, um *tabu* da cultura que prescreve a obrigatoriedade da mulher se realizar como mãe.

A insegurança e o medo de “não dar conta” da maternidade também aparecem como reações marcantes, violando as expectativas de que a maternidade fosse um *dom natural* da mulher.

FÁTIMA: (continuação da fala acima) “... mas ao mesmo tempo sentindo um frio na barriga, um medo de não dar conta. É uma coisa muito forte, de repente e pra vida toda ter outra pessoa dependendo de você pra viver.”

BEATRIZ: “Fiquei super deprimida na primeira semana, acho que nos primeiros 10 dias, uma sensação assim de não saber o que fazer, uma mistura de arrependimento e medo, medo não dúvida de não ter feito a coisa certa, e é o tipo de coisa que não dá pra voltar atrás, acho que o medo era de não ser capaz, de fazer alguma coisa errada, parece loucura, mas eu tinha medo do bebê morrer. Acho que isso também foi muito por conta da volta do F. ao trabalho, ele ficou quatro dias em casa. E tem outra, né, eu não tenho mãe.”

MARIA: “Eu fiquei morrendo de medo de errar, causar algum mal à B.. Eu não sabia o que fazer, só me sentia segura se tivesse alguém do meu lado me ensinando. Eu acho que esse negócio de instinto materno a gente não tem mais, já se perdeu.”

Podemos inferir ainda que esta insegurança reflita também a crença da mãe – como vimos, advinda de uma ideologia particular de maternidade – de que o bem estar da criança dependerá total e unicamente de suas condutas e habilidades, o que constitui um dos aspectos da vivência da maternidade como uma experiência totalizadora.

No âmbito hospitalar, a integração da mãe com o bebê é conduzida pelos profissionais (médicos e enfermeiras) de forma pragmática e acelerada, o que em alguns casos produziu uma experiência negativa para a mãe, que sentiu-se passiva e exposta neste processo de integração.

PAULA: “aí vem o obstetra e pega teu peito pro neném mamar, pô e é a primeira vez que você vai amamentar, depois vem a enfermeira te ensinar e pega o peito de novo, aperta, espreme, então você fica meio um objeto, a interação tem que ser forçada, não sei se tem outro jeito de fazer, mas é muito movimento, muito rápido. As visitas também são super inadequadas, não devia ser permitido, é enlouquecedor.”

ESTELA: “Só é chato em maternidade que você fica meio exposta, todo mundo entra, mexe em você, pega seu filho, isso me incomodou, eu queria paz e tranquilidade pra ficar com a B., pra me acostumar com ela e ela comigo.”

Assim, o que a mãe esperava ser um momento íntimo e ‘mágico’ tornou-se, através da intervenção médica, uma passagem fria e exposta, invasiva do corpo, violando, mais uma vez, suas expectativas. Na maioria dos casos, as expectativas romantizadas – que, como vimos são

estimuladas pelos meios de comunicação, bem como pela própria ideologia da maternidade como função nobre da mulher – ao serem confrontadas com o real, produzem nas mulheres a sensação de ‘cair na real’ ou de ‘cair a ficha’, ou seja, de finalmente se darem conta de que a maternidade representa uma mudança intensa de perspectiva de vida.

BEATRIZ: “Olha, como eu falei, o primeiro mês não foi nada do que eu esperava, falando assim bem claro, acho que eu imaginava uma coisa muito romântica, o neném sempre bonitinho de roupinha fofinha, limpinho, mamando bem, calminho, e eu curtindo com ele como se estivesse de férias no trabalho, sabe, de bem com a vida. Mas não é nada disso, pro neném ficar bonitinho, fofinho, você trabalha que nem uma louca, sem tempo pra nada, e acaba que você fica um trapo, e cai mesmo na real.”

FÁTIMA: “Eu lembro do momento em que a gente entrou no carro, saindo do hospital. Foi de repente aquele silêncio, tipo, ‘e agora’? Pareceu que a ficha só caiu ali pros dois que a vida tinha mudado pra sempre, é muito forte isso.”

PAULA: “Em casa foi um choque, porque aí você cai na real mesmo. Você fica estressada, porque o bebê não respira, não fez cocô, não quer mamar, você fica arreventada, na primeira semana eu tive um ataque de nervoso.”

A vivência totalizadora da maternidade se apresentou em diferentes momentos nos discursos da maioria das entrevistadas, associada, como vimos acima, a aspectos diversos, como a insegurança sobre a capacidade de *maternar*, a abnegação de projetos pessoais em prol da maternidade, e também, como veremos adiante, nas transformações individuais experimentadas pelas mulheres que se tornam mães. A fala de uma entrevistada resume claramente a experiência totalizadora vivida, em maior ou menor grau, por todas as mulheres do nosso estudo:

MARIA: “...é uma coisa avassaladora, que te arrasa, porque você faz mil coisas, tem mil sonhos e até preocupações mesmo na sua vida, e de repente você vira uma coisa só, não tem espaço pra mais nada, você é só mãe o tempo todo, ninguém divide isso com você. Tudo em você fica comprometido, sua cabeça, seu corpo, sua saúde, seu sono, não sobra uma gota pra você mesma. No final das contas, voltar a trabalhar pra mim foi um alívio, porque eu me distraí, voltei a ver outras pessoas, redimensionei as coisas...”

Uma entrevistada aponta ainda a tomada total de sua identidade em função de uma particularidade do corpo feminino, logo nas primeiras semanas da maternidade:

PAULA: “Eu virei um peito. Eu não fiz nada, só amamenteei, amamenteei.”

Neste momento, algumas mulheres viram na figura da babá uma possibilidade de amenização da vivência totalizante, como uma forma de resgatar ou preservar sua identidade e manter seus projetos pessoais.

BEATRIZ: "Bom, eu fiquei acabada, horrorosa, mal-humorada, negativa, aí eu decidi não deixar a peteca cair e me cuidar, me preservar um pouco. A R., a babá, chegou um pouco antes do B. fazer um mês, e tipo, não que tudo tenha ficado uma maravilha, mas eu já comecei a respirar, sabe."

FÁTIMA: "Eu fiquei um pouco estressada no início, exausta, deprimida, acho que por que eu ficava muito sozinha, e preocupada o tempo todo, será que ele está bem, será que vai mamar direito, ... eu praticamente exigi uma babá, pra eu poder voltar a ser gente. Acho que eu tipo cheguei num limite. A gente acabou optando por esperar o B. ficar mais fortinho, então com seis meses a gente contratou uma moça, e realmente eu melhorei muito."

ANA: "Eu só não tenho uma babá porque não tenho grana; se não eu teria uma babá, pra eu poder ter um pouco de vida, a minha vida, investir em mim, eu não queria estar parada há tanto tempo, mas não dá pra ser de outro jeito."

Todas as mulheres que entrevistamos se sentiram transformadas pela experiência da maternidade. O aumento no senso de responsabilidade é comum a todas, e o altruísmo e a abnegação passam a fazer parte de suas vivências. Muitas delas mencionam ainda uma revolução em seus valores de vida, geralmente em função de um amor novo e intenso, que funde identidades e provoca amadurecimento; um amor indescritível e incompreensível para quem não o conhece.

BEATRIZ: "Eu sou outra pessoa, nem sei como colocar isso em palavras, mas é tipo antes era só eu, agora sou eu e o B.. Como se eu fosse ele também, eu não penso só em mim agora. Tipo o BRUNO está lá, estava antes, mas não é a mesma coisa, ele não depende de mim e eu não dependo dele, mas o B. é parte de mim, e agora eu penso como mãe sabe. (como?) Tipo a minha vida agora passa pela vida dele, ele é a prioridade. Uma coisa meio de sacrifício mesmo, eu tenho que fazer primeiro o que é melhor pra ele, mesmo que não seja melhor pra mim."

ESTELA: "Eu me encontrei sendo mãe. Olha, é uma experiência que dá um sentido na vida que você não tem idéia. Eu quero ter no mínimo mais um. Eu acho que muda todos os seus valores, você passa a pensar mais em felicidade, saúde, paz de espírito e menos em compras, roupas, trânsito essas coisas. Eu sinto assim que eu tenho minha família pra cuidar, todas as outras coisas, trabalho, beleza, ficam secundárias, menos importantes. Antes o meu trabalho era a coisa mais importante, também o quanto eu ralei pra passar no concurso não está no gibi, mas agora o trabalho é o de menos, poderia ser qualquer outro."

FÁTIMA: "Eu também não tinha pensado o quanto a gente acaba deixando as nossas coisas de lado, fica bem menos egoísta, aliás, quando é pro nosso filho a gente tira um altruísmo

que eu não sei de onde vem, é um amor muito diferente, não tem explicação. A gente cresce muito com esse amor, eu pelo menos amadureci muito. Eu hoje me sinto mais segura, até na forma que falo com as pessoas, sou mais assertiva com a minha família, tenho mais seriedade nas coisas. Eu voltei pra faculdade, e hoje eu sinto que aprendo muito mais do que antes, como se eu estivesse mais consciente. Acho que a gente mais madura consegue focar melhor a atenção nas coisas importantes.”

Um outro aspecto que, ao nosso ver, é um desdobramento da maternidade como experiência totalizadora, se refere à dificuldade das mulheres em confiar o cuidado infantil aos pais. Algumas de nossas entrevistadas referiram-se explicitamente à sua falta de confiança na capacidade cuidadora de seus maridos, uma delas reconhecendo ser esta uma dificuldade a ser superada.

ESTELA: “..ele fica chateado comigo, porque ele diz que eu trato ele como um pai irresponsável, diz que é tão pai da B. quanto eu sou mãe. Isso acontece de vez em quando, não é sempre...Eu não acho ele um pai irresponsável, ele é ótimo, eu tenho o maior orgulho do amor que ele desenvolveu pela B., mas eu prefiro deixar ela sozinha com a minha mãe do que com o EDUARDO, fico muito menos preocupada.”

DANIELA: “A maior dificuldade pra mim foi aprender a desencanar e deixar o DIEGO se virar com a B. isso foi no natal passado, que eu saía da loja tipo dez horas da noite, aí não teve jeito, era relaxar e ter fé em Deus. E no DIEGO também, né, coitado.”

MARIA: “Uma vez, a B. tinha ainda quatro meses, eu fui sair com as minhas amigas num sábado à noite, aquele esquema, tudo planejado, tipo noite do ano. Mas cadê que eu consegui aproveitar? Ligava pra casa a cada dez minutos, e eu lembro que o MARCELO disse que eu não confiava nele...”

Quando DANIELA e MARIA se propõem, respectivamente, a trabalhar além do horário normal para aumentar sua renda, e a sair sozinha à noite com as amigas, não resta dúvida que tais opções orientam-se por uma ideologia de igualdade entre os gêneros e de liberação feminina. Entretanto, a falta de confiança na capacidade cuidadora dos pais põe tudo a perder. Aqui, novamente, temos uma vivência incongruente com os valores igualitários anteriores, como no caso da divisão de trabalho doméstico, discutida acima, onde a mulher, com a ajuda de sua mãe, monopoliza o cuidado infantil, levando o pai a um distanciamento ou à reivindicação de seu direito ao exercício da paternidade.

A vivência da maternidade passa por uma sobrecarga de papéis, com o acúmulo de funções pela mulher, resultado da associação entre prescrições sociais difundidas na cultura,

políticas sociais de apoio organizadoras do cotidiano, e da vinculação subjetiva entre maternidade e identidade feminina. Além disso, há ainda cobranças periféricas da cultura sobre a mulher, como, no caso da cidade do Rio de Janeiro, a “ditadura da beleza”, que tem levado a mulher a uma tripla jornada de trabalho: o trabalho doméstico, o público e o estético – que representa um número significativo de horas semanais em exercícios físicos, frequência a salões de beleza, etc. Como bem resume uma entrevistada:

PAULA: “Eu acho que a mulher sofre pra caramba, muito mesmo, porque os homens continuam trabalhando normalmente, jogando futebol, fazendo happy hour, a vida dele não muda, talvez um pouco financeiramente. Muda o estatus dele porque agora ele tem um filho. Em casa muda completamente, e pro bom pai que é presente isso é bom, porque ele chega em casa e assume um filho que é dele tanto quanto da mãe. Mas ele não sofre nenhuma sanção e nenhuma abstenção. A mulher sofre todas: ela engorda depois tem que emagrecer, a mulher no primeiro mês vira uma máquina de anamentar e não pode fazer outra coisa, e ao longo do tempo tudo vai caindo pra mulher. Então a sociedade não facilita não, e a mulher sofre porque acumula duas coisas que não se integram, que se opõem mesmo. Ela tem a casa pra cuidar, tem as coisas de mulher – que você tem que ter o mínimo de aparência – estar no mundo, porque você não pode virar uma hermitã sem saber o que se passa, e ainda tem que ter uma relação com seu marido de não deixar as coisas ficarem um saco.. então é muita coisa sobre a mulher. Ninguém alivia.”

Notemos que PAULA faz menção ainda ao trabalho emocional da mulher, que, como vimos anteriormente, traz para ela a responsabilidade de produzir o amor e o bem estar emocional no casamento e na família. Poderíamos, então, falar em uma quádrupla jornada de trabalho?

Apesar do acúmulo de funções e das particularidades do trabalho feminino, o trabalho doméstico, especificamente o trabalho materno não são valorizados socialmente.

FÁTIMA: “Então por exemplo eu ficava bem durante o dia cuidando do B., mas ia ficando cansada, então de noite à vezes ele me encontrava cansada, e eu ficava muito mau humorada quando ele não entendia que cansa cuidar de neném o dia todo...seus ritmos ficam todos alterados, porque o ritmo do neném é outro. Isso tudo estressa muito a gente, e estressa mais ainda quando o marido não reconhece e valoriza isso.”

ANA: “Eu fico constrangida quando está faltando grana. É engraçado, é como se a gente não valorizasse o trabalho que a gente tem. (Você acha que ele valoriza?) Não, o homem não imagina o trabalho que é cuidar de filho, nem a sociedade valoriza. Ficar em casa, ser dona de casa e ser mãe não é valorizado como deveria.”

Quando questionadas sobre o que acreditam ser uma *boa mãe*, algumas mulheres apresentaram respostas onde a doação e o amor intenso foram elementos centrais, sem, entretanto, apresentarem definições claramente determinadas.

FÁTIMA: "Ah, é cuidar com muito amor, se doar toda pr'aquilo, é pensar no futuro, ser sensível, respeitar a criança como uma pessoa independente de você, é dizer não, dar limite, dar exemplo, aí é tanta coisa... Mas o essencial é ter muito amor, e tentar criar um mundo perfeito pra criança crescer."

ESTELA: "É aquela que... (longa pausa) agora você me pegou, eu não tenho assim uma definição. Eu espero ser uma boa mãe, mas como fazer eu vou aprendendo a cada dia. No geral acho que o importante é muito muito amor mesmo, muita doação, sensibilidade e principalmente vontade de acertar."

Outras, ainda, contextualizaram suas respostas dentro da ideologia de liberação feminina, acreditando que uma mulher independente e realizada será também melhor mãe, e terá maior capacidade de apresentar o mundo público aos filhos. Esta 'mãe moderna', entretanto, não perde as qualidades da 'mãe tradicional' de doação, presença e dedicação.

BEATRIZ: "Modéstia a parte, acho que eu sou uma boa mãe. Acho que uma boa mãe tem que priorizar o filho sem se anular e deixar de viver, sabe, isso pra mim foi uma conquista realização mesmo, e eu acredito que isso só faz e vai fazer bem ao B.. A gente tem que mostrar pro filho que a gente tem personalidade, batalha, vence, se lança às coisas, acho que aquela mãe quase escrava de antigamente não faz mais sentido hoje em dia. Agora o equilíbrio é difícil, viu, tem horas que você sente culpa mesmo, se pergunta se está sendo egoísta, se o filho vai sentir falta. (Como você lida com essa culpa?) Eu tento ser bem racional, lembrar que o mundo agora é assim, isso me deixa mais tranqüila."

MARIA: "Acho que é aquela mãe de antigamente, super dedicada, atenta, presente, assim, somada com a capacidade de ser alguém no mundo lá fora. Principalmente com filha mulher, você ser uma pessoa realizada, vencedora, é a melhor mãe que você pode dar pra uma filha."

Para todas as mulheres do nosso estudo, ser uma "mãe e mulher hoje em dia" significa estar também inserida no mundo público, geralmente através de um projeto profissional. Além disso, se desprender de alguns valores tradicionais, buscando uma auto-preservação através da auto-estima e da praticidade no cotidiano também constitui, para algumas mulheres a vivência feminina atual.

FÁTIMA: "É que as mães de hoje em dia também fazem outras coisas, não vivem só pra ser mãe. Tipo, eu logo me preocupei em perder peso e malhar depois do parto, e minha sogra achava um absurdo. Achava que eu só podia fazer dieta quando acabasse de

amamentar. Claro que eu não ia parar de comer, mas eu fui sim ver uma nutricionista pra comer direito e perder peso, fazer bem pra mim e pro neném. E a tecnologia daí é pra isso mesmo, pra facilitar nossa vida. Não é porque eu vou usar uma fralda moderna ou um leite sintético que eu vou amar menos meu filho. É diferente, elas viveram numa época onde eu acho que as coisas eram mais simples.”

No caso de ANA, que interrompeu suas atividades profissionais e sente dificuldade em retomá-las, apesar de sua insatisfação na situação em que se encontra, ela reconhece o fenômeno da tradicionalização em seu casamento, concorda com as outras entrevistadas sobre ser mãe e mulher na atualidade, e conclui:

ANA: “Mas sobre ser mãe e mulher hoje, eu acho que eu estou muito à moda antiga.”

Por fim, nos parece que a experiência da maternidade, como a maioria dos aspectos da transição para a parentalidade no momento atual, orienta-se por ideologias distintas e conflitantes, levando as mulheres a se debaterem entre valores opostos, se angustiarem frente à ambigüidade de seus desejos e perante a dificuldade de integração de sua experiência ambivalente.

Paternidade

Os discursos dos homens em nosso estudo apresentaram a particularidade de serem mais objetivos e menos elaborados do que o das mulheres. Em geral, suas respostas foram mais curtas, e eles se ativeram aos aspectos mais pragmáticos e observáveis – como comportamentos e descrições de cenas cotidianas – da vivência da transição para a parentalidade, em detrimento de aspectos mais íntimos, emocionais e subjetivos. Mesmo reconhecendo que historicamente em nossa sociedade os homens são estimulados a desenvolver tanto a percepção quanto a linguagem mais objetivas, não acreditamos que isto represente uma vivência íntima menos profunda e emotiva. Acreditamos, sim, ser esta uma

possível limitação da pesquisa, já que o fato da entrevistadora ser mulher pode ter contribuído para uma certa inibição nas falas dos entrevistados.

A maioria dos homens relata ter curtido a gravidez, admirando o crescimento da barriga e o desenvolvimento do feto através da presença freqüente nos exames de ultra-sonografia. Para alguns deles, a vivência da paternidade – incluindo sentimentos de proteção e provisão – já começou a se apresentar nos meses mais tardios da gravidez, quando eles estabeleceram um relacionamento com a barriga.

MARCELO: “Quando a barriga ficou grande eu comecei a conversar, tocar música, carinho o tempo todo. Antes de sair de manhã eu falava que estava indo pro trabalho pra poder dar tudo pra ela...”

BRUNO: “Foi uma fase gostosa, aquela coisa da expectativa, de ver a barriga mudando, as ultras. Eu mudei a alimentação pra acompanhar ela, é, fiquei mais protetor, preocupado em proteger a gravidez.”

Para outros, entretanto, o período da gravidez não precipitou sentimentos relativos à paternidade, e tampouco foi estabelecida qualquer relação entre o pai e o feto, ou entre ele e a barriga.

CAIO: “Ela planejava tudo, desde o berço até as roupinhas, eu não tive qualquer influência nisso. Era como se não estivesse acreditando que estava acontecendo. Na verdade, só fui perceber que seria pai depois que a minha filha nasceu, mesmo vendo toda a movimentação, as mudanças na casa, quartinho, etc. Eu não entendia a gravidez, nem a paternidade e, por isso, não tinha qualquer expectativas, apenas que o bebe nascesse saudável.”

BRUNO: “Mas eu não conseguia por exemplo falar conversar com a barriga. Eu não me sentia bem, não sentia que estava falando com o meu filho de verdade.”

Poucas foram as referências relativas às expectativas masculinas durante a gravidez. Três homens revelaram possuir expectativas de ter um primeiro filho do sexo masculino, em todos os casos havendo associação deste desejo com o gosto pelo futebol.

BRUNO: “Eu não tinha muitas expectativas na realidade. Quando eu soube que era menino eu comemorei, aquela coisa, vai jogar futebol comigo, mas isso é mais tarde.”

FERNANDO: “Eu sempre quis um moleque... quando soube que era menino dei uma festa, comprei camisa de time, o maior barato.”

ALBERTO: "Olha, primeiramente eu pensei que fosse um homem até. Talvez por aquela coisa do homem querer o primeiro filho homem, para jogar futebol..."

Estas falas apontam claramente para valores tradicionais de gênero. 'Aquela coisa' a que se refere ALBERTO seria, ao nosso ver, um conjunto tradicional de prescrições sociais pelas quais o primeiro filho, sendo homem, garantiria melhor continuidade da linhagem paterna (ou de seus negócios); como irmão mais velho, agiria protegendo suas irmãs mais novas, e regularia a conduta da mãe, tornando-se "o segundo homem da casa". A imagem do futebol se insere como um forte tom da cultura brasileira, representando o mundo masculino que somente o pai poderá apresentar a seu filho e dividir com ele.

Além do desejo de um filho homem, FERNANDO ainda ilustra sua expectativa em relação à paternidade através de um comercial de televisão que lhe marcou naquele período.

FERNANDO: "Cara, eu me lembro de um anúncio que tinha do Hipoglós que ficava o pai e a mãe dançando com o bebê, de branco, mordendo e apertando ele, pra mim aquilo ali era a cena ideal, representava a sensação de ter um filho. É lógico que é muito mais do que isso, mas durante a gravidez eu sempre via aquele anúncio e me identificava. Eu não tinha muita expectativa além daquilo não."

Mais uma vez, temos os meios de comunicação oferecendo imagens romantizadas da transição para a parentalidade, influenciando as expectativas dos novos pais e mães, as quais, mais tarde, no confronto com a realidade cotidiana desta transição, serão mais facilmente violadas, produzindo frustração e angústia. Vale notar ainda que, se o número reduzido de relatos masculinos a respeito de expectativas sobre a paternidade for tomado como indicativo de que os homens produzem menos expectativas a este respeito do que suas companheiras, então podemos supor que os homens terão menos expectativas violadas do que as mulheres, experimentando a paternidade de maneira menos angustiante do que a maternidade é para elas.

Todos os pais, menos um, estiveram presentes no momento do parto, registrando e oferecendo apoio à mulher, em geral relatando bastante emoção. O único pai que permaneceu na sala de espera o fez em função de seu desconforto em ver sangue.

EDUARDO: "Eu acompanhei o parto, filmei, chorei, é uma coisa mesmo especial."

A principal angústia que se apresenta a alguns novos pais logo no primeiro impacto da vivência da paternidade se refere à dificuldade de inserção na relação mãe-bebê, pela pouca possibilidade de ajuda e participação no primeiro mês. Este sentimento é reforçado socialmente pela representação da relação mãe-bebê como biológica e instintiva, sendo ainda agravado pela contribuição das próprias mulheres para o afastamento dos pais. Como indicam as falas abaixo, eles se sentem deslocados em um primeiro momento, um levando mais tempo do que o outro para superar esta condição.

EDUARDO: "No primeiro mês o máximo que eu podia fazer era ficar com a ESTELA enquanto ela amamentava, nem nanar a B. precisava porque ela só dormia direto. Nos primeiros três meses eu tentei acompanhar o máximo que eu pude, passei a vir todo dia, sair mais cedo, trazer trabalho pra casa. A ESTELA se revelou uma mãe espetacular, entrou de cabeça na coisa... Eu tive uns dias assim de me sentir meio pra escanteio, mas isso passou logo porque eu também fui entrando de cabeça na coisa, a B. tomou o lugar principal mesmo, e eu e a ESTELA, viramos meio que o time 'papai-mamãe', que é um time só, a gente está no mesmo time."

FERNANDO: "Foi meio angustiante, é ruim não poder fazer nada, aliás esse início é difícil como um todo, pra mim foi, porque ao mesmo tempo em que é a maior emoção do mundo, o pai fica meio distante, sem poder ajudar muito. O neném só dorme e mama, basicamente, então depende mais é da mãe mesmo. (Como se sentiu em relação a isso?) Eu confesso que me senti meio sobrando no começo, eu ia pro trabalho normalmente, as pessoas me perguntavam como estava o B. e eu custava a acreditar, acreditar não, me tocar que eu era pai. A FÁTIMA, nessa época ficou com a cabeça virada, chorava, me cobrava algumas coisas, acho que ela estava certa, mas também estava meio transtornada, acho que por causa de tanta mudança hormonal."

Estas duas falas, ainda que um tanto parecidas, apresentam uma diferença interessante no que se refere à percepção do homem em relação à adaptação da mulher e como isto influi sobre seu deslocamento inicial. Por um lado, EDUARDO relata ter rapidamente superado sua sensação de estar 'meio pra escanteio' a partir de uma percepção positiva da adaptação de ESTELA, desenvolvendo sentimentos de cumplicidade e cooperação para com ela. Já

FERNANDO, por outro lado, que percebeu sua mulher como 'transtornada' – avaliando sua adaptação em termos negativos – demora mais tempo a sentir-se pai e aponta para conflitos e cobranças em sua relação conjugal. Estes dois casos, com suas particularidades, podem nos levar a inferir que a adaptação da mulher à maternidade seria um fator facilitador da transição masculina para a paternidade.

O fato é que o tempo da paternidade é diferente do tempo da maternidade. Apesar de nossos entrevistados atribuírem esta diferença ao suposto instinto materno, lembremos que nossas entrevistadas descreveram uma interação materna inicial forçada e acelerada pela intervenção médica, atribuindo, ainda, esta diferença ao maior tempo passado junto ao bebê durante a interrupção das atividades profissionais.

FERNANDO: "E a mulher parece que tem um instinto, né, para ser mãe. Já pra gente é mais difícil, eu nem diria mais difícil, é menos intenso, a mudança vem aos poucos... eu fui aprendendo aos poucos. Por exemplo, na primeira semana eu não queria segurar o B. muito tempo, achava ele muito molinho, depois eu fui perdendo isso. Teve uma época que ela ficou mal, sentindo muito porque deixou tudo de lado só pra cuidar do neném... Então na minha folga ela saía e eu ficava sozinho com o B.. A primeira e a segunda vez foi complicado, olha, eu fiquei estressado, senti na pele o que ela estava passando, mas foi bom também, porque eu me senti cada vez mais entrosado com o B., e eu fui aprendendo mesmo literalmente a cuidar dele, me virar sem a FÁTIMA...Hoje eu faço tudo, fralda, banho, mamadeira, só não faço a sopinha, porque cozinhar não é comigo."

MARCELO: "Elas parecem que já nascem sabendo, mas a gente precisa aprender tudo sobre criança, sobre como ser um pai bom."

CAIO: "Pouco a pouco fui obrigado a amadurecer, a me preocupar com alguém além de mim mesmo, porque a nossa filha também dependia de mim, não era só dela....(durante o curso noturno de CLAUDIA) tive que aprender a cuidar dela quando ficava só comigo, pouco menos da metade da semana. Foi quando realmente eu comecei a sentir a paternidade, pois não havia como simplesmente 'supervisionar' o que a mãe fazia. Eu tinha que cuidar, planejar, prever as reações de nossa filha."

Como indicam estas falas, quando o homem é deixado a sós com o bebê por um tempo suficiente que exija dele responsabilidade e doação integral, ele começa a vivenciar a paternidade de forma mais efetiva, reconhecendo-se como mais pai do que antes. Temos aqui estabelecida uma nova contradição: ao nosso ver, seria esperado que, a partir desta experiência de aprendizagem na vivência cotidiana do cuidado infantil, eles viessem a

desmistificar o instinto materno, e reconhecer o processo de aprendizagem feminino como algo imposto de forma mais acelerada. Entretanto, não é isto o que ocorre, e, mais uma vez, evidencia-se a força da representação da maternidade como destino natural da mulher.

Ainda sobre o tempo da paternidade, alguns homens revelaram terem se sentido melhor na relação com o bebê na medida em que este se tornou mais interativo.

ALBERTO: "Então eu não tinha uma relação muito direta, mas conforme ela foi interagindo mais, aí a relação ficou ótima com ela, eu chego em casa, ela estende o braço pra vir pro meu colo."

BRUNO: "Mas por exemplo, agora, que ele já está maiorzinho, já vai dando pra eu ficar sozinho com ele, eu tenho passeado com ele na praia, levei pro parquinho, e quero começar a separar um tempo sagrado pra estar com ele."

Em diversas ocasiões, o discurso dos pais sugere que durante algum momento da transição para a paternidade eles assumiram um lugar periférico em relação aos cuidados com o bebê. Para alguns homens, como já vimos, este fato é reconhecido como um fenômeno natural, de acordo com o qual as habilidades da mãe e o instinto materno levariam-na *naturalmente* a assumir o lugar principal nesta relação.

FERNANDO: "Porque não adianta, é a mãe que cuida mais da criança, do neném novinho. É ela que dá o peito, tem aquele instinto, poxa, ela entende o tipo de choro do neném. Não adianta, a natureza é perfeita."

Outros, ainda, assumem a periferia da parentalidade devido ao alto envolvimento profissional, que ocasiona menor oportunidade para o aprendizado da paternidade.

BRUNO: "Eu nunca tive condições de me envolver nesses cuidados diários, eu nem sempre estava em casa, geralmente quando estava não podia passar mais de dois ou três minutos longe do computador. Além disso tem a (babá), que tem trabalhado bem, então ela assume a maior parte das coisas, com certeza melhor do que eu."

Para um deles, entretanto, o lugar periférico é inaceitável. Trata-se do caso de PEDRO, que ressentiu a ajuda da sogra como ocupação de um lugar que deveria ser seu - e quem, para poder realizar seu desejo de ser pai de acordo com a ideologia da *nova paternidade*, precisou

entrar em conflito com o "time feminino" para se fazer ouvir. Em outras palavras, o homem precisou reivindicar seu direito à paternidade junto às mulheres.

PEDRO: "A minha sogra foi muito presente no início, mas ela tinha medo, achava que eu fosse descuidado, 'opa, perai, eu sou o pai!', e eu avisei isso pra ela várias vezes, porque ela meio que impediu de eu estar com o B., de pegá-lo. Eu tive alguns atritos com ela, teve um momento em que eu já não estava tendo um diálogo decente, aí eu falei com a PAULA - 'Você precisa mudar isso, porque a coisa está ficando ruim', e aí teve um momento em que a coisa foi relaxando, e ela foi percebendo que eu poderia ser o pai."

Assim como ocorre com as mulheres, todos os homens de nosso estudo sentiram-se transformados pela paternidade. Tornar-se mais caseiro, menos ousado, mais sensível e afetuoso, ter os valores redimensionados e principalmente amadurecer foram algumas das mudanças relatadas. Digno de nota é a menção à preocupação com a morte em algumas falas, apontando para a responsabilidade masculina tradicional de provisão.

FERNANDO: "Eu era muito porra louca, né, dei uma grande acalmada. Fiquei mais caseiro, mais tranquilo, mais ponderado, principalmente no trabalho, agora eu evito arriscar muito, acho que estou ficando mais conservador em relação ao dinheiro. Eu até dirijo mais devagar, mesmo se estiver sozinho no carro. Acho que é porque filho é um grande projeto de vida, então a gente desacelera porque precisa viver mais, né."

ALBERTO: "Essa coisa de repensar a vida, porque agora eu tenho uma pessoa frágil a quem eu tenho que dar dedicação exclusiva, 24 horas por dia, isso foi um pensamento que eu tive, e até hoje eu tenho. Se eu ficar desempregado, se eu morrer, tem a B1 e eu tenho que preparar o terreno pra ela. Como eu falei, a ANA pode se virar sozinha, mas tem a B1."

BRUNO: "Eu hoje me sinto bem paizão mesmo. Eu acho que o B. está desenvolvendo o meu lado emocional, eu sempre fui muito racional, pragmático, até meio fechado. Isso está mudando, eu sinto, por exemplo, eu fico com saudades dele quando eu viajo, já estou tentando viajar menos, eu fico muito orgulhoso com as coisas que ele aprende, com os passos que ele dá. Isso tudo eu sei que vai aos poucos me transformando pra melhor, eu acho que todo homem deve ser pai, é uma experiência única."

EDUARDO: "A minha vida mudou muito com a chegada da B., mudou pra melhor. Eu hoje me sinto mais motivado para as coisas, estou mais sensível, humano digamos assim. Fico mais comovido ou indignado quando eu vejo casos de crianças maltratadas no trabalho, abuso sexual, então nem se fala. São coisas que antes passavam meio ao largo da minha vida."

Como vemos, em geral, estas transformações na identidade masculina provocada pela paternidade é avaliada de forma positiva, trazendo satisfação e orgulho para os novos pais. Dois sujeitos apontam as cobranças das companheiras como fatores contribuintes para seu amadurecimento:

DIEGO: "A gente tem que abrir mão de muita coisa, sabe, ficar mais em casa, juntar dinheiro, mas vale a pena pra caramba. A DANIELA meio que me força a botar os pés no chão quando eu começo a viajar. Eu não me arrependo de jeito nenhum, eu até cresci, aprendi muita coisa, mas eu não tinha noção do que era ter filho, eu achava que era só oba-oba, fofinho, de graça."

CAIO: "Fiquei mais maduro, certamente graças a nossa filha e às constantes cobranças da mãe dela. Ela estava certa ao me cobrar, mas deveria ter me ensinado a perceber que eu era pai, em vez de apenas cobrar sem paciência."

Aqui, uma revelação interessante: este pai atribui à mãe a responsabilidade de guiá-lo através da transição para a paternidade, o que, ao nosso ver aponta para uma ideologia tradicional de paternidade. Ainda, a fala de DIEGO acima esboça expectativas romantizadas anteriores, já violadas pelo confronto com a realidade, o que trouxe crescimento, resignação mas também satisfação.

A imagem do bom pai se apresenta de diversas maneiras, com pouca semelhanças entre as falas dos entrevistados. Ao nosso ver, esta diversificação é indicativa de rupturas com imagens tradicionais, ainda que a imagem do típico pai provedor e distante não tenha desaparecido. Alguns exemplos das falas revelam, abaixo, um *novo pai*, um pai tradicional e um pai que acumula funções diversas:

PEDRO: "É participar muito, ensinar, acompanhar segundo a segundo, não só as vitórias mas as derrotas também, ajudar a assimilar, entender as derrotas, não é só dar presentes, é estar junto e passar muito amor."

BRUNO: "Essa é boa. Acho que é um pai atento, cuidadoso, que consiga proporcionar uma vida boa para o filho, que veja a questão da saúde, da educação, do futuro do filho. Acho que o pai fica mais nos bastidores, fazendo a vida do filho acontecer. Mas tem que ser próximo também. Eu tenho a sensação que o pai vai ficando mais importante na medida em que o filho cresce, pelo menos com meu pai foi desse jeito."

EDUARDO: "...parando assim pra pensar, eu acho que ser um bom pai hoje é muito mais do que um bom pai de antigamente. Com todas as coisas é assim, porque a humanidade evolui, né, mas é como se, é, o pai tivesse acumulado qualidades ao longo do tempo. É, por exemplo, antes ele fazia o filho e ia caçar, importantíssimo. Depois ele construía a casa, e saía pra trabalhar, como que já situando o filho em algum lugar na sociedade, tipo filho do marceneiro, como Jesus, então o pai ainda ensinava a profissão dele, e foi indo assim, até hoje, que o pai também conversa, orienta, e até aprende com o filho, uma relação bem mais sutil. Acho então que o bom pai acumula isso tudo."

Há ainda um pai que, sendo de mais idade entre todos (43 anos), adentrou a paternidade com representações tradicionais do papel paterno, mas realizou-se na relação com a filha através de uma vivência condizente com valores da nova paternidade.

ALBERTO: "Quando eu pensei antes em ser pai, como eu falei, eu pensei que fosse um filho, e a relação filho com o pai é aquela coisa de levar pra jogar futebol, mas isso é uma imagem de quem não tem experiência nenhuma na coisa. E agora não, a relação pai e filho é uma relação de ver o dia a dia, de trocar fralda, de ver fazendo besteirinha e falar 'não B1', de imaginar ela correndo daqui a dois anos pela casa, esse tipo de coisa. O meu pensamento antes em ser pai era uma relação simplesmente de companhia, de fazer coisas juntos, e agora não, agora é de acompanhar realmente, o cotidiano, de fazer tarefas que eu nunca imaginei que fosse fazer, trocar fralda, então pra mim foi uma diferença muito grande entre o que eu imaginava ser pai antes e o que eu estou fazendo em ser pai agora. Uma mudança radical. Agora é muito melhor do que eu imaginava que fosse."

Finalmente, como podemos perceber, nossos sujeitos apresentam experiências de paternidade plurais e complexas, repletas de contradições e vivências simultâneas, assim como é a maternidade para as mulheres. Para nós, estes são indícios de transformação nos papéis parentais. Vemos a ideologia da nova paternidade se fazendo presente na vivência masculina, em maior ou menor grau, através do desejo de participar e da satisfação em ganhar autonomia no cuidado infantil. Vemos também, por outro lado, a priorização do trabalho público e do papel de pai provedor, justificado pelo argumento da biologia. Assim, temos continuidades e rupturas de valores e atuações de gênero que começam a esboçar não uma figura, mas diferentes figuras do pai, todas aparentemente em movimento.

Ambigüidade e Ambivalência

Como vimos anteriormente, a questão da ambigüidade e da ambivalência se apresenta ao longo de toda a discussão sobre a transição para a paternidade no contexto atual. Por isso mesmo, julgamos adequado destacar estas duas características em uma categoria de análise distinta, onde as contradições e incongruências da vivência da maternidade e da paternidade

possam ser enfatizadas, seus pontos de continuidade e ruptura possam ser identificados. Desta forma, esperamos mergulhar mais a fundo nos conteúdos ambíguos e ambivalentes dos discursos de nossos entrevistados.

Chamamos de ambíguo aquilo a que são atribuídos vários sentidos concomitantes, ou o que pode ser entendido de várias maneiras. A ambigüidade provoca dúvida, incerteza e confusão para aqueles que a experimentam. Em geral, na vivência de nossos sujeitos, a ambigüidade é um resultado das contradições impostas de fora, pelas prescrições sociais, pelas Leis, discursos médicos, etc. Em muitos casos, a ambigüidade é uma resposta inevitável às mensagens diferentes e contraditórias que os sujeitos recebem da sociedade.

A ambivalência se traduz pela presença simultânea de sentimentos e comportamentos contraditórios em um mesmo sujeito. Segundo Darcy-de-Oliveira (1999; pg. 76), "Na ambivalência a afirmação e a negação, o sim e o não, o amor e o ódio coexistem conflituosamente."

A ambigüidade e a ambivalência aparecem na fala dos entrevistados em momentos diversos, misturadas, subentendidas em exemplos de situações vividas ou mesmo disfarçadas como opiniões e piadas. Desta forma, estaremos trabalhando com os dois conceitos simultaneamente, diferenciando-os sempre que for possível.

O desejo de independência e de autonomia feminina, realizado através do trabalho público, geralmente aparece carregado de ambigüidade e ambivalência durante a transição para a maternidade, quando passa a caber à mulher a principal responsabilidade pelo cuidado infantil, como vimos anteriormente. No relato abaixo, momentos diferentes do discurso de uma mulher foram reunidos, evidenciando toda confusão, contradição e conflito na sua experiência:

FÁTIMA: "Eu sou daquelas que sempre trabalhei e estudei, mas eu não costumo dividir conta(...) Parei de trabalhar quando a barriga ficou grande, virei madame, ia à praia, ficava cuidando da beleza, fazendo compras, foi ótimo, acho que nasci pra ser madame.(risos)

Brincadeira(...) Acho que na minha cabeça depender de marido é algo muito pior do que era pra minha mãe. (...) Todas as mulheres hoje tem que trabalhar, casamento, filho não é profissão. A separação está aí à espreita (risos), ah e tem mais, acho que nenhum homem largaria o trabalho pra cuidar de filho, então não tem mais porque a mulher largar também. Agora é assim, direitos iguais. (risos). (E por quê você riu? Os direitos não são iguais?) Pra muita coisa já é, mas pra muita coisa ainda não. Tipo, filho ainda é coisa de mulher, não adianta. Imagina se eu poderia simplesmente dizer, 'olha estou indo viajar a trabalho fica aí com o B. umas semanas'. É ruim disso acontecer, no mínimo minha sogra teria que se mudar pra cá. Mas por outro lado, eu nem quero saber de conta, isso é tudo com ele, até porque ele ganha muito mais que eu. Isso é uma coisa que não mudou, para a mulher ganhar como o homem é muito difícil."

Esta mulher possui um projeto profissional, mas não se concebe como provedora, sente-se confortável dependendo financeiramente do marido, mas não se permite esta opção por considerar que a qualquer momento pode viver uma separação; ela apresenta tanto o desejo de 'ser madame' quanto o desejo de não abandonar o trabalho para 'cuidar de filho', e reivindica em seguida 'direitos iguais', os quais ela própria reconhece não existirem ainda na prática.

Uma outra entrevistada se debate entre desejos de independência e cobranças – externas e internas - de resignação e abnegação em prol da maternidade. ANA, insatisfeita com a interrupção de suas atividades, colocou-se num ciclo vicioso, ao atribuir somente a si própria toda responsabilidade pelo cuidado da filha, devido à culpa por não contribuir financeiramente em casa; entretanto, não consegue se qualificar no mercado para passar a contribuir por estar presa a esta situação. Em suas expectativas violadas, seus valores igualitários de gênero são atropelados pelos papéis tradicionais que a realidade lhe impõe, o que produz vivências ambíguas e sentimentos ambivalentes, dos quais ela não acredita ser capaz de escapar.

ANA: "Eu não tenho tempo para mim, e eu não imaginei que isso fosse acontecer. Eu pensei que fosse ter meu filho, que até os seis meses eu fosse me dedicar só a ele, e depois eu fosse arrumar um emprego, colocar ela numa creche, e tudo ia ser às mil maravilhas. Só que não aconteceu isso porque, por condições financeiras eu não consegui por em creche, também não arrumei emprego, então estou com ela até hoje, me dedicando só a ela praticamente, e é muito pesado. Eu avalio que se eu trabalhasse ia ser tudo muito diferente, mas por eu não trabalhar eu assumi uma vida que eu nunca imaginei que eu fosse assumir, ser dona de casa e mãe.(...) Mas a partir do momento que eu começar a trabalhar, aí eu acho que o negócio vai ter que ser mais dividido(...) mas eu tenho a impressão de que o pesado vai sempre sobrar pra mim, pra mulher, nunca o homem vai saber o que é se sobrecarregar com o filho. (...) Então eu estou me sentindo muito cansada, exausta,

exaurida, mas agora eu não me sinto no direito de exigir muita coisa por não ajudar em casa financeiramente. Eu me sinto muito sangue-suga, só que eu esqueço que eu faço o que há de mais importante que é cuidar da filha dele, também né. (...)eu sempre quis ser uma mulher independente, mas eu não consigo de jeito nenhum, isso é uma coisa pra eu trabalhar em terapia. Eu estou falando de dependência econômica, porque eu acho que sou independente, mas eu sou também muito apegada às pessoas, sinto muita falta da minha família, sou muito apegada a eles. Então eu sou muito ambivalente, sabe, eu sou mais afiliativa, e ao mesmo tempo em que eu quero ser financeiramente independente, eu não consigo."

Esta entrevistada se percebe, ao mesmo tempo, como dependente e independente, sobrecarregada e parasita; apresenta sentimentos contraditórios e confusão, chegando a esquecer – ou a nunca reconhecer – a importância de sua contribuição nisso tudo.

O ideal de *boa mãe* também produz ambigüidade e ambivalência na vivência da maternidade, que se confronta com cobranças contraditórias, anulando ou silenciando o próprio desejo da mulher.

ANA: "As pessoas pressionam como se existisse um modelo ideal de ser mãe, e se você não segue esse modelo, você se sente uma má mãe. Por exemplo, a B1 acorda muito à noite, e eu atendo, e as pessoas falam 'tem que deixar chorar', mas eu não consigo. Eu acho que eu tenho que por limite na minha filha mesmo, tudo bem que eu estou exausta, se fosse por mim eu teria que por limite agora, mas eu fico pensando, tem que ser agora? Será que se eu não puser limite agora isso vai prejudicar a minha filha no futuro? E as pessoas falam 'nossa ela ainda acorda, você tinha que ter dado um jeito nisso já'. Ai você se sente mal, porque a sua filha não é 'normal' como a maioria. Então isso é uma pressão social. Mesma coisa com o marido, uma prima falou 'até hoje você anda no banco de trás do automóvel, você abando na o seu marido na frente?', e eu pensei 'é verdade, a B1 é que tem que se adaptar à minha vida, e não eu à dela', mas às vezes vale mais a pena eu ir atrás pra ela não ir gritando aos berros e deixar a gente estressado. Então às vezes você tenta muito se adaptar ao que as pessoas dizem que é o certo, mas eu questiono isso, será que o ALBERTO sente a minha falta se eu andar atrás, será que a B1 vai ficar mimada? (...)E eu tenho me sentido meio incapaz de colocar certos limites nela."

MARIA: "Minha mãe me critica porque eu faço tudo o que ela (B.) quer, mas não dá, eu não consigo fazer de outro jeito, eu quero que o tempo da gente juntas seja um tempo que valha por todo tempo que eu fico longe dela, eu tenho que fazer as vontades dela, mas eu não quero que ela fique mimada ou que isso faça mal pra ela mais tarde, e é fogo, porque teoricamente você pra ser uma boa mãe tem que fazer tudo pro seu filho, mas se você faz isso, você vira superprotetora e a criança fica mimada. Às vezes eu quero fazer alguma coisa pela B., ou proteger ela em alguma situação, e eu fico meio envergonhada, preocupada com essa crítica."

Ambas as entrevistadas oscilam entre duas posições e angustiam-se com suas contradições. Enquanto ANA questiona as cobranças sociais, mas sente-se fracassada em não atendê-las, MARIA envergonha-se do desejo de mimar a filha para compensar sua culpa por trabalhar fora.

Em meio a toda dúvida, incerteza e confusão provocadas pela vivência ambígua do que é ser uma boa mãe, ANA se dá conta de que seu próprio desejo fica esquecido, o que, ao nosso ver, a torna ainda mais susceptível às diferentes prescrições sociais.

ANA: "E agora veio na minha cabeça, o que é que eu quero? Eu estou a fim de sentar na frente ou atrás? Eu não paro pra pensar nisso, e a cada crítica que as pessoas fazem, eu me sinto mal. Eu não sei mais o que é o meu desejo, esqueci completamente essa palavra do meu vocabulário: o meu desejo. Eu fico sempre pensando o que vai ser melhor para a BI e para o ALBERTO. Eu entrei nos padrões antigos mesmo, em que a mulher se anula, completamente, graças a Deus hoje em dia o homem respeita mais a mulher, ajuda em alguma coisa..."

Assim, na maneira de criar e cuidar do bebê a mãe enfrentará também a diversidade e a contradição de valores, que muitas vezes a levará a posicionamentos ambíguos. Um exemplo disto é o de PAULA, que expressa a dificuldade de conciliar demandas opostas sobre a mãe, expondo, ainda, sua crença, baseada numa representação tradicional de gênero, de que o menino precisa de mais autonomia e menos proteção do que a menina.

PAULA: (Uma boa mãe) "acho que é uma mãe presente, que cuida muito bem do seu filho e que consiga deixar ele evoluir, sem tanta proteção, essa que é a parte difícil. Eu espero não sufocar ele, vou tentar segurar isso, ainda mais que ele é menino, precisa se virar."

A grande contradição, neste caso, está no fato de PAULA ser uma das mulheres mais "emancipadas" de nosso estudo. Sendo jornalista *freelancer*, ela não parou de trabalhar ao longo da transição para a parentalidade, contribuiu significativamente para o orçamento familiar e ainda conta com um companheiro orientado pela ideologia da nova paternidade, como vimos anteriormente. Ela própria defende fervorosamente ideais igualitários no que se refere à transição para a parentalidade, tendo declarado em momentos anteriores:

PAULA: "Várias vezes eu briguei lá na pracinha com os pais que falam que certas coisas cabem à mãe, nossa eu fico passada. Tem pai que não troca fralda, de cocô então nem pensar, roupa suja de vômito eles tem nojo. Que nojo o quê, é teu filho pô! Eu não admito isso, o filho é dos dois. Eu queria saber por que a mulher tem tolerância ao cocô e ao vômito e o homem não tem. É igual, cocô é nojentó pra qualquer pessoa, ninguém curte trocar fralda de cocô. Isso me irrita profundamente."

Mas ainda assim, ela perpetua valores de gênero tradicionais em relação à criação do menino, um fenômeno discutido anteriormente por Chodorow (1978), quem chamou atenção

para o fato das próprias mulheres contribuírem para a perpetuação de modelos tradicionais de gênero através da maneira como criam meninos e meninas.

Nos discursos masculinos há também indícios de vivências ambíguas e desejos ambivalentes, principalmente no que se refere às transformações e limitações que o primeiro filho traz para a vida do homem.

PEDRO: "Chega um momento em que é preocupante, você precisa resolver certas coisas e agora você tem um filho. Vira um momento de estresse muito grande. Nunca desejei não ter mais, não é arrependimento, são algumas perdas e limitações, existem 300, você começa a não ter vida própria, está muito cansado pra viver num casal, é uma mudança que precisa acreditar muito que é bom..."

DIEGO: "No fundo ela está certa (em cobrar), também, não é brincadeira, é um troço muito sério mesmo, eu é que sou mesmo garotão. Mas eu falei pra ela que eu não quis ter filho pra virar infeliz, tem que assumir a responsabilidade sim, mas não precisa deixar de viver, entendeu?... Pô, a gente tem que abrir mão de muita coisa, sabe, ficar mais em casa, juntar dinheiro, mas vale a pena pra caramba. A DANIELA meio que me força a botar os pés no chão quando eu começo a viajar. Eu não me arrependo de jeito nenhum, eu até cresci, aprendi muita coisa, mas eu não tinha noção do que era ter filho, eu achava que era só oba-oba, fofinho, de graça. Eu não quero parar de viajar não, não quero mesmo, mas eu faço qualquer coisa pela B., então se for melhor pra ela eu paro. Vai ser bom quando ela puder entrar na minha, surfar comigo, eu vou ser garotão com ela tudo de novo."

Enquanto PEDRO parece precisar se convencer de que a paternidade é algo positivo para não chegar perto de arrepender-se, DIEGO concorda em suprimir temporariamente seu desejo de viver como um 'garotão' para assumir a responsabilidade pela filha, cobrada pela companheira. Nenhum deles consegue integrar em suas vivências os desejos ambivalentes de liberdade absoluta e de compromisso com a paternidade, só lhes restando negar e afastar a todo custo qualquer sensação de arrependimento.

Numa análise entre os discursos dos casais por gênero, observamos algumas contradições entre as percepções masculinas e femininas, as quais apontam para representações e expectativas ambíguas sobre os papéis parentais. A maioria dos pais no nosso estudo percebe que ajuda e participa mais no cuidado infantil do que reconhecem suas companheiras.

ALBERTO: "Banho eu nunca dei, como eu disse, eu achava ela muito molinha, mas sempre participo, eu participo de outro modo, pego a toalha, ajudo a segurar. Eu participo da maneira que eu acho que eu sou capaz de fazer. Então, hoje, trocar a fralda eu troco sem problemas... Então o básico que eu não faço realmente é banho, o resto tudo eu faço. Acho que eu tenho que ter uma participação nisso também, então sempre que eu posso eu dou a

minha contribuição trocando uma fralda, pegando a toalha, limpando a cadeirinha dela que está sempre suja, essas coisas.”

ANA: “... por exemplo, sábado de manhã eu faço fisioterapia, ele fica praticamente a manhã inteira com ela, e ele que começa a dar o almoço pra ela, mas depois de eu deixar tudo organizado, tipo assim, ‘a sopinha é só por na panela e esquentar, esse é o pratinho, essa é a colher’, então ele fica e tal, e quando eu chego eu falo ‘e aí, você gostou de ter ficado com a sua filha’ e ele diz ‘gostei, mas é muito trabalho, né’. E isso só por um período na semana....e, coitadinho, você vai entrevistar ele, você vai ver que ele acha que ajuda muito, e eu sei que ele dá o que pode, que se ele pudesse ele ajudaria mais.”

PEDRO: “Eu acho importante participar disso, até levantando de madrugada pra dar mamã eu tenho que estar junto. Não sou eu que vou dar o peito, mas tenho que pegar no berço, levar, estar junto. Talvez seja a minha participação no dar de mamar, eu posso dizer ‘eu dei de mamar pro meu filho’... acho que isso vai construir uma boa relação de pai e filho.”

PAULA: “Às vezes eu fico frustrada porque eu acho que a mulher tem que abdicar muito, mesmo que seja um pai participativo – o PEDRO é um pai excelente, ele é hiper participativo desde sempre, e isso é dele, não fui eu que falei pra ele ir lá trocar fralda, desde sempre ele foi lá e trocou. Mas mesmo assim, a mulher abdica mais. O PEDRO é capaz de sair de casa de manhã pra trabalhar e só voltar à noite numa boa, eu não faço. Eu fico enlouquecida, eu vou, mas eu vou e volto, passo aqui várias vezes ao longo do dia – se não eu fico mal.”

Como podemos perceber, se por um lado os pais se cobram responsabilidade e participação, eles se propõem a participar ‘quando estão lá’ ou ‘dentro de suas possibilidades’, o que na maioria das vezes não constitui uma divisão igualitária de responsabilidades. No discurso de PEDRO - o pai com uma forte proposta condizente com a *nova paternidade* - ele sugere tentar ir além de suas limitações biológicas, para sentir-se ‘dando de mamar ao filho’, ainda que não possa oferecer-lhe o peito. Apesar disto, sua esposa percebe menos abdicção e sacrifício em sua vivência, ao mesmo tempo em que o avalia como um ‘pai excelente’.

Na verdade, quando as mulheres equiparam a participação de seus companheiros à delas próprias, elas se sentem frustradas e sobrecarregadas, percebendo a contribuição de seus companheiros como insuficiente. Apesar disto - e aqui temos novamente uma vivência ambivalente -, a maioria das mulheres em nosso estudo se esforçam em valorizar a participação paterna, mesmo estando decepcionadas com esta participação em relação às suas expectativas iniciais. Para tal, elas suprimem suas expectativas igualitárias e, dissociando seu nível de envolvimento daquele de seus companheiros, reduzem suas expectativas em relação

ao desempenho paterno. Assim, elas passam a perceber que 'dentro dos limites' ou 'na medida do possível' seus companheiros são pais excelentes, fazendo questão de valorizá-los publicamente.

ANA: "Eu não quero generalizar, mas eu acho que o homem não é capaz de assumir o papel que uma mãe assume. Eu acho que isso é da natureza do ALBERTO; ele é um ótimo pai por outro lado, ele adora brincar com a filha. Ela acorda muito de madrugada, então chega 5 da manhã, mais perto da hora dele acordar e eu digo 'agora é com você, deixa eu dormir um pouco', então ele acorda e fica com ela, fim de semana ele diz 'fica dormindo que eu fico com a B1', então eu sinto que dentro do limite dele ele ajuda, ele faz o que ele pode, entendeu. Mas tem coisa que não é para ele. Ele troca fralda, vai sempre comigo em visita a médico, ele faz questão de ir, de acompanhar, nisso ele é bem presente."

MARIA: "Acho que eu queria que a B. tivesse duas mães, mas não adianta, não adianta querer que o pai seja que nem uma mãe. O homem tem outra forma de lidar com filho, não é como a gente. Mas o MARCELO se transformou num super paizão, sabe, ele é louco pela B., faz questão de acompanhar o desenvolvimento dela, de manter ela sempre bem, feliz. Ele faz tudo o que ele pode por ela, tudo mesmo."

Esta percepção ambivalente sobre a participação do pai pode, ao nosso ver, possuir implicações específicas para a construção dos papéis paternos e maternos. Ela pode contribuir para justificar a vivência da maternidade como experiência totalizadora, por levar a mulher a 'desistir' de contar com a participação substancial do companheiro; ao mesmo tempo, ela pode levar o homem a se satisfazer com um lugar periférico na relação com seu filho, já que seu menor envolvimento passa a ser suficiente para que ele seja reforçado como 'bom pai', sendo ele menos exigido e exigindo menos de si mesmo.

Na realidade, tanto o homem quanto a mulher recebem atualmente da sociedade prescrições contraditórias sobre sua condição. Conforme analisa Darcy-de-Oliveira (1999), no caso das mulheres, estas prescrições – que a autora também se refere como "dupla coerção" ou "injunções contraditórias" (p.77) – se resumem na mensagem "seja homem, mas continue mulher". Isto significa que passa a esperar-se da mulher que ela participe ativamente no mundo público, seja agressiva, competitiva e até provedora como se espera do homem, mas também que ela privilegie o lar, se responsabilize pelos cuidados com a família e mantenha ainda alguma passividade em relação à sua sexualidade. No que se refere ao homem, como

sugere Nolasco (1993), dele também começa-se a esperar novas atuações, através da imagem de um “novo homem” que, por ser um homem cindido que precisa equilibrar sutilmente suas duas partes sob a pena de ter sua sexualidade questionada, é também chamado de “homem reconciliado”. A mensagem que chega a este novo homem seria algo como “incorpore uma dimensão feminina de afeto e sensibilidade, mas cuidado para não se tornar um homossexual”. A esta mensagem ambígua poderíamos ainda complementar “em caso de dúvida, afirme sua masculinidade nos moldes tradicionais”, o que nos remete à figura do “boçalossauro” discutida anteriormente (Jablonski, 1998). Assim, os homens e mulheres de nosso tempo, desprovidos de referências claras, precisam definir suas identidades e construir seus papéis de gênero orientados por estas mensagens duplas, carregando de ambigüidade e ambivalência suas experiências. Abaixo, uma fala feminina e outra masculina ilustram tais vivências:

PAULA: “Então a sociedade não facilita não, e a mulher sofre porque acumula duas coisas que não se integram, que se opõem mesmo.”

MARCELO: “Ser homem eu tiro de letra, pô, sou macho.(risos) Agora ser pai é complicado, mais até do que era antes, porque o pai agora tem que ter todo um envolvimento emocional, tem que estar mais próximo nas pequenas coisas da vida do filho, não só com o filho, mas com a mulher também.”

Por fim, a ambivalência, ao produzir vivências ambíguas e confusas tanto para os homens quanto para as mulheres, pode obscurecer e tornar estéreis suas negociações acerca da construção dos papéis parentais, favorecendo a acomodação (mais segura e conhecida) nos modelos tradicionais existentes – o que não elimina os conflitos internos de desejos contraditórios sem integração possível. Entretanto, os novos pais e mães precisam desbravar o território da ambigüidade para poderem realizar suas propostas igualitárias, e, para isso, terão que identificar e discriminar suas contradições, optar pelo compromisso de desejos – admitindo as perdas necessárias – e suportar o conflito embutido em suas escolhas. Neste

sentido, a ambivalência, a coexistência de contrários, a indefinição e a indeterminação características da experiência pós-moderna podem contribuir para que se pense em saídas possíveis para uma nova transição para a parentalidade orientada por uma ideologia de gênero igualitária.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo quanto vive, vive porque muda, muda porque passa; e porque passa, morre.

Fernando Pessoa

E não esqueçamos que basta inventar novos nomes, novas apreciações e novas probabilidades para criar pouco a pouco coisas novas.

Nietzsche

No presente trabalho tentamos evidenciar a complexidade e as particularidades da transição para a parentalidade por homens e mulheres no contexto atual, a partir do enfoque das relações de gênero – ou seja, dos valores, ideologias e atuações de gênero que perpassam os diferentes aspectos desta transição.

Como afirmamos em nossa introdução, novos pais e mães constroem a experiência da parentalidade em um contexto social repleto de paradoxos. Além de internalizarem conjuntos distintos de identificações e valores ao longo de seus processos socializatórios, como homens e mulheres adultos eles se deparam ainda com prescrições e demandas sociais contraditórias, as quais carregam suas vivências de ambigüidade e ambivalência. Este cenário só pode promover, além de confusão e incerteza a nível micro, a pluralidade e diversidade de experiências a nível macro.

A maneira pela qual homens e mulheres se concebem como mães e pais e se organizam na transição para a parentalidade é uma forma de produção de gênero. Seus valores, crenças e expectativas individuais, construídos, como vimos, a partir do imaginário cultural e de prescrições sociais, influenciam mutuamente as vivências de cada membro do casal. Assim, a transição para a parentalidade por homens e mulheres em conjunto se revelou para nós uma experiência em grande parte institucional e interacional, devendo ser compreendida inserida no contexto social mais amplo e na dinâmica do relacionamento conjugal.

Apesar dos casais por nós entrevistados apresentarem propostas e expectativas de relacionamentos igualitários, pudemos observar que durante a transição para a parentalidade eles não foram capazes de realizar suas propostas, organizando-se de acordo com referências tradicionais. De acordo com estas referências, a mãe assume papel principal de cuidado e disponibilidade e o pai assume papel periférico de provisão e relativa ausência em relação ao cuidado infantil. Observamos também que a especialização de papéis de gênero apresentada por novos pais e mães, que chamamos aqui de tradicionalização, não se trata simplesmente de um fenômeno comportamental, mas de um fenômeno que reflete e revela valores e ideologias relativos aos papéis masculinos e femininos, paternos e maternos. Assim, tais valores e ideologias são influências socializadoras sobre os casais na transição para a parentalidade, que passam a negociar e construir seus novos papéis na tentativa de articular estas influências com seus desejos, suas necessidades e diversas restrições cotidianas, incluindo aquelas impostas pelo trabalho público.

Apesar de alguns dos nossos sujeitos terem feito menção em seus discursos às prescrições culturais na forma de imagens ideais da maternidade e da paternidade, acreditamos que estas influências são ainda pouco reconhecidas tanto pelos casais que se tornam pais e mães juntos quanto pela comunidade que em momentos diversos apoia e orienta esta transição – como a comunidade médica e a rede social de apoio, incluindo os familiares do casal. Ao nosso ver, a tomada de consciência – não só pelos casais envolvidos, mas pela comunidade como um todo – acerca das influências sociais sobre a experiência da transição para a parentalidade pode conferir aos homens e mulheres, atores sociais, maior poder de decisão sobre seus papéis, possibilitando negociações que permitam uma maior expressão e realização de seus desejos e aspirações em suas vivências. Assim, acreditamos que equipes hospitalares do pré e pós parto, bem como educadores de cursos para gestantes e casais

grávidos podem se apropriar das discussões promovidas no presente trabalho para trazer à tona a questão das diferentes prescrições sociais como portadoras de determinadas ideologias de gênero, e de maternidade e paternidade. Estes profissionais ocupam lugares privilegiados no processo de apoio e orientação aos novos pais e mães, tendo a oportunidade de promover e incentivar a transição para a parentalidade enquanto uma aventura conjunta, contribuindo assim para transformar as imagens dicotômicas das figuras da mãe e do pai.

De acordo com Walzer (1998) os programas de educação pré e pós-natal são subaproveitados neste sentido, na medida em que privilegiam a questão do parto e da amamentação, os únicos pontos onde o papel materno é mandatório e o paterno é inevitavelmente complementar. Assim, acreditamos que nossa discussão pode ser útil aos profissionais que trabalham na educação e orientação de novos pais e mães no sentido de antecipar os diversos temas de contradição e conflito que surgem nas negociações cotidianas do cuidado infantil e da própria relação conjugal, contribuindo assim para aliviar parte do desgaste emocional associado à transição para a parentalidade. Cremos também que terapeutas de família possam se apropriar nossas reflexões para explorar, junto aos homens e mulheres que procuram ajuda para se constituírem como família, as imagens culturais, as pressões e restrições sociais que dificultam esta transição, ajudando-lhes a investigar como suas interações podem favorecer ou neutralizar a influência negativa destes fatores. Ainda, se os meios de comunicação veiculassem imagens menos romantizadas e mais realísticas desta transição, estariam também contribuindo para amenizar o impacto da violação de expectativas na experiência dos novos pais e mães, além de promover a construção de representações de maternidade e paternidade mais condizentes com a realidade, e também mais realizáveis no cotidiano.

A separação social entre o *trabalho masculino* e o *trabalho feminino*, que estrutura não só as famílias mas a economia como um todo, foi refletida nas divisões do cuidado infantil entre mães e pais do nosso estudo. A institucionalização das diferenças de gênero no mercado de trabalho se traduz pela segregação de ocupações e diferenças salariais, pela discriminação da mulher que engravida e também pelas políticas sociais de apoio à parentalidade. Estes fatores restringem a capacidade de alguns casais de escaparem às divisões tradicionais do cuidado infantil. Isto quer dizer que pelo fato de as mulheres ganharem menos, possuírem planos de carreira mais limitados e terem o direito à licenças mais longas do que seus maridos, a opção pela resignação profissional da mulher –seja por interrupção, redução ou abandono de atividades - em prol da maternidade torna-se o caminho mais lógico para os casais.

Não estamos aqui argumentando contra a licença maternidade para as mulheres, mas apontando para como ela contribui para determinar divisões desiguais de trabalho doméstico, e para alimentar a discriminação da mulher no mercado de trabalho, perpetuando a noção de que o cuidado infantil é um trabalho feminino por excelência (ou de que o “verdadeiro” trabalho feminino é o doméstico), e de que o envolvimento masculino com este trabalho é opcional. O que estamos defendendo é que as mulheres recebam salários equivalentes aos de seus companheiros em qualquer que seja o seu campo de atuação, que deixem de ser discriminadas no mercado de trabalho por se dedicarem à criação de seus filhos, e que as políticas de apoio à parentalidade passem a considerar e a valorizar a participação paterna, reconhecendo que a relação dos trabalhadores homens e mulheres com suas crianças constitui parte constante de suas vidas, não se encerrando após uma licença de tempo determinado. Defendemos, portanto, um maior reconhecimento das responsabilidades familiares pelas organizações sociais no mundo público, sem discriminação por gênero. Assim, como já sugerimos anteriormente, poderíamos pensar em políticas alternativas de apoio à

parentalidade, com licenças administráveis ao longo do tempo por ambos os membros do casal – o que também significaria um menor afastamento das atividades profissionais pelas mulheres, que talvez reduzisse a discriminação contra elas, e que, tornando-se uma possibilidade para os homens, contribuiria para chamá-los a ocupar um lugar mais central no cuidado infantil e no envolvimento familiar.

Como percebemos em nosso estudo, os tempos da maternidade e da paternidade são diferentes. Devido à experiência da gravidez somada ao subsequente período de dedicação integral e exclusiva à maternidade, as mulheres desenvolvem maiores habilidades e mergulham no papel materno antes que seus companheiros se percebam e se desenvolvam como pais. Eles precisam de oportunidades para estarem com seus filhos à sós ou como responsáveis primários, sem a interferência da ajuda de terceiros, que em alguns casos serve para coibir o aprendizado paterno. Para isso, a mulher precisa aprender a dividir com ele suas responsabilidades no cuidado infantil, especialmente o trabalho invisível de preocupação e planejamento deste cuidado. Não basta ela delegar tarefas como trocar fraldas ou dar banho para que o homem assuma uma divisão igualitária de responsabilidades: enquanto ela delegar ele só poderá ajudar. Ela precisa abrir mão deste lugar central no cuidado infantil, dar um passo atrás para permitir que ele adentre este espaço. Sabemos que isto não é simples para ela, que vive a maternidade como uma experiência totalizadora, comprometendo a totalidade de sua identidade, negando-se como pessoa para realizar-se neste cuidado. Entretanto, acreditamos que este mesmo “passo atrás” que permitirá a aproximação do pai, levará a mulher a um distanciamento necessário ao resgate de sua identidade e à dissociação desta com a maternidade. Assim, a mulher poderá redimensionar o lugar da maternidade em sua vida de acordo com seu desejo, criando para si novos destinos possíveis, mas, principalmente,

contando com um companheiro para dividir com ela o caminho da transição para a parentalidade.

Esta divisão do senso de responsabilidade sobre a preocupação e a disponibilidade para o bebê ao nosso ver, além de viabilizar a realização de ideais de gênero igualitários, só traz benefícios para o casal e para a criança. O pai envolvido poderá dividir com sua mulher também o sentimento de gratificação e prazer intensos resultante do vínculo emocional com a criança, dissipando qualquer sentimento de inveja, ciúmes ou deslocamento nesta relação. Além disso, sua participação igualitária nas tarefas cotidianas poderá desfazer ainda o conflito de interesses através do qual cada cônjuge sente-se em desvantagem em relação à mobilidade do outro. Assim, nenhum dos cônjuges estaria "livre", mas também nenhum estaria infeliz (Walzer, 1998), de forma que a criança poderia contar com a mãe e o pai, igualmente envolvidos e realizados. De acordo com Coltrane (1996) a relação conjugal melhora na medida em que os homens se tornam pais mais sensíveis e envolvidos; e quando os pais dividem igualmente a supervisão infantil ambos os membros do casal reportam menor desgaste psicológico.

Percebemos, a partir de nosso estudo que um forte obstáculo, à realização de ideais igualitários na transição para a parentalidade é o argumento biológico. Este argumento parte das diferenças sexuais inscritas no corpo, às quais são atribuídos significados sociais que geralmente perpetuam valores tradicionais de gênero. O instinto materno, o dom *natural* da mulher para o cuidado e o impulso de liberdade e autonomia masculino são exemplos de interpretações das diferenças biológicas que se transformam em argumentos que justificam, aos olhos dos sujeitos envolvidos, o fenômeno da tradicionalização na transição para a parentalidade. O argumento biológico age como um elástico, puxando pais e mães que caminham em direção a novas possibilidades de vivências mais igualitárias de volta aos

modelos tradicionais. Entretanto, como aprendemos, a superação deste argumento pelos próprios indivíduos, ainda que simbólica, é possível, tanto que tivemos um pai (PEDRO) que, determinado a realizar sua proposta da *nova paternidade*, tendo as próprias mulheres como maior obstáculo nesta empreitada, afirmou com convicção ter amamentado seu filho, mesmo não podendo lhe oferecer o peito.

Na realidade, para que todas estas mudanças sejam possíveis, tanto no mundo público quanto na esfera privada e dentro do próprio relacionamento conjugal, seria necessária uma revolução nas imagens e representações de masculino, feminino, maternidade e paternidade em diversas esferas da sociedade. O primeiro e grande passo já foi dado pela transformação rápida e radical do papel da mulher no mundo público, o que basta para sabermos que tal revolução não constitui uma utopia. Portanto, teriam que ser revisadas as construções sociais da família e do casamento, as mensagens dos especialistas sobre a criação infantil, as imagens veiculadas nos meios de comunicação, e a própria socialização e educação de meninas e meninos.

Acreditamos que a nossa contribuição com o presente trabalho não está em resolver as dificuldades e conflitos da transição para a parentalidade, até porque, na vivência pós-moderna de diversidade, pluralidade, ambigüidade e ambivalência, não será mais pertinente a elaboração de "receitas de bolo" para a vida familiar. Para nós, o valor desta discussão está em evidenciar a riqueza e a complexidade dos fatores psicossociais que operam sobre a transição para a parentalidade, tornando-a uma experiência tão dramática na vida dos casais, e possuindo implicações para como eles se realizam enquanto homens e mulheres. Por fim, esperamos que nosso trabalho contribua para que os homens e as mulheres que se tornam pais e mães no contexto atual tenham a oportunidade de vislumbrar o cenário das forças socioculturais que influenciam suas experiências; de compreender que seus papéis neste

cenário podem tanto reproduzir modelos vigentes quanto produzir novas possibilidades; e de se libertarem destas influências, transformando o cenário de acordo com seus próprios desejos.

ANEXO I – Descrição dos Sujeitos

- **Primeiro casal:** Ana, 27 anos, Psicóloga e Alberto, 43 anos, Engenheiro. Casados formalmente. Pais da menina B., 10 meses. Residem à Zona Sul do Rio de Janeiro. No momento da entrevista, Ana havia interrompido temporariamente suas atividades profissionais, se dedicando integralmente à maternidade. Sua família de origem reside em Campinas, S.P.
- **Segundo casal:** Beatriz, 31 anos, Psicóloga e Bruno, 34 anos, profissional de informática. Casados formalmente. Pais do menino B., 13 meses. Residem à Zona Sul do Rio de Janeiro. O casal conta com apoio de babá e empregada.
- **Terceiro casal:** Estela, 27 anos, Delegada e Eduardo, 29 anos, promotor. Casados formalmente. Pais da menina B., 7 meses. Residem à Zona Sul do Rio de Janeiro. A única mãe a obter redução da carga horária de trabalho para amamentação. O casal conta com o apoio da avó materna.
- **Quarto casal:** Fátima, 27 anos, comerciante e estudante de Direito e Fernando, 29 anos, empresário. União informal. Pais do menino B., 11 meses. Residem à Zona Sul do Rio de Janeiro. O casal contou com o apoio de babá.
- **Quinto casal:** Claudia, 27 anos, analista contábil e Caio, 27 anos, gerente de vendas. União informal. Pais da menina B., 18 meses. Residem à Zona Sul do Rio de Janeiro. O casal contou com o apoio de babá.
- **Sexto casal:** Daniela, 26 anos, vendedora e Diego, 26 anos, mecânico aeronáutico. União informal. Pais da menina B., 15 meses. Residem à Ilha do Governador no Rio de Janeiro. O casal não contou com apoio, colocando o bebê em creche a partir dos 5 meses.
- **Sétimo casal:** Paula, 30 anos, jornalista e Pedro, 32 anos, fotógrafo. União informal. Pais do menino B., 10 meses. Residem à Zona Sul do Rio de Janeiro. O casal contou com o apoio da avó materna. O pai busca exercer a nova paternidade.
- **Oitavo casal:** Maria, 27 anos, jornalista e Marcelo, 26 anos, advogado. União informal. Pais da menina B., 9 meses. Residem à Zona Norte do Rio de Janeiro (Tijuca). O casal conta com o apoio de babá.

ANEXO II - Roteiro de Entrevista

Tópicos:

1. Casamento Antes do bebê: relacionamento conjugal, divisão de contas e tarefas, valores de gênero.
2. A decisão de engravidar: planejamento, motivos e expectativas.
3. O período da gravidez: ajustamento, interação conjugal, preparação, relação com a família de origem.
4. Relação com o trabalho: projeto profissional e preocupação financeira.
5. O nascimento do bebê: depressão pós parto, 'the honey moon period' e o primeiro impacto.
6. Os primeiros três meses: sentimentos, mudanças individuais, interação conjugal, interação e vínculo com o bebê, divisão e negociação de tarefas, rede social de apoio.
7. A transição para a parentalidade: avaliação de mudanças na vida até o presente, avaliação de expectativas violadas e confirmadas, satisfação conjugal.
8. Divisão de tarefas e cuidado infantil: quem faz o quê, como é a negociação, o que determina a divisão, valores de gênero e avaliação individual.
9. Mudanças individuais: identidade, valores, relacionamentos, conjugalidade.
10. Articulação de papéis: ser homem, marido e pai, ser mulher, esposa e mãe.

Perguntas:

11. O que é um bom pai, uma boa mãe para você?
12. Como eram seus pais na sua criação?
13. Que tipo de mulher / homem você é? Como você se define?
14. Como é ser mulher e mãe hoje? Homem e pai hoje?
15. Como a sociedade facilita ou dificulta a transição para a parentalidade? (prescrições e instituições)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, M.L.; Filgueiras, C.A. (1996). Maternidade e Vínculo Social. *Estudos Feministas*, v.4, n.2/96, pp. 319-337.
- Ardaillon, D. (1997). *O Salário da Liberdade: profissão e maternidade, negociações para uma igualdade na diferença*. São Paulo, Annablume.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Bauman, Z. (1999). *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Belsky, J.; Lang, M. E.; Huston, T.L.(1986). Sex Typing and Division of Labor as Determinants of Marital Change Across the Transition to Parenthood. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, (3), 517.
- Belsky, J.; Kelly, J. (1994). *The transition to parenthood: how a first child changes a marriage*. New York, Delacorte Press.
- Benin, M. H.; Agostinelli, J.(1988). Husbands' and Wives' Satisfaction with the Division of Labor. *Journal of Marriage and the Family*, v. 50, (2), pp. 349.
- Berger, P.; Luckmann, T. (1966). *The social construction of reality*. New York, Anchor Books, Doubleday.
- Berman, P.W. e Pedersen, F.A. (1987). *Men's transitions to parenthood*. New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.
- Biasoli-Alves, Z.M. (2000). Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol.16, n.3, p. 233-329.
- Boss, P.G.; Doherty, W.J.; LaRossa, R.; Schumm, W.R.; Steinmetz, S.K. (1993). Family

Theories and Methods: A Contextual Approach. In Pauline G. Boss (Ed.) *Sourcebook of Family Theories and Methods*. Nova Iorque e Londres: Plenum Press.

Bruschini, C. (1985). *Mulher e Trabalho*. São Paulo: Nobel/CECF.

Chodorow, N. (1978). *The reproduction of mothering: psychoanalysis and the sociology of gender*. Berkley, University of California Press.

Coltrane, S. (1989). Household Labor and the routine production of gender. *Social Problems* 36: 473-490.

_____ (1996). *Family Man: fatherhood, housework and gender equity*. New York: Oxford University Press.

Costa, J.F. (1989). *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro, Graal.

Cowan, C.P; Cowan, P.A (2000). *When partners become parents: the big life change for couples*. New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.

Cowan, C.P; Cowan, P.A.; Coie, L.; Coie, J. (1978). Becoming a Family: the impact of a first child's birth on the couple's relationship. In L. Newman e W. Miller (Eds.) *The First Child and Family Formation*. Chapel Hill, Carolina Population Center.

Crohan, S.E. (1996). Marital quality and conflict across the transition to parenthood in african american and white couples. *Journal of Marriage and the Family* 58, p. 933-944.

Daly, K. (2001). Deconstructing family time: from ideology to lived experience. *Journal of Marriage and the Family*, 63, p. 283-294.

Darcy-de-Oliveira, R. (1999). *Elogio da diferença: o feminino emergente*. São Paulo, Brasiliense.

- Datafolha/Folha de São Paulo(1998). Família, *Caderno Mais*, 29/09/98.
- Deaux, K.; Kite, M.E. (1987). Thinking about gender. In: Hess, B.; Ferree, M. (orgs) *Analyzing Gender*. Newbury Park, Sage Publications.
- Deaux, K.; Lafrance, M. (1998). Gender. In D.T. Gilbert *The Handbook of Social Psychology*. McGrawhill, 4a. ed.
- Deaux, K.; Major, B. (1987). Putting Gender into Context; an interactive model og gender-related behavior. *Psychological Review*, 94, p.369-389.
- Dessen, M.A.; Lewis, C. (1999). O pai no contexto familiar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol.15, no.1, p. 009-016.
- Dessen, M.A.; Braz, M.P. (2000). Rede social de apoio durantetransições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol.16, no.3, p. 221-231.
- Dyer, E. D.(1963). Parenthood as crisis: a re-study. *Marriage and Family Living*, v. 25, (2), pp. 196.
- Eggebeen, D.; Knoester, C. (2001). Does fatherhood matter form men? *Journal of Marriage and the Family*, 63: 381-393.
- Ehrensaft, D. (1983). When Men and Women Mother. *Mothering: Essays in Feminist Theory*. Org. Joyce Trebilcot. Savage, MD: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Eisenberg, A.; Murkoff, H.; Hathaway, S. (1989). *What to expect the first year*. New York, Workman Publishing.
- Erikson, E. (1950). *Childhood and society*. New York, W .W. Norton.
- Fausto-Sterling, A. (1985). *Myths of Gender: biological theories about women and men*. New York, Basic Books.

Feldman, S.; Nash, S. (1984). The Transition from Expectancy to Parenthood: Impact of the Firstborn Child on Men and Women. *Sex Roles*, v. 11, (1/2), pp.61.

Féres-Carneiro, T. (1987). Aliança e Sexualidade no casamento e no recasamento contemporâneo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 3, 250-261.

_____ (1995). Casais em terapia: um estudo sobre a manutenção e a ruptura do casamento. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 44, 2: 67-70.

_____ (1998). Casamento Contemporâneo: O Dificil Convívio da Individualidade com a Conjugalidade. Porto Alegre. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.11, n.2, p.379-394.

Ferreira, A.B. H. (2000). Miniaurélio século XXI: o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Figueira, S.A. (1985). Modernização da família e desorientação: uma das raízes do psicologismo no Brasil. Em: Figueira, S.A. (org) *Cultura da Psicanálise*. São Paulo, Brasiliense.

_____ (1987). O "moderno" e o "arcaico" na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. Em: Figueira, S.A. (org) *Uma nova família? O moderno e o Arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar. P.11-30.

Friedman, A., Weinberg, H. & Pines, A.M. (1998). Sexuality and motherhood: Mutually exclusive in the perception of women. *Sex Roles*, 38, 781-800.

Gilbert, D.T. (1998). *The Handbook of Social Psychology*. McGrawhill, 4^a. ed.

Grossman, F.K. (1987). Separate and together; men's autonomy and affiliation in the transition to parenthood. In: Berman, P.W. e Pedersen, F.A. (orgs). *Men's transitions to parenthood*. New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, p.

89-112.

Guiddens, A. (1993). *A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista.

Hobbs, D. F. (1965). Parenthood as Crisis: a third study. *Journal of Marriage and the Family*, v. 27, (3), pp. 367.

Hobbs, D. F.; Cole, S.P. (1976). Transition to Parenthood: a decade replication. *Journal of Marriage and the Family*, v. 38, (4), pp. 723.

Hobbs, D.F.; Wimbish, J. (1977) Transition to Parenthood by Black Couples. *Journal of Marriage and the Family*, 39: 677-689.

IBGE (1996). *Anuário Estatístico Brasileiro*.

Jablonski, B. (1995). A difícil extinção do boçalossauro. Em: Nolasco, S. (org) *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro, Rocco p.156-165.

_____ (1998). *Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo*. Rio de Janeiro, Agir.

Johnson, E.M.; Huston, T.L. (1998). The Perrils of Love, or why women adapt to husbands during the transition to parenthood. *Journal of Marriage and the Family*, 60, p. 195-204.

Khel, M.R. (1998). *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro, Imago.

LaRossa, R. (1986). *Becoming a Parent*. Beverly Hills, Sage Publications.

_____ (1983). The transition to parenthood and the social reality of time. *Journal of Marriage and the Family*, 9/83, p. 579-589.

LaRossa, R.; LaRossa, M.M. (1981). Transitions to Parenthood: How Infants Change

Families. *Sage Library of Social Research*, v. 19. Londres: Sage Publications.

LeMasters, E. E. (1957). Parenthood as Crisis. *Marriage and Family Living*, 19, pp. 325.

Lewis, C.; Dessen, M.A. (1999). O Pai no Contexto Familiar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 15/1:009-016.

Mahony, R. (1995). *Kidding Ourselves: breadwinning, babies, and bargaining power*. New York, Basic Books.

McMahon, M. (1995). *Engendering Motherhood: identity and self-transformation in women's lives*. New York: The Guilford Press.

Mead, M. (1935). *Sex and temperament in three primitive societies*. New York; William Morrow.

_____ (1949). *Male e Female*. New York, William Morrow.

Miller, B.C.; Sollie, D.L. (1980). Normal Stresses during the Transition to Parenthood. *Family Relations* 29: 459-465.

Munch, A.; McPherson, J.; Miller, J.; Smith-Lovin, L. (1997). Gender, Children and Social Contact: the effects of childrearing for men and women. *American Sociological Review*, 62:509-520.

Nicolaci-da-Costa (1985). Mal-estar na família: descontinuidade e conflito entre sistemas simbólicos. Em: Figueira, S.A. (org) *Cultura da Psicanálise*. São Paulo, Brasiliense, p.147-168.

_____ (1988^a). Questões metodológicas sobre a análise do discurso. Trabalho apresentado na 40^a Reunião Anual da SBPC. São Paulo, Miemo.

- Nolasco, S. (1995). *A Desconstrução do Masculino*. Rio de Janeiro, Rocco.
- Oliveira, P.P. (1998). Discursos sobre a masculinidade. *Estudos Feministas*, no. 1/98: 91-112.
- Osmond, M.W.; Thorne, B. (1993) Feminist Theories: The Social Construction of Gender in Families and Society. In Pauline G. Boss (Ed.) *Sourcebook of Family Theories and Methods*. Nova Iorque e Londres: Plenum Press.
- Parke, R. (1981). *Fathers*. Cambridge, Harvard University Press.
- Parke, R.; Swain, D. (1976) The father's role in infancy: a re-evaluation. *The Family Coordinator* 25: 365-371.
- Ridgeway, C. (1997). Interacion and the conservation of gender inequality: considering employment. *American Sociological Review* 62:218-235.
- Rocha, A.P. (1993). *Dois é bom, três é demais? Um estudo sobre a relação conjugal e o primeiro filho, em um contexto de acelerada mudança cultural, a partir do ponto de vista da mulher*. Dissertação de Mestrado, PUC-Rio.
- Rocha-Coutinho, M.L. (1994). *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro, Rocco.
- Rolnik, S. (1996). Guerra dos Gêneros, Guerra & Guerra aos Gêneros. *Estudos Feministas* n.4, vol.1, p.96-101.
- Rosen, E. (1987). *Bitter Choices: blue-collar women in and out of work*. Chicago: University of Chicago Press.
- Rossi, A. (1985). Gender and Parenthood. In: Rossi, A. *Gender and the Life Course*. New York, Aldine Publishing Company.
- Russell, S. (1974). Transition to Parenthood: problems and gratifications. *Journal of Marriage and the Family*, v. 36, (2), pp. 294.

Ryder, R. (1973). Longitudinal data relating marital satisfaction and having a child.

Journal of Marriage and the Family, 35:604-607.

Salem, T. (1985). A trajetória do "casal grávido": de sua constituição à revisão de seu projeto. Em: Figueira, S.A. (org) *Cultura da Psicanálise*. São Paulo, Brasiliense, p.36-61.

Sanchez, L.; Thomson, L. (1997). Becoming mothers and fathers: parenthood, gender, and the division of labor. *Gender & Society* 11: 747-772.

Simbalista, O. (2001). Um Crédito às Mulheres. Em: *O Globo*, 4/3/2001.

Taylor, V.(1996). *Rock-a-by Baby: feminism, self-help and post-partum depression*. New York, Routledge.

Thompson, L.; Walker, A.J. (1989). Gender in Families: Women and Men in Marriage, Work and Parenthood. *Journal of Marriage and the Family*, 51:845-871.

Udry, J.R. (1994). The Nature of Gender. *Demography*, 1: 561-573.

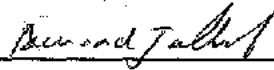
Vaitsman, J. (1994) *Flexíveis e Plurais*. Rio de Janeiro, Rocco

_____ (1997) Pluralidade de Mundos. entre Mulheres de Baixa Renda. *Estudos Feministas* n.2/97, p.303-319.

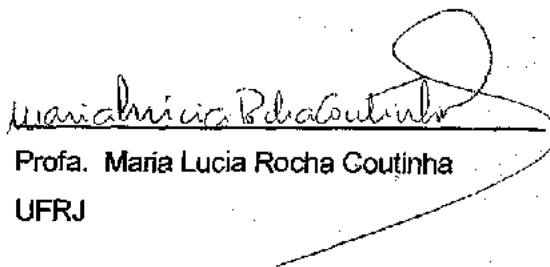
Walzer, S. (1998). *Thinking about the Baby; Gender and Transition into Parenthood*. Philadelphia: Temple University Press.

West, C.; Zimmerman, D.H. (1987). Doing Gender. *Gender & Society*, 1, p.125-151.

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio pela aluna, Renata de Faria Brasileiro intitulada "Transição para a parentalidade: Papéis de gênero em questão", e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:



Prof. Bernardo Jablonski (Orientador)
PUC-Rio



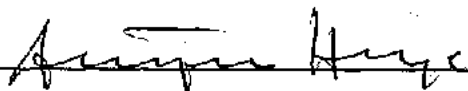
Profa. Maria Lucia Rocha Coutinha
UFRJ



Profa. Terezinha Féres-Carneiro
PUC-Rio

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, ...03/06/2002.



Prof. Jurgen Heye

Coordenador dos Programas de Pós-Graduação do Centro de
Teologia e Ciências Humanas